

# VI Congresso dos Metalúrgicos do ABC



**Construindo um Brasil  
Justo e Democrático:  
emprego e trabalho decente**

**Caderno de Resoluções**

**12, 16 e 17 de maio de 2009**

# ÍNDICE

Responsabilidade Social das Empresas	24
Saúde, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente nas Empresas	26
Cooperativismo	28
Comunicação com a Categoria	29
Formação	30
Sindicato e Sociedade	34
Relação com o Governo Federal	41
Regionalidade	43
Sindicato e Movimentos Sociais	46
Negociação Coletiva	49
Coletivo de Relações Internacionais	52
Meio Ambiente	54
As comissões de Cidadania e as Conquistas de Políticas Públicas	56
Comissão de Gênero	58
Comissão de Igualdade racial	58
Comissão de Juventude	59
Comissão de Trabalhadores com Deficiência	61
Cultura	64
Comunicação com a Sociedade	65
Estatuto	69

## Desafio é a marca do 6º Congresso

O Congresso dos Metalúrgicos do ABC é um espaço privilegiado de planejamento, de debate político e de comprometimento com as causas da categoria. É, acima de tudo, um compromisso de renovação e de fortalecimento da atividade sindical.

Seu caráter democrático oferece a todos os trabalhadores e trabalhadoras a oportunidade de discutir com total liberdade para aprofundar os rumos que o Sindicato seguirá nos próximos anos, sempre tendo em mente nossas experiências passadas.

Este 6º Congresso acontece sob o impacto da maior crise econômica que o mundo enfrenta desde 1929, mas isso não é novidade para nós. Realizamos nosso primeiro congresso, em 1974, sob o regime militar. Mesmo assim, nele tomamos decisões que iniciaram o movimento conhecido como 'novo sindicalismo' e que foi fundamental para a derrubada da ditadura.

Além da Análise de Conjuntura, que nos prepara para o debate, este Caderno de Resoluções está dividido em dois eixos: Organização no Local de Trabalho (OLT) e Sindicato e Sociedade.

Dentro do primeiro, é analisada e debatida a atuação dos metalúrgicos do ABC a partir do espaço onde nos realizamos como categoria. As conclusões orientam as lutas que desenvolvemos por democracia nas relações de trabalho.

No segundo tema, refletimos sobre nossa atuação como trabalhadores que conseguiram levar sua experiência para além dos muros que cercam as fábricas.

Definimos, então, as ações para articular, junto ao movimento popular, lutas concretas na direção de um País mais justo.

Como podemos ver, os desafios são grandes. Mas confiamos totalmente no preparo dos companheiros para enfrentá-los, em sua capacidade de determinar qual o melhor caminho para o futuro dos metalúrgicos do ABC e no compromisso de todos com a classe trabalhadora.

Um forte abraço.

**Sérgio Nobre**  
**Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC**

# ANÁLISE DE CONJUNTURA

O congresso dos trabalhadores metalúrgicos do ABC volta a enfrentar, em sua sexta edição, um cenário onde o problema do emprego desponta como preocupação mais imediata da categoria.

O congresso de 2003 refletiu o clima de entusiasmo nacional com a vitória histórica de Lula na eleição para presidente da República, enquanto o congresso de 2005 buscou combater a ofensiva da direita para derrotar o novo governo e sabotar as reformas planejadas para superar o modelo neoliberal, erradicar a fome e combater a pobreza no Brasil.

Mais uma vez, em escala mundial, a classe trabalhadora sofre o impacto das inevitáveis crises estruturais do sistema de produção capitalista, que tem seu eixo na multiplicação dos lucros, e não no bem-estar da pessoa

humana. O sistema financeiro internacional foi sacudido, em setembro de 2008, por uma implosão que já vinha sendo alertada há muitos anos. Todas as advertências foram barradas pela muralha do chamado “consenso de

Washington”, pensamento único que ditava regras para os países pobres e emergentes, em benefício dos interesses financeiros das elites. Ao contrário das crises anteriores, que atingiam um Brasil inteiramente vulnerável pelos desmandos dos governantes, hoje nosso País é apresentado, mundialmente, como um dos que reúnem melhores condições para minimizar os estragos desse terremoto e sair dele com maior

rapidez. Contribuem para isso o bom nível das reservas cambiais, o equilíbrio fiscal, a inflação controlada, a balança comercial robusta, além do vigoroso choque de investimentos públicos e privados articulados em torno do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, em curso desde 2007. Mas essa perspectiva favorável só existe como elemento de comparação com nações em situação mais difícil. Os danos já estão sendo contabilizados na economia nacional, onde se reverteram as séries

positivas anteriores sobre o PIB trimestral, emprego formal (Caged),

geração recorde de postos no setor metalúrgico, ampliação do crédito e queda palpável nos indicadores de pobreza e desigualdade. A crise reabre

mais uma vez, abertamente, a disputa entre segmentos e classes sociais do Brasil para definir quem deve arcar com os custos do ajuste. A história

ensina repetidamente que, sem uma firme resistência dos trabalhadores, as elites buscarão jogar sobre nossas costas o peso maior dos sacrifícios para superar uma crise que elas mesmas criaram e alimentaram, com sua ganância e com sua notória insensibilidade frente aos problemas

vividos por milhões de brasileiros e brasileiras que ainda se encontram confinados no submundo da exclusão. O 6º Congresso representa uma oportunidade especial de aprofundar o debate sobre a delicada situação que nosso País atravessará em 2009 e 2010, armando a categoria para uma combativa e lúcida intervenção – ao mesmo tempo sindical, social e política – que rejeite as demissões e qualquer idéia de redução de salários. Componente importante dessa resistência será o apoio a todas as políticas

de governo que reforcem a inclusão social, bem como as medidas desenvolvimentistas contra-cíclicas e os investimentos públicos capazes de gerar emprego e renda.

## A CRISE MUNDIAL

Ainda é impossível prever, com segurança, a profundidade da crise atual, sua duração e suas conseqüências. Com certeza, os problemas são mais sérios do que as sucessivas crises dos anos 90 (México, Rússia, Tailândia etc), encontrando paralelo apenas na quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, início de uma recessão mundial que só foi superada durante a Segunda Guerra Mundial, nos anos 40. Desta vez, os problemas não ocorreram numa distante periferia

do sistema financeiro capitalista mundial, mas no seu próprio coração. Está em questão o caráter insustentável de um modelo mundial de produção e consumo que agride o meio ambiente, exclui e mantém na miséria um bilhão de seres humanos, mostra-se incapaz de eliminar as guerras e demonstra enorme dificuldade em conviver com as regras da democracia sempre que alguma nação decide, soberanamente, se afastar das receitas impostas pelas elites econômicas encasteladas em Wall Street ou em Davos.

O termo técnico subprime, palavra de difícil compreensão para o cidadão comum, foi divulgado na imprensa como disfarce para camuflar a realidade mais profunda do que está acontecendo de fato. A desregulamentação selvagem do sistema financeiro e dos mercados, a exaltação do chamado Estado mínimo, a farra e a irresponsabilidade comprovadas na condução gerencial dos grandes bancos e corretoras dos Estados Unidos são a explicação de fundo para a bancarrota que se irradiou por todos os países.

Trilhões de dólares provenientes de tributos e recursos públicos já foram torrados na tentativa de salvar corporações gigantes, sem conseguir, até agora, interromper a hemorragia que completa seis meses.

O organismo capitalista, doentio, teima em adotar as mesmas reações de sempre: demissão em massa de trabalhadores, fechamento de plantas, suspensão de investimentos, clamor pela redução de impostos e desavergonhado pedido de socorro junto ao mesmo Estado que essas elites tanto desdenharam durante o apogeu do neoliberalismo.

Comportamento doentio que, fatalmente, só contribuirá para agravar ainda mais uma situação que já é muito grave. Toda crise envolve riscos e

também novas possibilidades.

O jogo das elites financeiras está claro e já era previsível: atribuir o colapso a erros gerenciais de algumas corretoras e ao consumismo irresponsável dos compradores

norte-americanos de imóveis. A partir daí, arrancar dos tesouros nacionais o máximo de recursos para sanear as empresas e comprar créditos podres. Mais uma vez, está de volta a velha receita de socializar os prejuízos, na boca de quem sempre recusa a idéia de repartir lucros e riquezas. Nos Estados Unidos, em particular, está ocorrendo uma virtual nacionalização dos grandes bancos, o que desmoraliza completamente o discurso neoliberal imposto ao mundo desde o início dos governos Reagan e Thatcher, no início dos anos 80. Mas, superada a crise, os donos do capital não vacilarão em defender as mesmas idéias econômicas e políticas de antes, voltando a pregar que a mão invisível do mercado organiza a nação, que os impostos têm de ser drasticamente reduzidos, as empresas privatizadas e o Estado esvaziado de funções. Cabe aos trabalhadores, mediante articulação e mobilização internacionais, aproveitar as chances abertas com o derretimento do neoliberalismo para erguer uma sólida alternativa a esse modelo insustentável.

A alternativa dos trabalhadores deve incluir o fortalecimento do mundo do trabalho como eixo central. O melhor e mais consistente caminho para a superação da crise sistêmica mundial está na inclusão social dos milhões de seres humanos à beira da miséria, em seu resgate para a vida produtiva, para uma convivência social digna e para a mais ampla participação política.

À especulação desenfreada que jogou o mundo na crise, cabe contrapor um novo dinamismo produtivo, que valorize a pessoa humana como sujeito de direitos plúrais, incluindo emprego, toda a agenda do trabalho decente, salário digno, educação de qualidade, previdência segura, saúde, habitação, segurança pública, atividades culturais, acesso democrático ao mundo das comunicações de massa e ampla participação política em todas as tomadas de decisão. Um modelo, em suma, que interrompa os danosos processos de degradação ambiental sintetizados

na angústia do aquecimento global e proteja também os direitos das gerações futuras, a partir de nossos filhos e netos. É claro que o êxito dessa alternativa requer mudanças no cenário político da maioria dos países.

A América Latina desponta hoje como região onde prevalecem governos de orientação à esquerda. Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia, Equador, Venezuela, Nicarágua, El Salvador, Honduras, Guatemala e Panamá são países que, com fortes diferenças entre si, aproximam-se nos temas de maior sensibilidade social.

Estão unificados pela busca de integração regional e pelo afastamento da órbita diplomática norte-americana, responsável pela exclusão ideológica de Cuba da convivência continental.

Mas o cenário não é tão favorável no restante do planeta. É verdade que, sepultada a era Bush, o mundo expressa esperança e otimismo com o novo presidente norte-americano, primeiro a realizar antigo sonho dos direitos civis naquele país, quer seja, a eleição de um negro ao mais alto posto da República.

Mas, em qualquer hipótese, as rígidas estruturas do complexo industrial-militar norte-americano atuarão para confinar a nova gestão dentro dos estritos limites da maior potência bélica da história da humanidade, que mantém tropas em todos os continentes e ocupa o Iraque e o Afeganistão à revelia da ONU.

Com certeza, a coincidência entre a campanha presidencial de Obama e a falência fragorosa do projeto fundamentalista e reacionário de Bush concorreu para reforçar as chances de uma gestão menos belicista no cenário mundial, recuperando iniciativas diplomáticas e esforços de paz, o que pode abrir novas perspectivas no Oriente Médio e esvaziar a histeria anti-Chaves ou desistir da Operação Colômbia na América Latina, abrindo portas para um diálogo em torno da readmissão de Cuba no âmbito da OEA. Ainda é muito cedo, no entanto, para verificar o curso dessas hipó-

teses.

De positivo, registrou-se o anúncio de desativação do centro de torturas de

Guantánamo e vários pronunciamentos em defesa dos direitos humanos. Mas também se registraram sinalizações dúbias como a decisão de boicotar a conferência mundial de revisão de Durban, sobre o racismo, bem como a anunciada escalada militar no Afeganistão, como contraponto à diminuição de contingentes no Iraque. Na Europa, Merkel, Berlusconi e Sarkozy vêm dando a tônica de uma orientação política conservadora, com fortes traços de xenofobia e criminalização dos migrantes que chegam de países pobres em busca de emprego. Tal inclinação à direita prevalece claramente naquele continente, asfixiando as poucas lideranças de cunho progressista, como de Portugal e da Espanha, por exemplo, sendo que o trabalhismo britânico ainda não teve tempo de se depurar do vergonhoso alinhamento com Bush que marcou a gestão Blair. Na Ásia, as expectativas estão menos concentradas no cenário político estagnado, que marca a região, do que nos impactos da crise sobre o Japão, terceira economia do planeta, e principalmente sobre a China e a Índia, dois países com mais de 1 bilhão de habitantes. Responsável, em grande parte, pelo dinamismo comercial dos últimos anos, a China atravessa os primeiros meses de crise com uma desaceleração menor que as de outras grandes economias.

Pode sair dela reforçando sua liderança internacional, não obstante as contradições de seu modelo econômico e político, que funde heranças do período socialista com modalidades selvagens de acumulação capitalista. A África, de grande interesse para a diplomacia brasileira no governo Lula, segue pautada por instabilidade política e intermináveis guerras localizadas, heranças do colonialismo.

Ali, a África do Sul, reconstruída sob a liderança de Nelson Mandela, desponta como exceção de dinamismo econômico e político. Repartidos entre Ásia e África,

os países árabes e islâmicos, muitos deles fortalecidos pelos recursos do petróleo, já não ostentam a convergência política das décadas anteriores, quando se uniam no combate a Israel, e vivem graves ameaças frente ao crescimento do fundamentalismo religioso, capaz de promover fanatismo político e atentados terroristas odiosos como o ataque às torres gêmeas de Nova Iorque, em 2001.

Em resumo, as maiores possibilidades de articulação regional para enfrentar a crise mundial com propostas voltadas aos interesses populares residem exatamente na América Latina, onde o Brasil tem forte liderança.

Seja pelo seu amplo território, população e porte econômico, seja pelo respeito internacional que envolve a liderança de Lula, nosso País pode ter um papel-chave numa profunda reforma de todos os organismos das

Nações Unidas, a começar de seu Conselho de Segurança, mas envolvendo principalmente agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI e OMC, além do BID, cuja responsabilidade pela crise não pode ser subestimada.

Sem esse esforço, as forças políticas conservadoras terão mais espaço, em todo o planeta, para responder à crise com medidas protecionistas agudamente nacionalistas e surtos repressivos, com guinadas à direita que podem repetir, em parte, o ocorrido na grande depressão dos anos 30, ante-sala para o fenômeno nazista.

Nesse delicado contexto mundial, a dinâmica das disputas políticas internas ao Brasil não pode ignorar a importância crescente de nosso País nos embates internacionais para decidir sobre o rumo mais adequado à superação da crise. Seja por sua presença no chamado G-20, por sua liderança no Mercosul e na Unasul, por integrar o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), seja por suas iniciativas de articulação Sul-Sul rumo à África, seja pelo empenho na aproximação entre países árabes e América do Sul, nosso país está apto a ocupar um

posto destacado no redesenhado equilíbrio mundial de forças que a crise deve gerar.

## A CRISE NO BRASIL

O governo Lula teve êxito no esforço de romper o ciclo anterior de estagnação, trocando os “vãos de galinha” da economia por uma curva mais estável de crescimento. Este é o primeiro elemento a fundamentar as chances maiores de o Brasil – numa comparação com a maioria dos países – superar com rapidez e menos danos o impacto da crise sistêmica do capitalismo mundial.

Mas não é o único. Mais importante, ainda, é registrar o acerto da reorientação do crescimento, voltada a libertar o poderoso mercado interno brasileiro que os governos anteriores mantinham bloqueado.

A recuperação consistente do salário mínimo, os ganhos reais nos reajustes das categorias sindicalizadas, a universalização de programas como o Bolsa Família e Pronaf (agricultura familiar) nas áreas mais pobres, a implantação do crédito consignado, todos esses fatores, somados, criaram um dinamismo econômico novo, que permite atenuar parcialmente o impacto negativo decorrente da retração no comércio mundial e do travamento do crédito.

Nesse sentido, a primeira alternativa a ser rechaçada com veemência consiste nas velhas e malsinadas propostas de enfrentar a crise com redução de salários e com precarização das relações trabalhistas.

Por esse caminho, o Brasil jogaria fora exatamente o maior trunfo de seu crescimento recente, que provou o vínculo existente entre sustentabilidade econômica e o combate à desigualdade. Com mais salários e mais programas sociais estimulando a economia, o país induz as vendas; com isso, promove crescimento econômico; a arrecadação cresce e o equilíbrio fiscal permite novos investimentos. Somente por essa trilha, onde o Estado estimula os investimentos privados, ao mesmo tempo em que aplica recursos pesados no combate à



pobreza,

impulsionando a produção e atraindo maiores investimentos externos, o Brasil e os países emergentes chegarão a um resultado condizente. Cabe ilustrar com números concretos esse novo patamar econômico brasileiro.

Entre 2003 e 2008, o PIB acumulou crescimento de 27%, a balança comercial subiu 53%, as reservas cambiais 439%, os investimentos diretos estrangeiros 119% o emprego formal avançou 36% o salário mínimo real 67%.

Qualquer leitura objetiva e isenta desses números – leitura que a mídia brasileira se recusa a fazer – indicará uma goleada sobre qualquer número do governo anterior.

Mas esse placar econômico, sozinho, não será capaz de garantir o desfecho da disputa já posta no cenário brasileiro, onde a leitura dos jornais detecta uma clara torcida a favor de resultados negativos na economia, única chance que resta às elites derrotadas em 2002 para retomar o seu projeto de poder.

O PAC - Programa de Aceleração do Crescimento, que desde 2007 vem se implantado e consolidando como o maior plano de investimentos públicos e privados já ocorrido na história do País, assumiu agora, no novo contexto de crise, o papel de peça-chave da política federal de investimentos públicos pesados, direcionados a obras de infraestrutura (rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas, metrô, contornos de transporte nas regiões metropolitanas etc), bem como à construção de moradias populares para os segmentos de renda mais baixa ou de grandes obras de saneamento.

Nas últimas semanas, o lançamento do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”, que projeta construir até 1 milhão de moradias nos próximos anos, desponta como estratégia correta de enfrentamento da crise, sobretudo pela alta geração de empregos que decorre do programa, aproveitando as lições da política implantada por Roosevelt após a crise de 1929, com vistas a retirar da depressão a economia

norte-americana. Não se pode esquecer que nossas chances de superação da crise decorrem, em grande parte, daquele que foi um dos mais importantes marcos do governo Lula: interrupção do ciclo de privatizações, a chamada “priva taria” que marcou o governo FHC.

Sem a resistência oposta pelo movimento sindical e popular naquela época, e sem a vitória da esquerda nas eleições de 2002, a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal teriam sido entregues, a preço de banana, como ocorreu na criminosa privatização da Vale do Rio Doce, aos mesmos grupos econômicos denunciados diariamente em escândalos financeiros, sonegação de impostos e corrupção de agentes públicos.

É com a Caixa e o Banco do Brasil que o Estado brasileiro conseguiu lançar o primeiro contra-ataque à paralisação geral do crédito, imposta pelos bancos privados, não obstante eles sempre se gabarem de serem fortes graças aos muitos anos de lucros abusivos. É com a Caixa que se viabiliza o programa para construção de 1 milhão de residências populares. É com o Banco do Brasil que se pode fortalecer ainda mais a agricultura familiar nos Territórios de Cidadania. É com a Petrobras que o Estado anuncia ampliação dos investimentos produtivos para os próximos anos, induzindo investimentos privados de todas as empresas que gravitam em torno dessa estatal, que desperta cobiça no mundo inteiro. Mas vale lembrar que a economia nunca decide, sozinha, o resultado da disputa entre classes sociais e segmentos políticos de um país. A definição de quem pagará a conta do ajuste para a crise mundial e para seus efeitos no Brasil sairá das lutas políticas e sociais em curso. Daí a importância de fechar a análise do cenário econômico atual com o registro também dos erros apontados pelo movimento sindical e pela CUT num balanço geral do vitorioso governo Lula.

A crise permitiu escancarar o grave equívoco da política de juros sustentada

teimosamente pelo Banco Central, à revelia das denúncias que o movimento sindical e todo o seguimento produtivo sustentaram. Algumas vezes chegamos ao ponto absurdo de o BC desacatar as orientações que o próprio presidente da República divulgava em suas declarações de imprensa.

O resultado mais danoso dessa política é que, após a deflagração da crise mundial em setembro, com todos os países ricos promovendo cortes radicais na taxa de juros, só em março o BC brasileiro admitiu promover o nível de corte que a gravidade do momento exigia.

Na mesma linha, também a política de superávit primário valeu como equívoco gêmeo do anterior, refletindo, uma e outra, a persistência no interior do governo Lula de segmentos ou orientações que ainda não haviam se convencido dos malefícios sistêmicos da cartilha neoliberal.

Só agora as autoridades da área econômica passaram a anunciar, como já era possível fazer muito antes, que o superávit primário será diminuído para que existam os recursos orçamentários demandados pelo PAC.

Registre-se, ainda, como último equívoco do governo federal na condução econômica, a decisão tomada em dezembro de 2008, por pressão das montadoras, de adotar as necessárias reduções tributárias e isenções fiscais como medida contra cíclica à queda das vendas, “esquecendo” de introduzir a indispensável contrapartida de proteção dos empregos.

Esse erro valeu como sinal verde para uma onda covarde de demissões, muito desproporcional aos efeitos reais sentidos por empresas que vinham nadando em resultados espetaculares há mais de dois anos.

É verdade que esse erro já foi corrigido na renovação do acordo em março de 2009, mas vale como demonstração ao movimento sindical de que, ou nos articulamos e antecipamos frente a esse tipo de risco e de erro, ou sofreremos golpes e derrotas que, em tese, não deveriam ser faci-

litadas por um governo de raízes populares e democráticas como o de Lula.

## DISPUTA ENTRE DOIS PROJETOS

A disputa presidencial de 2010 foi antecipada bastante no calendário político imposto pela mídia. A cada dia, ações positivas do governo federal são desqualificadas como sendo práticas eleitoreiras, ao mesmo tempo em que são ampliados os eventos promovidos pelos possíveis candidatos da oposição, minimizando os problemas ou dificuldades que os cercam. No mesmo enfoque editorial, essa mídia partidarizada e oposicionista usa destaque diferenciado para notícias positivas e negativas da economia.

Os números ruins explodem nas principais manchetes. Alguns dados positivos somem em pequenas colunas, como foi o caso dos números de março de 2009 sobre produção de automóveis, robustez da balança comercial, primeiros sinais de recuperação no nível de emprego, após o ataque de irresponsabilidade social que pautou as empresas em dezembro. No que toca ao cenário eleitoral, não se pode dizer, ainda, que o quadro de candidaturas para a Presidência da República já esteja pronto. É possível que sejam lançados mais de dois candidatos com credenciais para o posto.

Mas é bastante provável que, no fundo, se estabeleça o confronto entre apenas dois projetos. De um lado, manter e aprofundar o programa de mudanças que vem sendo conduzido por Lula. De outro, uma forte candidatura da oposição, da aliança PSDB e DEM (PFL), cuja prioridades nestes últimos seis anos foi combater os programas sociais, a recuperação do salário mínimo, a independência brasileira frente aos Estados Unidos na diplomacia, a aproximação com os países irmãos da América do Sul e com a África.

Uma das provas claras revelando o perfil conservador e direitista dessa oposição é a forma preconceituosa com que sempre

ataca a presença, nos mais altos cargos políticos da República, de dirigentes sindicais, de militantes dos movimentos sociais e de presos políticos do período ditatorial. Enfim, é bastante provável que a polarização de 2010 repita as mesmas cores de disputa entre esquerda e direita que marcaram os pleitos de 2002 e 2006.

Confirmada essa perspectiva, não pode haver dúvidas para o movimento sindical combativo, regido por uma concepção democrática que exige sintonia entre as lideranças e o nível de consciência política da classe trabalhadora brasileira como um todo.

Caberá, mais uma vez, orientar nossas bases para um claro engajamento em favor da candidatura comprometida com a consolidação das mudanças em curso desde 2003, respeitando as regras de não partidarização da vida sindical.

Em qualquer hipótese, não cabem ilusões quanto às consequências de uma vitória da oposição: maior criminalização dos movimentos sindicais e populares, ameaças aos programas sociais de redistribuição da renda, interrupção das políticas de resgate do salário mínimo, retorno à diplomacia do período anterior, perigo de retomada e finalização completa do ciclo de privatizações, jogando na privatária também a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

É verdade que tanto o movimento sindical brasileiro, quanto os movimentos populares de um modo geral, ainda não conseguiram concluir uma reflexão política mais profunda sobre as transformações, sobre os novos papéis e sobre os diferentes desafios colocados para esses agentes históricos quando um país vive reviravolta tão forte quanto a decorrente da eleição de Lula presidente da República em 2002. Fácil seria repetir a experiência de países onde o movimento sindical e popular se alinha completamente com o novo governo, sem qualquer visão crítica, enfraquecendo o dinamismo das lutas sociais e debilitando a sociedade civil, com riscos para a própria

democracia.

Igualmente fácil seria repetir outras tantas experiências, onde a vitória eleitoral popular dura uns poucos meses ou anos, na medida em que o distanciamento entre o novo governo e suas antigas bases sociais gera polarização e conflitos crescentes.

Em seguida, quebra-se a identidade entre ambos, as elites derrotadas recuperam fôlego e, no final, volta-se ao cenário anterior, de hegemonia neoliberal.

O que é difícil, de fato, mas necessário e indispensável, é a busca do correto equilíbrio entre um alinhamento geral a favor do governo reformista (em nosso 4º Congresso chamamos esse alinhamento de co-responsabilidade) e a manutenção de total independência para propor mudanças, cobrar, criticar e até mesmo denunciar seus erros em mobilizações públicas de protesto. Por difícil que seja esse caminho, é nele que o melhor movimento sindical brasileiro busca avançar, evitando, por um lado, o velho peleguismo que aproveita os espaços abertos para obter benefícios em verbas e recursos, mas, por outro lado, também combatendo o sectarismo infantil que consistem identificar Lula como o grande inimigo, numa atitude irresponsável que fragiliza o campo popular na disputa histórica contra as forças conservadoras da direita.

Dessa forma, uma primeira preocupação do movimento sindical e de nossa categoria está em obter das candidaturas progressistas, em 2010, nos níveis estadual e federal, o compromisso de levar adiante as mudanças estratégicas, de conteúdo popular, ainda não concretizadas.

A reduzida base parlamentar obtida por Lula nas duas eleições obrigou-o a formar alianças muito amplas, onde se abrigam até mesmo lideranças do regime ditatorial, responsáveis por atos de repressão aos movimentos sindicais e populares.

Esse fator, bem como erros e hesitações do próprio governo, levam à identificação de importantes dívidas frente à base histórica que viabilizou as vitórias de 2002 e 2006. A reforma política talvez represente

o déficit mais preocupante desse balanço, visto que o governo federal ainda não demonstrou um empenho claro para romper com as regras eleitorais, partidárias e de representação parlamentar que produzem a camisa de força hoje existente no Legislativo, capaz de barrar novos avanços. A cada votação decisiva, registram-se chantagens de segmentos fisiológicos da chamada “base aliada”, com altos custos financeiros e políticos para

Lula. Nenhum passo corajoso foi dado, até agora, no sentido de assegurar as mudanças imprescindíveis à moralização e democratização do sistema eleitoral: financiamento público de campanha, voto em listas, fidelidade partidária e outras.

Outra importante dívida é a não-democratização dos meios de comunicação de massa. Não ocorreu, até agora, nenhuma mudança importante no sistema de concessões que deixa nas mãos de poucos grupos empresariais um volume enorme de instrumentos, orientados a divulgar a visão de mundo e defender os interesses das mesmas elites que foram derrotadas nas duas últimas eleições presidenciais.

Muito mais que prejuízo ao governo Lula, esse monopólio agride a própria democracia, impedindo que o cidadão forme sua própria opinião a partir de um livre confronto de versões, dentro das mais amplas garantias de liberdade de imprensa, peça-chave da vida democrática.

Assim, as rádios comunitárias seguem enfrentando ações policiais de fechamento, as licenças para emissoras de TV vinculadas a sindicatos de trabalhadores e entidades populares ficam trancadas, durante anos, nas gavetas das mesmas autoridades que são rápidas para atender as demandas grandes proprietários da mídia, representados pela Abert.

E o que é pior, o governo federal não enfrenta de forma resoluta os monopólios de mídia que o atacam sistematicamente, perdendo a chance de promover nessa área a mesma distribuição de recursos que vem sendo realizada nos programas so-

ciais.

A reforma sindical também não ultrapassou a margem tímida de pequenos avanços como o reconhecimento das centrais sindicais, ao lado do favorecimento do diálogo direto com os trabalhadores.

No Legislativo estão paralisados importantes debates envolvendo as convenções da OIT, a jornada de 40 horas não recebe o prometido empenho para tramitação, a chamada taxa negocial segue pendente de definições, sumiu do cenário o debate – ainda mais prioritário no novo contexto de crise – sobre retomada da convenção que proíbe demissões imotivadas.

Podem se registrar, ainda, as demoras e omissões em temas como a reforma tributária, ambigüidades frente às demandas dos trabalhadores acerca do chamado fator previdenciário e do Imposto de Renda, ao lado dos questionamentos já referidos à condução da política macroeconômica, em especial no que se refere à taxa de juros, à omissão frente aos extorsivos spreads bancários, excessivos superávits primários praticados e descontrole sobre as remessas ao exterior.

Por último, mas não menos importante, o governo Lula não reage com o merecido rigor às freqüentes investidas criminalizando os movimentos sociais, que são disparadas pelos governos e pelas polícias estaduais, ou pelos poderes Judiciário e Legislativo no âmbito federal.

Acumulam-se queixas de que grupos indígenas, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas e famílias atingidas por barragens não encontram qualquer sensibilidade nas autoridades setoriais responsáveis pelas grandes obras de infra-estrutura, que em alguns casos promovem danos excessivos e desnecessários ao meio ambiente, deixando de dialogar com os representantes populares.

Mas todos esses problemas não comprometem o reconhecimento de um nítido saldo positivo do governo Lula na defesa dos interesses mais gerais da classe trabalhadora e dos segmentos mais pobres da

população.

O registro de tudo o que ainda falta alcançar vale como orientação ao movimento sindical, reafirmando a trajetória internacional que já remonta a séculos de mobilizações em todos os países, no sentido de que os governos começam e terminam, ao passo que os processos históricos são permanentes e irrefreáveis.

Em resumo, a disputa entre esses dois projetos históricos, um apontando para um futuro de maior justiça social e fortalecimento da democracia,

e outro com nostalgia de um neoliberalismo, está no centro do cenário político imediato, que por sua vez é marcado pelo duelo para definir quem arcará com os custos da grave crise econômica do sistema: os trabalhadores, pobres e excluídos, ou as elites nacionais e multinacionais que nadaram em lucros e farras financeiras nas últimas três décadas.

Dessa forma, o fortalecimento permanente da organização sindical e política da classe trabalhadora, a partir da própria fábrica no caso dos metalúrgicos do ABC, desponta como elemento decisivo para definir quem terá maiores chances de vitória nesse embate.

A pauta do 6º Congresso de nosso Sindicato já aponta com clareza a consciência de nossa categoria sobre isso, indicando a necessidade de contínua formação de lideranças e das próprias bases, passo a passo com um dinamismo crescente em nossa relação com organismos da sociedade civil em torno dos distintos temas da cidadania ativa: democracia participativa, igualdade racial, equidade de gênero, respeito ao meio ambiente, desenvolvimento da educação, defesa dos direitos de crianças e adolescentes, proteção aos segmentos vulneráveis, eficiência na segurança pública, sem violações aos direitos humanos etc.

Fica claro, também, que esse embate entre dois projetos de Brasil não se restringe à esfera das questões federais. Os dois projetos possuem seus representantes também no âmbito estadual, regional e

municipal, cabendo ao movimento sindical brasileiro e aos metalúrgicos do ABC definir com clareza quem são aliados e quem são adversários nesse âmbito, sem o que se tornará impossível realizar com êxito a disputa nacional.

## **A DISPUTA NO ESTADO DE SÃO PAULO E NO ABC**

A hegemonia partidária tucana no Estado de São Paulo já completa 15 anos e possui inúmeras explicações.

Na mesma eleição que levou FHC à Presidência da República, a vitória de Mário Covas para governador teve como viga mestra a credibilidade pessoal dessa liderança, pelo respeito que envolvia sua condição de parlamentar cassado pelo regime militar, quando foi líder do MDB na Câmara, em 1968, recusando corajosamente a pressão dos generais para processar Márcio Moreira Alves, seguindo-se o famigerado AI-5.

Registre-se, também, que Covas disputou a eleição presidencial de 1989 e subiu no palanque de Lula para apoiá-lo contra Collor no segundo turno.

Por último, mas não menos importante, o governo Lula não reage com o merecido rigor às freqüentes investidas criminalizando os movimentos sociais, que são disparadas pelos governos e pelas polícias estaduais, ou pelos poderes Judiciário e Legislativo no âmbito federal.

Acumulam-se queixas de que grupos indígenas, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas e famílias atingidas por barragens não encontram qualquer sensibilidade nas autoridades setoriais responsáveis pelas grandes obras de infraestrutura, que em alguns casos promovem danos excessivos e desnecessários ao meio ambiente, deixando de dialogar com os representantes populares aventureiro como Francisco Rossi, em 1994, ou, em 1998, de Paulo Maluf, símbolo do regime militar e da corrupção mais deslavada.

Com o afastamento de Covas, Geraldo

Alckmin buscou apoderar-se de sua herança política, se inclinando a posições reacionárias que incluem simpatias por seitas direitistas da Igreja Católica.

A hegemonia partidária estadual já vinha sendo reforçada como eixo dos dois mandatos de FHC, que fez de São Paulo, sede do sistema financeiro e da mais poderosa federação industrial, sua base principal de operações, sensibilizando fortes segmentos de uma classe média que muitas vezes já tinha demonstrando inclinações políticas à direita, como no episódio das Marchas da Família com Deus pela Liberdade, que em 1964 chamou os tanques das Forças Armadas para derrubar o presidente reformista João Goulart.

Por inúmeras razões, os movimentos sindicais e sociais paulistas nunca conseguiram manter um esforço permanente, disciplinado e rigoroso de fiscalização, cobrança e denúncia que funcionasse como exercício de contra hegemonia, mesmo no período (2001-2004) em que a capital do estado esteve sob administração petista.

Memoráveis greves e mobilizações dos professores da rede pública estadual despontam praticamente como exceção única nesse cenário, sempre combatidas asperamente por toda a mídia. É nessa mídia, aliás, que se localiza o alicerce mais importante do prestígio eleitoral tucano na esfera estadual.

A diferença de rigor com que jornais, rádios e televisões repercutem qualquer denúncia ou cobrança dirigida ao governo Lula e com que abafam ou minimizam todos os problemas a respeito da administração tucana chega ao ponto de total alinhamento partidário, dificultando a tomada de consciência, entre os cidadãos, dos muitos fracassos que cercam o balanço desses 15 anos de controle férreo sobre a Assembléia Legislativa, sobre o Judiciário e sobre o Ministério Público estadual.

Assim é que, no plano da Educação, não obstante o fato de as lideranças nacionais tucanas serem extraídas em grande parcela do meio universitário, a qualidade dos ser-

viços públicos ostenta níveis muito

inferiores ao de Estados dotados de recursos econômicos menores, o que se aferiu nos exames federais voltados à padronização dos níveis de ensino. Causa e efeito desses indicadores negativos, os salários médios de professores e funcionários da área não se situam no topo do ranking nacional, como se espera do estado mais rico da Federação.

Na área da Saúde se repete um quadro semelhante, em que o funcionalismo é tratado a pão e água e os investimentos ficam paralisados até o ponto de uma instituição de excelência, como o Incor, ter pedido socorro ao governo federal para não entrar em colapso.

A peça-chave da estratégia tucana para a Saúde paulista vem sendo a arquitetura das chamadas Organizações Sociais, destinadas a estabelecer parcerias numa gestão não-pública do setor, o que traz à memória o retumbante fracasso e as negociatas do sistema PAS, nos tristes tempos de Pitta e Maluf.

Na área da Segurança Pública, as recentes denúncias de corrupção que provocaram a demissão do responsável pela pasta ainda repercutem a falência completa do sistema, ocorrida em maio de 2006, quando uma facção criminosa decretou uma rebelião em praticamente todos os presídios do estado e chegou a colocar em fuga, na capital paulista, as unidades móveis de policiamento ostensivo.

Também desponta, no setor de transportes, como grave indício de má gestão ou corrupção, os extorsivos preços cobrados nas estradas paulistas, agora forçados à redução devido aos preços introduzidos nas concessões federais.

Merece registro também, na caracterização do domínio político tucano no estado de São Paulo, desmentindo as tentativas de Serra de apresentar-se como adversário do chamado neoliberalismo, que a sua jogada econômica e financeira mais importante em todo o mandato foi a tentativa de privatização da Nossa Caixa e da Cesp.

No que se refere a esta última, o leilão esbarrou na falta de compradores interessados e, no caso da Caixa Estadual, a venda ocorreu de fato, não significando privatização somente pela corajosa decisão de Lula, que determinou ao Banco do Brasil sua aquisição.

Em contraste com a abertura ao diálogo geralmente encontrada nas diversas instâncias do governo federal, Serra se caracteriza pela aversão aos movimentos sindicais e populares, raramente ouvindo suas demandas ou, pelo menos, entabulando reuniões.

Essa intransigência e insensibilidade ajudam a explicar, entre outros desdobramentos, o fato de São Paulo despontar em primeiro lugar no ranking nacional das ocupações de terras, promovidas pelos trabalhadores rurais no embate pela reforma agrária.

Por fim, a gestão Kassab na capital do estado, partilhada pelos tucanos, vem enfrentando intermináveis episódios de corrupção entre agentes da administração municipal, bem como denúncias de perseguição criminosa sobre as pessoas pobres e crianças que dormem nas ruas, por força da chamada política de “higienização” que é sustentada principalmente na área central da cidade, onde mendigos são atacados por jatos de água durante a madrugada.

Caracterizados dessa forma o contexto político nacional onde predomina o desempenho das políticas desenvolvimentistas e distribuidoras de renda que pautam o governo Lula, bem como o cenário estadual, onde ainda tem hegemonia o projeto político do período FHC, cabe realçar, agora, a importância dos componentes regionais que ajudam a definir o equilíbrio de forças no cômputo brasileiro.

O último congresso de nossa categoria, em 2005, definiu como tema básico a questão regional por duas razões mais importantes. Em primeiro lugar, pela compreensão de que toda mudança política, econômica ou social de um país se concretiza, sempre, no plano local, onde de fato acontecem, ou não, os conflitos, as disputas, as

crises e também os ciclos de crescimento e otimismo.

Por outro lado, por estarmos conscientes da importância especial que o ABC paulista possui como área de forte produção industrial, alta concentração populacional, expressiva arrecadação e ilimitado potencial de participação política e de pressão social sobre os rumos gerais da nação brasileira.

Qualquer balanço honesto sobre a evolução dos últimos anos registrará um saldo de avanços positivos. Políticas federais viabilizaram a Universidade Federal do ABC, hoje despontando como a mais promissora instituição oficial de ensino superior no país, ao lado da extensão do campus da Universidade Federal de São Paulo a Diadema.

Compõem também esse saldo a ampliação da produção do Pólo Petroquímico, que no passado sofreu até ameaças de fechamento, a implantação de um posto avançado do BNDES, investimentos pesados na área de saneamento básico (coletor tronco), viabilização técnica do Ferroanel e construção efetiva do trecho sul do Rodoanel, com investimentos partilhados entre União e Estado.

A recente eleição de Luiz Marinho prefeito de São Bernardo, resultado mais expressivo entre as vitórias obtidas pelos trabalhadores na região em 2008, abre caminho para a consolidação e multiplicação dessas conquistas.

Seja pelo fato de ter liderado com alto reconhecimento o nosso sindicato durante sete anos, de ter sido presidente da CUT nacional e exercido o cargo de ministro em duas áreas fundamentais como Trabalho e Previdência, reúnem-se em torno dele inúmeras condições para liderar um novo salto da região em termos de prestígio político e investimentos produtivos. Esse salto já vem sendo preparado há muitos anos, conforme se consolidou entre a classe trabalhadora da região uma compreensão política mais profunda sobre a importância das diferentes lutas pelos direitos de cidadania e pela importância da regionalidade nesses emba-

tes, para além da necessária consciência de classe, como pressuposto fundamental, e da prioridade sempre depositada nas questões estratégicas do projeto de Brasil que nos move na disputa com as elites dominantes.

Assim é que, em nosso congresso anterior, firmamos nas resoluções finais: “Os municípios constituem, de certa forma, os tijolos com os quais se constrói a economia nacional e se estrutura a vida em sociedade. Assim como a política econômica nacional deve se preocupar com a construção de um ambiente favorável ao crescimento industrial, avanço nas exportações, investimentos produtivos e otimização dos gastos públicos, é necessário pensar as políticas que tornariam mais eficaz o desenvolvimento no plano local, consolidando a vocação industrial do ABC, evitando a fuga de empresas e a guerra fiscal, integrando tecnologias de ponta ao poderoso parque produtivo aqui implantado”.

“Essa articulação criativa do potencial local assume diversos recortes territoriais, mas o município desempenha sempre um papel importante.

Por outro lado, a noção de desenvolvimento não se limita à idéia de crescimento econômico, por mais importante que este seja.

Crescimento se mede com indicadores frios como o PIB ou a renda per capita. Desenvolvimento se mede com avaliação da qualidade de vida em geral: saúde, educação, segurança, moradia, cultura, meio ambiente saudável, participação cidadã e valores humanos de solidariedade”.

Antes desse congresso, em especial nos anos 1990, nossa categoria acompanhou de perto, apoiou e até liderou inúmeras iniciativas relacionadas com essa estratégia regional, entre as quais se deve registrar o surgimento do Consórcio Intermunicipal do ABC, em 1990, reunindo os sete prefeitos da região; o Fórum da Cidadania do Grande ABC, em 1994, apoiado na experiência vitoriosa de Celso Daniel, que em 1991 lançou o Fórum Permanente

de Discussões de Santo André; a Câmara Regional do Grande ABC, em 1997, articulando o governo estadual na gestão Covas, poderes públicos locais e sociedade civil; aprovação, no mesmo ano, da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, lançamento do primeiro Planejamento Estratégico Regional, em 1999. Todo esse acúmulo de debates, articulações e implantação concreta de políticas bem sucedidas estão na raiz das iniciativas mais recentes adotadas por nosso Sindicato, sempre em parceria com outras categorias de trabalhadores, no sentido de organizar grandes seminários de impacto estadual e nacional, com a presença de vários ministros para debater com todos os segmentos produtivos e representações sociais diversificadas os próximos passos a serem dados.

Na medida em que essa lúcida estratégia de valorização das articulações regionais envolve sempre, como calcanhar de Aquiles, a disputa sobre qual será a informação veiculada pela imprensa a respeito de cada evento ou disputa, nosso Sindicato compreendeu a importância crucial de investir no fortalecimento de inúmeros veículos de comunicação de massa. Só dessa forma os trabalhadores passam a contar com chances reais de vencer a disputa de hegemonia presente nessas instâncias de diálogo com empresários e poderes públicos, garantindo-se objetividade e honestidade na informação concreta do que vai sendo aprovado e encaminhado.

No mais recente desses grandes eventos, “ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, ocorrido em março de 2009, foram estabelecidos importantes consensos que o presente congresso deve incorporar como parte integrante de suas resoluções.

Ali foram apontadas propostas concretas, viáveis e muitas vezes revolucionárias de modificações e aperfeiçoamento na ação dos mais importantes instrumentos de indução do crescimento, como o BNDES, mudanças na política oficial de juros e democratização do Conselho Monetário Nacional, facilitação do crédito produtivo etc.



Além de aprovar o relançamento da Câmara Regional do Grande ABC, o seminário repassou todos os inúmeros temas debatidos desde os anos 1990, seja a respeito de questões logísticas, importância dos arranjos produtivos locais, formação e qualificação dos trabalhadores, universidade e pólo tecnológico, capacitação de micro e pequenos empresários, propostas tributárias, banco popular, potencialidades do turismo regional, proteção ao meio ambiente, com ênfase na defesa do emprego e dos salários na presente conjuntura de crise internacional.

Com base nessa avaliação que fazemos do cenário nacional e local, e armados com propostas concretas para intervenção em

qualquer debate sobre os rumos gerais do País e de nossa Região, os metalúrgicos do ABC fazem de seu 6º Congresso um momento especial para aprovação de propostas fortalecendo nossa organização no local de trabalho e nossa intervenção junto à sociedade como um todo. Do 6º Congresso sairemos mais fortalecidos para o prosseguimento da luta histórica em defesa dos empregos, dos salários e das condições de vida de todos os trabalhadores, bem como no sentido de reforçar todas as lutas nacionais voltadas à transformação do Brasil num país justo, democrático, soberano, assentado na liberdade e projetado no sentido de construção permanente da igualdade social.

# ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

Uma conquista dos metalúrgicos do ABC

Um dos principais marcos da história e da identidade dos metalúrgicos do ABC foi a conquista da organização no local de trabalho, apesar das restrições impostas pela legislação que regula, desde a promulgação da CLT em 1943, o direito sindical e do trabalho no Brasil.

O que distingue nossa experiência de outras experiências do passado, assim como de outras categorias, é o fato de termos conseguido avanços na organização no local de trabalho, através das Comissões de Fábrica, do Sistema Único de Representação (SUR) e, mais recentemente, através dos Comitês Sindicais de Empresa. Atualmente, cerca de 70% dos metalúrgicos do ABC têm representação sindical no local de trabalho.

Ao transpormos os portões da fábrica e instituímos no seu interior a organização dos trabalhadores e sua representação sindical, rompemos, de fato, com um dos mecanismos da velha estrutura corporativa, que nega este direito, e demos um passo fundamental no processo de democratização das relações de trabalho.

Sem a organização dos trabalhadores dentro das fábricas, não teríamos tido condições de enfrentar, como o fizemos nos anos noventa, os desafios da reestruturação produtiva implementada pelas empresas. Sem uma organização sólida no local de trabalho e sem uma representação sindical qualificada no chão de fábrica, não poderemos, tampouco, defender com êxito os interesses dos trabalhadores neste momento de crise.

O nosso principal desafio no presente e nos próximos anos é consolidar esta organização. Não se trata de ampliar indiscriminadamente o número de CSEs na nossa base, mas de aprimorar os processos que transformam a organização no local de trabalho num instrumento efetivo nas mãos dos trabalhadores e do Sindicato para defender seus interesses imediatos e democratizar as relações de trabalho.

Para atingirmos este objetivo, será necessário aprofundarmos neste congresso a

reflexão sobre questões fundamentais:

1. Significado político da OLT. A primeira delas é o significado político da organização no local de trabalho e sua importância no projeto sindical que o SMABC vem construindo, desde a emergência do novo sindicalismo.

2. Estratégia de consolidação da OLT. A segunda questão está relacionada com a leitura que fazemos da realidade das fábricas onde estão sendo instituídas as experiências de organização no local de trabalho. Este diagnóstico é fundamental para a elaboração de diretrizes de ação estratégica visando sua consolidação.

1. Trabalho decente e responsabilidade social da empresa. A terceira questão está relacionada com uma nova cultura nas relações capital-trabalho, baseada na responsabilidade social das empresas e nos princípios do trabalho decente defendido pela OIT. Compreende um conjunto diverso de elementos, como os direitos sindicais e trabalhistas, a promoção da igualdade nas relações raciais e de gênero, a responsabilidade sócio-ambiental das empresas, saúde e segurança no trabalho, o combate à precarização do trabalho, entre outros. Todas elas têm uma relação direta com um dos eixos centrais de debate do congresso: a organização no local de trabalho. Nosso desafio é como estabelecer estas relações, tendo em vista consolidar a OLT em nossa base.

O Significado Político da Organização no Local de Trabalho: a OLT que queremos

No ABC a organização no local de trabalho foi conquistada na luta, não foi uma concessão das empresas. Foi legitimada pela ação dos trabalhadores e do Sindicato e é reconhecida pelas empresas quando se trata de resolver problemas envolvendo os trabalhadores.

A OLT é um elemento fundamental do projeto político do SMABC, desde as origens do novo sindicalismo. Neste sentido, é necessário resgatar as principais características da organização no local de trabalho que queremos consolidar em nossa base.

Um dos problemas que enfrentamos é a falta de compreensão do seu significado político, que compreende diversos aspectos:

### **Projeto do SMABC**

O SMABC é considerado o berço do novo sindicalismo. As lutas dos metalúrgicos, a partir do final dos anos setenta do século passado, contribuíram para mudar a história do sindicalismo e da sociedade brasileira. Essas lutas desenvolveram-se em torno de princípios e idéias (liberdade, autonomia, democracia, organização dos trabalhadores no local de trabalho, a ação visando a transformação da sociedade, numa perspectiva classista) que deram origem a uma nova concepção de sindicato e à própria CUT.

A OLT tem uma importância especial neste projeto. Como este direito é negado aos trabalhadores brasileiros pela legislação que regula a estrutura sindical, o SMABC vem desenvolvendo, desde os anos oitenta, uma política de ruptura com esta estrutura, conquistando, através da luta, a organização no local de trabalho.

Havia uma expectativa de que a reforma sindical e trabalhista contemplasse esta reivindicação histórica dos trabalhadores. O esvaziamento da proposta nos leva a priorizar, em nossa base, a consolidação da organização que conquistamos e a colocar no horizonte a luta mais geral pela aprovação da Convenção 87 da OIT, que regula o direito de organização sindical. Trata-se de transformar uma conquista dos metalúrgicos do ABC em direito de todos os trabalhadores brasileiros.

### **Contra-poder**

Ao conquistarmos a organização dos trabalhadores no local do trabalho, conseguimos estabelecer limites ao poder do capital, transformando o padrão de relações do trabalho até então existentes. O poder quase ilimitado da empresa de definir, unilateralmente, as regras da contratação e uso da força de trabalho foi quebrado. A empresa passou a ter que ouvir e a negociar com os

trabalhadores e sua representação sindical as questões envolvendo conflitos de interesse.

### **Cidadania**

Os trabalhadores, ao conquistarem um espaço próprio de organização no interior da fábrica, ampliaram as fronteiras da cidadania. Conseguiram ter voz, expressar suas demandas e ter na representação sindical um canal de negociação com a empresa. Tudo isto lhes conferiu uma nova identidade: saíram de uma situação de negação da cidadania, onde não lhes eram reconhecidos direitos fundamentais, para uma situação de sujeitos de direitos (condição em que os trabalhadores se organizam e lutam para conquistar novos direitos), com espaço reivindicá-los e de transformá-los em objeto de negociação com os patrões. Trouxeram, assim, a cidadania para dentro da empresa, democratizando as relações de trabalho.

### **Democratização das relações de trabalho**

Ao promover a união e a mobilização dos trabalhadores em torno de seus interesses, a OLT contribuiu para democratizar as relações entre os próprios trabalhadores.

O contato direto dos representantes sindicais com os trabalhadores, o levantamento e encaminhamento de suas reivindicações, as reuniões para discutir problemas setoriais, as assembleias para debater e aprovar demandas gerais (PLR ou outras questões envolvendo os interesses do conjunto dos trabalhadores), estabeleceram um canal sistemático de discussão e de participação no encaminhamento de demandas a serem negociadas com a empresa. Criaram também um fluxo contínuo de comunicação e de diálogo entre representantes e representados.

O exercício de um contra-poder no espaço fabril gera, por sua vez, relações de poder entre aqueles que passam a representar os trabalhadores (ou são eleitos para os representar) e os próprios trabalhado-

res. A democracia não deve ser apenas um princípio e um valor: deve se traduzir na prática cotidiana entre os que foram eleitos para representar os trabalhadores e sua base de representação.

Para que a democracia prevaleça entre os trabalhadores, no entanto, é necessário que, além de ser reconhecida como valor fundamental, seja traduzida na prática cotidiana do exercício de poder entre os próprios trabalhadores.

Neste sentido, o trabalho de base ganha um novo significado: não se trata de estabelecer com os trabalhadores uma relação meramente instrumental (angariar o maior número de adeptos para uma causa imediata, em troca de eventuais benefícios), mas de criar as condições para que eles se tornem sujeitos da ação voltada para transformar as relações de trabalho e suas condições de vida.

Ao relativizar o poder da empresa, a OLT contribuiu também para democratizar as relações capital-trabalho. A negociação assume um papel fundamental neste processo. Torna-se o canal por excelência de solução dos conflitos de interesse que surgem nas relações de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento de uma nova cultura nas relações capital-trabalho.

### **Autonomia**

O conceito está na base do projeto político da CUT e do SMABC. Significa, em linhas gerais, a capacidade do sujeito de definir a linha que orienta sua própria ação. É o oposto de heteronomia, situação em que o sujeito subordina-se a regras ditadas por outro (o chefe, a empresa).

A organização no local de trabalho deve ser vista como instrumento que amplia e fortalece a autonomia dos trabalhadores. A questão da autonomia coloca um desafio também na relação entre os próprios trabalhadores: cria uma tensão positiva entre representantes e representados e recoloca no centro dessa relação princípios e valores fundamentais (democracia, solidariedade, equidade, dignidade).

### **Classe**

Como já foi apontado acima, a OLT tem na sua origem um caráter classista. É a compreensão desta dimensão que permite aos trabalhadores distinguir seus interesses históricos dos interesses dos empresários.

A falta de clareza (ou de firmeza) em relação a este princípio pode levar a OLT a defender e a estabelecer relações de parceria com a empresa.

Os exemplos históricos mostram que em todos os casos onde isto ocorreu a organização dos trabalhadores perdeu legitimidade e força.

### **Solidariedade**

Uma das características mais fortes do novo sindicalismo, na sua origem, foi a solidariedade entre os trabalhadores, sempre que algum grupo estivesse enfrentando um momento ou uma luta difícil.

Este gesto de estar junto e assumindo como seu o sofrimento ou o problema do outro, contribuiu para reforçar entre os trabalhadores o sentimento de pertencerem a uma mesma classe e de compartilharem o mesmo projeto sindical e político.

Este princípio torna-se fundamental para fortalecer a organização no local de trabalho, especialmente se levarmos em conta a diferenciação criada (ou explorada) pela empresa para impedir sua união: horistas e mensalistas; homens e mulheres; negros e brancos; jovens e trabalhadores maduros; trabalhadores da empresa e terceirizados; portadores com doenças ocupacionais e trabalhadores sem essas doenças e pessoas com deficiência.

A solidariedade é o instrumento que dispomos para combater a forma como a fábrica usa, a seu favor, a fragmentação e diferenciação dos trabalhadores e a precarização dos direitos como diferencial competitivo, estabelecendo a disputa entre os companheiros de uma fábrica e os de outra. A OLT deve cumprir este papel fundamental: unir o conjunto dos trabalhadores da empresa em torno do projeto e da agenda sindical.

## **Contra-hegemonia**

Por ser parte de um projeto político mais amplo, a OLT compartilha uma visão de mundo (a sociedade que desejamos para nós e as gerações futuras) que orienta a atitude, o discurso e a prática de seus membros, particularmente daqueles que cumprem o papel de representação.

Não se trata de idéias abstratas, mas fundamentalmente de uma prática imbuída desta visão de mundo e dos valores que resgatam a dignidade do trabalhador como ser humano.

A OLT move-se, aqui, num campo simbólico onde a empresa também concorre com seu discurso, sua visão de mundo e sua prática cotidiana. Os dirigentes, militantes e trabalhadores enfrentam o desafio permanente de compreender e desconstruir o discurso da empresa, contrapondo-se a ele.

Nessa batalha permanente, vence quem tiver maior poder de persuasão, de convencimento. Daí a importância não só da fala do dirigente, mas dos meios de comunicação que dispõe (Tribuna Metalúrgica, a título de exemplo).

Como foi apontado acima, são fundamentais nesse processo não apenas as idéias, mas também a atitude, a prática cotidiana dos dirigentes. Neste sentido, eles devem estar impregnados de uma ética e de valores morais que são próprios da classe trabalhadora e que expressam sua visão de mundo para o conjunto da sociedade. Ao desempenhar este papel, o dirigente se torna um educador, no sentido pleno da palavra.

Estratégia para organizar a OLT na base do SMABC (ou da OLT que temos para aquela que queremos).

Temos hoje, em nossa base, uma realidade complexa em que as experiências de OLT apresentam graus diferenciados de consolidação. Isto se deve a vários fatores. Nosso desafio é fazer um diagnóstico preciso deste quadro e desenvolver uma estratégia para superar a situação atual e chegar, no futuro, onde desejamos.

O quadro atual da organização no local de trabalho na base do SMABC revela um processo ainda em construção. Isto fica claro quando consideramos as diversas formas de OLT com as quais lidamos (Cipa, CF, SUR, CSE), assim como os problemas que enfrentamos em cada uma delas (ou nas relações entre elas, numa mesma fábrica).

As relações entre diversas formas de OLT (CF, SUR e CSE) têm sido construídas a partir da leitura dos desafios que enfrentam em cada fábrica. Com exceção do CSE, não existe, do ponto de vista formal, atribuições específicas para cada uma. No ABC elas operam num campo de ambigüidade, superado pelo bom senso e pela capacidade de direção política dos dirigentes. Nem sempre este processo é isento de conflitos.

Esta questão precisa ser enfrentada e coloca em destaque a importância de uma definição, por parte deste congresso, que regule em nossa base a organização no local de trabalho. Para além dessa regulação, é preciso avançar na elaboração e implementação de uma política voltada para consolidar a OLT que hoje temos.

Esta política deve levar em conta três questões básicas:

### **1. O grau diferenciado de estruturação da OLT nas fábricas**

Apesar dos esforços feitos para ampliar em nossa base a organização no local de trabalho, temos hoje um quadro em que podemos agrupar, grosso modo, as experiências de OLT em três situações.

- A primeira, em que a OLT está melhor estruturada: tem uma base sólida de legitimidade e de reconhecimento dos trabalhadores; é reconhecida pela empresa e tem papel efetivo na negociação das questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores; desenvolve um trabalho de base sistemático, envolvendo os trabalhadores nas questões e ações sindicais.

- A segunda, onde o OLT enfrenta dificuldades para se consolidar. Apesar do reconhecimento formal da OLT pela empresa, sua ação em defesa dos trabalhadores

ainda é limitada e esporádica (por ocasião da PLR, por exemplo). Enfrenta dificuldade para se contrapor à linha de gestão do trabalho desenvolvida pela empresa, processo que fragiliza sua base de apoio e de reconhecimento por parte dos trabalhadores.

- A terceira inclui as fábricas onde a OLT encontra-se numa situação frágil de estruturação. Apesar de terem uma representação sindical formal (CSE), os trabalhadores não se encontram organizados. A situação cria uma enorme dependência do Sindicato (assessoria de base) para intervir em defesa dos seus interesses. Pode criar também um terreno propício à cooptação do representante sindical por parte da empresa.

## **2. Levar em conta a estratégia da empresa**

Uma linha estratégica de ação para consolidar a OLT em nossa base deve levar em conta a diversidade de situações apontada acima. Para ser eficaz, no entanto, deve ir além deste diagnóstico parcial: é preciso desvendar também a estratégia das empresas em relação ao controle cotidiano dos trabalhadores.

Esta estratégia tornou-se mais complexa, a partir dos anos noventa, quando as empresas mais expostas à concorrência e melhor posicionadas na cadeia produtiva implementaram um processo sistêmico de reestruturação produtiva. Ela articula mudanças na organização da produção e do trabalho com formas novas e mais sutis de controle dos trabalhadores. O controle direto, típico do taylorismo-fordismo, tem sido substituído por outro, de interiorização.

A empresa estabelece uma nova forma de relação com seus trabalhadores, passando a demandar deles: engajamento incondicional com a produtividade; cooperação com outros trabalhadores, qualquer que seja sua função ou posição hierárquica; inserção numa rede de colaboração e de troca confiável de informações; relação individual do trabalhador com seu superior

hierárquico, em detrimento de relações horizontais, com seus pares.

Busca-se criar uma nova cultura, que substitui a disciplina obrigatória e repressiva e que, ao mesmo tempo, simboliza a participação consensual dos trabalhadores nas atividades da fábrica. Em outras palavras, a empresa sofisticou o discurso e as formas de controle. Aprimorou a comunicação e individualizou a relação com os trabalhadores, procurando conquistar corações e mentes.

Na outra ponta da cadeia produtiva, encontramos uma realidade totalmente diferente. As mudanças na organização do trabalho e da produção, quando existem, são tópicas e parciais. Predominam mecanismos repressivos de controle e métodos abusivos de exploração do trabalho. Formas precárias de contratação e condições também precárias de trabalho são recorrentes nesta situação.

O próximo congresso deverá aprofundar a reflexão e o debate sobre estas questões com o objetivo de identificar os elementos que darão corpo a uma linha estratégica de ação, adequada a esta diversidade de situações. Em outras palavras, para o SMABC consolidar a organização no local de trabalho na sua base, deverá traçar diretrizes de ação que contemplem esta realidade complexa e diversa de organização da produção e de gestão do trabalho nas fábricas.

## **3.A importância de uma ação coordenada para implementar uma política de consolidação da OLT**

Levando em conta o quadro esboçado acima, é necessário desenvolver uma política para consolidar a OLT em nossa base e que tenha como referência a realidade diferenciada das fábricas.

O plano de ação a ser aprovado no congresso, contemplando diversas questões (saúde e segurança no trabalho; meio ambiente; responsabilidade social da empresa; igualdade nas relações raciais e de gênero; formação; comunicação) deve conter propostas que se adequem à situação real de

organização dos trabalhadores nas fábricas.

O plano deve conter metas que possam ser alcançadas no mandato da atual direção e cuja implementação possa ser acompanhada e avaliada de forma sistemática.

Em outras palavras, para que o plano tenha sucesso, é necessário uma estratégia que articule essas experiências e lhes dê uma direção comum.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA**

A idéia predominante na sociedade é a de que a empresa é uma entidade de caráter privado, regida por normas e princípios definidos por seus proprietários, e comandada pelos desafios do mercado, entre os quais a competitividade é ressaltada como condição de sobrevivência da própria empresa.

Em nome da competitividade ela busca, nos momentos de bonança, o envolvimento dos trabalhadores, elaborando o discurso de que o destino deles está intimamente relacionado ao sucesso da empresa, procurando estabelecer entre ela e seus trabalhadores uma relação de compromisso e de parceria.

Em momentos de crise, a competitividade torna-se uma questão de sobrevivência e a racionalização de custos sua principal preocupação. Os cortes envolvem geralmente a redução de postos de trabalho e os trabalhadores passam a ser vistos como objeto de medidas saneadoras da empresa. Muda-se o cenário, altera-se o discurso, redefine-se a prática.

Na visão dos metalúrgicos do ABC, no entanto, a empresa é, por sua natureza, um empreendimento de caráter social. Desde sua origem, ela estabelece relações com a sociedade. Esta relação é mediada pelo poder local, de quem geralmente recebe incentivos e subsídios, pela população que consome seus produtos e, de forma especial, pelos trabalhadores que asseguram, através do seu trabalho, o pleno funciona-

mento e o êxito do empreendimento, seja ele voltado para a produção de bens ou de serviços.

Os impostos pagos ao governo reforçam este caráter social da empresa. Primeiro, porque são resultado do trabalho que valoriza o capital e, segundo, porque destinam-se ao fundo social que o Estado usa e devolve à sociedade na forma de serviços e de políticas públicas.

O SMABC, coerente com esta visão, tem lutado para, nas duas últimas décadas, construir uma nova cultura nas relações capital-trabalho, baseada no diálogo, na negociação, na luta e, fundamentalmente, no princípio da responsabilidade social das empresas. Acredita que esta cultura deve prevalecer em momentos de bonança, assim como nos períodos de crise.

Não confunde responsabilidade social com assistencialismo, embora reconheça que projetos da empresa focados em problemas sociais da comunidade sejam importantes, recomendando a participação dos trabalhadores nessas iniciativas.

Para o Sindicato uma empresa passa a ter responsabilidade social quando incorpora em seu projeto e em suas práticas gerenciais temas da agenda do trabalho decente, como a valorização do diálogo, o respeito aos direitos sindicais e trabalhistas, o combate à discriminação racial, a promoção da igualdade de gênero nas relações de trabalho, a valorização do jovem e do deficiente, o investimento na qualificação profissional, o respeito e a contratação de pessoas com mais de 40 anos. Uma empresa responsável reconhece a livre organização dos trabalhadores, inclusive dos prestadores de serviços. Reconhece, ainda, direitos iguais aos trabalhadores terceirizados.

Quando observamos a região do ABC, constatamos uma distância considerável este padrão de empresa socialmente responsável e a realidade concreta das empresas. Ainda prevalece nas empresas uma cultura de gestão autoritária e práticas que priorizam o lucro imediato em detrimento



da valorização do trabalho, como a rotatividade da mão-de-obra, baixos salários, condições precárias de trabalho, desrespeito aos direitos trabalhistas, não reconhecimento da representação sindical e o uso de terceiras para escamotear sua co-responsabilidade na contratação de trabalho precário.

Este quadro tende a se agravar em momentos de crise, como a que enfrentamos no presente. O Sindicato acredita que a crise também cria oportunidades, inclusive para reverter este quadro. Acreditamos que a melhor forma de enfrentá-la é nos juntando a outros atores sociais no esforço de revitalização da economia regional.

Não podemos perder a oportunidade de propor, nos espaços públicos que estão sendo revigorados na região para encontrar soluções para a crise e para o desemprego, o debate de uma nova cultura empresarial focada na responsabilidade social e na valorização do trabalhador.

Ao mesmo tempo, devemos continuar pautando esta discussão na negociação com as empresas que estão sofrendo o impacto maior da desaceleração do crescimento, procurando impedir que os trabalhadores sejam penalizados, com o desemprego ou com a precarização do trabalho, por uma crise criada pelo sistema financeiro internacional.

## **PROPOSTAS DE AÇÃO**

Levando em conta o quadro esboçado acima, sugerimos uma linha de ação articulada nos seguintes eixos complementares:

### **1.A luta permanente nas empresas para evitar demissões ou a precarização do trabalho, que:**

- Deverá envolver a preparação dos dirigentes e assessores que participam das negociações, a sistematização dos acordos realizados e o acompanhamento de seu cumprimento pelas empresas.

- Deverá envolver a apresentação, por parte das empresas, de relatórios mensais sobre a contratação e demissão de trabalhadores.

- O acesso das empresas às políticas públicas em qualquer nível, sejam elas políticas de apoio, políticas de crédito ou políticas de desoneração tributária, deverá ter como contra partida a manutenção e/ou ampliação do nível do emprego formal, o desenvolvimento de políticas de igualdade, de contratação de pessoas com deficiência com a adequação de acessibilidade e do ambiente de trabalho para o convívio com os demais trabalhadores.

### **2.O incentivo ao desenvolvimento no ABC de uma nova cultura de gestão empresarial, focada na responsabilidade social da empresa, que:**

- Deverá envolver a elaboração de propostas a serem debatidas nos fóruns públicos regionais, envolvendo nesta iniciativa outros atores, como as universidades.

### **3.A criação de mecanismos voltados para o fortalecimento das pequenas e médias empresas, que:**

- Deverá desenvolver iniciativas como o acesso ao crédito e a novos mercados, o acesso à assessoria gerencial (Sebrae), o desenvolvimento de programas de qualificação profissional (Senai, escolas técnicas, Fundação Florestan Fernandes), entre outras. A participação das empresas nessas iniciativas deve ser condicionada ao seu compromisso de responsabilidade social.

4. A criação de mecanismos para combater a rotatividade na categoria da mão de obra feminina.

5. O desenvolvimento de gestões para que as empresas contribuam com os gastos dos trabalhadores em cursos profissionalizantes e de ensino superior, uma vez que elas são beneficiadas com o aprendizado destes companheiros.

6. Em parceria com as empresas e o poder público, o desenvolvimento de iniciativas que possibilitem a criação de creches e de programas de formação para crianças e adolescentes.

7. A luta pela criação de mecanismos para que as empresas cumpram suas responsabilidades na reabilitação de trabalhadores que tenham qualquer tipo de depen-

dência química, psíquica ou qualquer outra do gênero.

8. A negociação para que seja incluída em todas as convenções coletivas do Sindicato a cláusula já existente neste acordo com as montadoras e que permite ao companheiro liberado pelo INSS recusar o retorno ao trabalho se ele ainda enfrentar problemas de saúde.

9. A passagem para a aposentadoria tem se mostrado um processo traumático para o companheiro que dedicava uma parte expressiva de seu tempo ao trabalho. Muitas vezes, a falta de oportunidade em um mercado de trabalho já congestionado por adultos desempregados e jovens coloca para os aposentados a inatividade social como única alternativa, o que acaba desenvolvendo problemas de saúde. Como a aposentadoria não significa o fim da capacidade produtiva do indivíduo, mas sim novas oportunidades de exercer tarefas para as quais acumulou conhecimentos durante sua vida profissional, o Sindicato e a AMA-ABC devem realizar negociações com as empresas para que o trabalhador em vias de aposentadoria participe, ainda na fábrica, de palestras e cursos de formação que o prepare para novos desafios após sua aposentadoria.

### **Saúde, Segurança no Trabalho, Meio Ambiente nas Empresas e Capacitação Sindical para atuação nessas áreas.**

A luta por saúde e segurança no trabalho, além de bandeira histórica do movimento sindical cutista, sempre teve papel relevante na pauta dos trabalhadores metalúrgicos do ABC.

É fundamental o entendimento de que a atividade, ou seja, o trabalho real é que determina os padrões de saúde, e segurança no trabalho seja pela forma como é organizada, seja pelas especificidades de cada ambiente, ou pelas características próprias de cada sistema de gestão.

Isso é importante para entendermos que as leis e normas que regem e regulam as

condições de trabalho como as NR do Ministério do Trabalho e Emprego, estipulam um mínimo aceitável de segurança e proteção à saúde dos trabalhadores.

Acontece que embora essa legislação seja importante e até imprescindível, ela não é auto-aplicável, ou seja, muitas vezes não é cumprida. Além disso, também não é suficiente podendo ser melhorada e atualizada.

Assim será a organização nos locais de trabalho, através da sua atuação, quem vai determinar o grau de empenho das empresas em cumprir as leis e as normas de saúde e segurança, ou, nas empresas que já cumprem a lei, quem vai negociar e contratar, avanços nas conquistas para além do pressuposto legal.

Isso se faz necessário para adequar as condições de trabalho saúde e segurança ao processo dinâmico e presente em cada empresa no que diz respeito à introdução de novas tecnologias, às inovações organizacionais e de gestão e às novas formas de organizar a produção e o trabalho.

Por outro lado as questões relativas a proteção ambiental nas empresas vem sendo, há muito tempo planejadas, debatidas e transformadas em ações efetivas, através dos chamados Programas de Gestão Ambiental.

Nesses programas são comuns as ações em educação e conscientização ambiental para os trabalhadores, a composição de grupos de trabalho para adequação e certificação das empresas na ISO 14000 e seus complementos, e a difusão de práticas e processos sustentáveis que resultem em melhoria da imagem da empresa entre seus clientes e seus concorrentes.

Essas ações ambientais, no entanto, estão se dando, na maioria das vezes, sem a participação e a intervenção dos trabalhadores e da organização sindical nos locais de trabalho. Podemos dizer que salvo raras experiências pontuais, pouco ou nada conseguimos intervir nesse processo.

É importante ressaltar que uma extensa pauta se apresenta como oportunidade

para avançar nas conquistas dos trabalhadores, a partir de um tema que está na pauta das grandes discussões mundiais, que tem grande potencial de mobilização.

Dentro do enfoque cidadão que tem norteado as ações do nosso Sindicato nas suas relações com a sociedade, toda e qualquer ação dentro das fábricas, implicará em ganho político junto à comunidade.

Isso significa que, ações dos trabalhadores, por uma produção mais limpa e sustentável como a utilização racional da água, a busca de fontes alternativas de energia e a redução da poluição ambiental decorrente da melhoria dos seus produtos ou dos seus processos de produção, poderão agregar apoios importantes na nossa luta e na nossa imagem.

### **Propostas de ação**

O congresso que se inicia deverá após amplo debate de idéias e concepções elaborar propostas que tenham sentido prático e possam ser implementadas, nos próximos anos, levando em contas as especificidades e os aspectos conjunturais de cada empresa.

Além disso, que essas propostas venham de encontro com as políticas de fortalecimento e consolidação das OLT – organizações nos locais de trabalho, no sentido de se tornarem pautas das várias instâncias de representação sem que isso signifique prejuízo para as demais ações sindicais, e da desejável sintonia com as instâncias metalúrgicas da CUT.

### **Para isso apresentamos os seguintes eixos de ação:**

- Lutar para a implantação de melhorias na segurança dos processos produtivos, em que o cumprimento da legislação não seja um fim em si mesmo, mas, um pressuposto básico para novas conquistas, através da negociação e contratação de melhores e mais saudáveis condições de trabalho.

- Intervir de forma coerente e qualificada para garantir que os trabalhadores tenham participação nos processos de discussão,

implementação e gestão dos programas de proteção ambiental nos locais de trabalho.

- Propor mecanismos que solucionem as dificuldades que encontramos em várias empresas permitindo que as conquistas e as ações nos locais de trabalho, no que se refere à saúde, segurança e meio ambiente, assumam um patamar mais condizente e proporcionalmente coerente com o nível de atuação do nosso Sindicato nas questões socioeconômicas.

### **Para implementar essa linha de ação propomos ainda:**

- O Sindicato dos Metalúrgicos, dentro do seu amplo programa de formação sindical, promoverá ações para a qualificação dos vários organismos de representação e organização nos locais de trabalho, para atuação nas áreas de saúde condições de trabalho e meio ambiente.

- Fazem parte desse percurso formativo obrigatório, a ergonomia aplicada ao trabalho; a saúde, segurança e meio ambiente; a formação para a atuação dos cipeiros, além, de eventos para debates de temas relevantes para essa área de atuação.

- O Sindicato disponibilizara os investimentos adequados para os cursos de formação sobre segurança e meio ambiente e principalmente saúde, reformulando e adequando seu conteúdo e buscando sempre uma linguagem acessível.

- Que saúde, segurança e meio ambiente sejam políticas relevantes na assinatura dos acordos coletivos com as empresas e, sempre que possível, acompanhadas por assessoria do DSTMA, assim como, de outros departamentos técnicos do sindicato.

- Produzir cartilha sobre dano e assédio moral.

- Definir uma coordenação para discutir a disponibilização de tempo livre para, pelo menos um, cipeiro das pequenas e médias empresas como forma de melhorar atuação e garantir uma melhor formação.

- Lutar pela construção de legislação específica sobre o tema que dê garantias para a atuação sindical.

- Organizar seminário para debater temas de saúde, segurança e meio ambiente e legislação previdenciária.

- Capacitar a Comissão de Saúde e Segurança do Sindicato para que esteja entre suas tarefas o acompanhamento da comissão tripartite do Ministério do Trabalho e Emprego em relação às NR.

- Realizar plenárias semestrais sobre os temas de saúde e segurança e questões ambientais de forma que aprofundem as relações e a troca de experiências entre cipeiros, Comissões de Fábrica, SUR, membros do CSE e demais instâncias de representação nos locais de trabalho.

Por meio da priorização de determinadas empresas, aprofundar o processo de formação e apoio de possíveis candidatos a CIPA.

Lutar para que as empresas assumam suas responsabilidades sociais com os trabalhadores nos casos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, dando suporte social e financeiro (ex: remédios, transporte para tratamento etc.).

## COOPERATIVISMO

Uma das alternativas ao desemprego criadas pelos metalúrgicos do ABC nos anos noventa foi assumir fábricas que haviam fechado ou que estavam em estado pré-falimentar e transformá-las em empreendimentos autogestionários. Surgiram assim várias cooperativas de produção e de serviços comandadas pelos trabalhadores, ampliando as bases da economia solidária na região.

O SMABC atuou de forma decisiva nestes processos, aportando recursos para viabilizar os novos empreendimentos, assegurando assessoria técnica para se desenvolverem e mediando a relação com parceiros nacionais e internacionais, processos que foram fundamentais no fortalecimento das cooperativas e na construção de sua estrutura organizativa, que culminou na criação da Unisol Brasil.

A ação do SMABC foi movida pelos prin-

cípios da solidariedade de classe, do socialismo, da humanização, da inclusão e por dois objetivos básicos: encontrar alternativa ao desemprego e fomentar experiências autogestionárias de produção que viessem a apontar caminhos para os trabalhadores, para além da sua condição de operários em empreendimentos privados.

As duas experiências – a vivência operária em empresa privada e a vivência de um empreendimento autogestionário – devem continuar dando vida ao projeto político do SMABC, propiciando entre os trabalhadores uma troca de saberes e de aprendizado. Essa relação de troca deveria também enriquecer e fortalecer os elementos que juntam essas duas experiências no mesmo projeto político: a mesma matriz de valores, princípios éticos e de idéias que fazem parte de nossa visão de mundo e de nossa concepção de sociedade. Acima de tudo, o mesmo ideal de construir uma nova sociedade.

Assistimos nos últimos anos o distanciamento entre as cooperativas e o Sindicato, justificado principalmente pela natureza e complexidade das primeiras. Outras cooperativas, no entanto, continuam mantendo com o movimento sindical uma relação rica de troca de experiências e de diálogo. O fato das cooperativas contratarem, por tempo determinado, trabalho assalariado mais nos aproxima do que nos separa.

Embora tenhamos clareza que a realidade das cooperativas é muito distinta da realidade sindical, é necessário reforçar neste Congresso os laços que ligam as duas experiências ao mesmo projeto político, mantendo os mesmos princípios que justificaram sua criação.

### Propostas de Ação

Levando em conta o quadro esboçado acima, propomos ao congresso a reflexão e a deliberação em torno dos seguintes eixos básicos de ação:

1. Fortalecimento dos laços de intercâmbio e de cooperação entre o Sindicato e as cooperativas. Deverá envolver ações que

reforcem os objetivos que levaram o Sindicato a investir nas cooperativas, que fortaleçam processos democráticos de gestão dos empreendimentos e que dinamizem a economia solidária. Deverá ter como resultado uma ação mais articulada em torno do mesmo projeto político.

2. Desenvolvimento de projetos envolvendo interesses comuns entre os membros das cooperativas e os metalúrgicos da base de representação do SMABC. Deverá envolver ações que aproximem os trabalhadores e que os levem a compreender a especificidade de cada realidade (trabalhar numa fábrica ou numa cooperativa de produção), assim como os elementos que essas realidades trazem para pensarmos as relações que queremos desenvolver entre os trabalhadores, como base de uma nova sociedade.

3. O SMABC deve criar em conjunto com a UNISOL Brasil um mecanismo que facilite a atuação junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

4. Potencializar ações que viabilizem a divulgação e as vendas dos produtos e serviços das cooperativas, de forma a facilitar e contribuir para seu acesso aos mais diversos mercados de consumo.

5. Fortalecimento das OLTs dentro das cooperativas para que as relações de trabalho sejam regidas pelos princípios que norteiam o cooperativismo.

### **Para implementar esta linha de ação, propomos ainda:**

- A criação de um Grupo de Trabalho, composto por membros das cooperativas e dirigentes do Sindicato, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento sistemático de ações nos dois eixos mencionados acima.

- Incluir nos cursos de Formação do Sindicato aulas sobre cooperativismo para que a categoria compreenda os princípios dessa forma de trabalho que se espalha por nossa base e contribui para uma sociedade mais justa.

- Criar e promover, com o acompa-

amento técnico e profissional da Unisol Brasil, uma cooperativa de prestação de serviços (pedreiros, encanadores, escriturários, motoristas etc.) para aposentados e pensionistas que se constitua em uma oportunidade de geração de emprego e renda para complementar os benefícios destes companheiros e permita que se mantenham em atividade.

## **COMUNICAÇÃO COM A CATEGORIA**

Tribuna Metalúrgica, um instrumento de informação e para a formação dos metalúrgicos do ABC.

A Tribuna Metalúrgica surgiu há 38 anos para suprir a necessidade que a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sentia de comunicar à categoria sua versão dos acontecimentos.

Antes dela, a maior parte dos metalúrgicos da região tomava conhecimento dos fatos através dos meios de comunicação comerciais, ficando submetido à manipulação das notícias.

Coube ao jornal desconstruir, através do discurso de dirigentes e militantes do SMABC, o discurso da empresa, do governo ou dos meios de comunicação para contrapor-se a ele.

A publicação também teve a função de mobilizar e organizar a categoria para os atos, greves, movimentos de rua ou o que mais fosse necessário no enfrentamento com empresas ou o governo.

Para cumprir esse papel, a TM nasceu arrojada, atrevida, contestadora. Sem descuidar de contextualizar a notícia, sua linguagem sempre foi direta, sem rodeios, básica – um incentivo para a ação.

A categoria gostou do novo meio de comunicação e começou a usá-lo para divulgar suas próprias demandas. Com isso o jornal passou a publicar também as reivindicações dos metalúrgicos do ABC em busca de melhores condições de trabalho e de uma sociedade justa e democrática.

Esta relação criativa entre direção e base

possibilitou que o Sindicato, ao firmar-se no cenário político brasileiro, dispusesse de um meio de comunicação de inteira confiança da categoria.

Essas características próprias são amplificadas pela tiragem que supera dezenas de milhares de exemplares diários que circulam de terça a sexta-feira e tornam a TM a publicação mais lida pelos metalúrgicos do ABC.

Tudo isto tudo é potencializado, hoje, pelo diálogo que o jornal mantém com os demais meios de comunicação do Sindicato ou nos veículos que a entidade participa como parceiro ou apoiador: Portal do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Revista do Brasil; ABCD Maior (jornal, rádio, tevê, site e editora de livros) e TV Educativa, em Mogi das Cruzes.

No que se refere à Comunicação com a categoria, o desafio deste Congresso é definir a melhor forma de utilizar o potencial de comunicação da Tribuna Metalúrgica para aprimorar a organização no local de trabalho dos metalúrgicos do ABC e contribuir para esta organização onde ela ainda é incipiente.

### **Propostas de Ação**

**Para atingir os objetivos acima, propomos:**

1) Que todas as matérias publicadas pela Tribuna Metalúrgica não se atenham apenas ao fato relatado, mas dêem um passo adiante e questionem os motivos que levaram sua publicação.

2) Destacar as iniciativas da direção, representantes, militância, trabalhadores ou demais departamentos do SMABC destinadas a aprimorar a OLT.

3) Publicar em linguagem coloquial matérias ou séries que tratem de temas complexos e que ainda não constam da pauta da publicação (responsabilidade social da empresa, meio ambiente, Dia Primeiro de Maio etc.) com o objetivo de auxiliar na formação do metalúrgico do ABC.

4) Que na coluna Confira seus Direitos, da Tribuna Metalúrgica, seja publicado,

periodicamente, direitos relacionados às mulheres, como forma de conscientizar e mobilizar a categoria.

5) Orientar os comitês e demais instrumentos de organização (CIPA, SUR, CF) para entregar a Tribuna Metalúrgica em mãos aos trabalhadores como uma forma de reforçar o trabalho de base.

6) Sob a responsabilidade do coordenador de área, a Tribuna Metalúrgica deve divulgar também matérias de empresas onde ainda não existe representação.

7) Que a Tribuna Metalúrgica seja suporte para outras publicações (quando necessário) para ações específicas dos comitês sindicais nas fábricas.

8) Valorizar as novas mídias como instrumento que facilite a comunicação entre os dirigentes.

9) Criação de uma Tribuna Metalúrgica Especial (semestral).

10) Assegurar à Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC – AMA-ABC espaço mensal na Tribuna Metalúrgica, para que possam divulgar lutas informações referentes à legislação previdenciária, atividades de lazer e formação, bem como outras demandas de aposentados e pensionistas.

11) Criar um link específico no site do Sindicato para informar especificidades das fábricas.

12) Aprimorar as colunas assinadas pelos Departamentos do Sindicato na Tribuna Metalúrgica para que sejam também um espaço de Formação e discutam questões relativas ao meio ambiente e aos tipos de trabalho que oferecem risco aos companheiros.

## **FORMAÇÃO**

A formação tem sido uma área fundamental na construção do projeto político do SMABC. Cabe a ela formar militantes e dirigentes e prepará-los para enfrentarem os desafios colocados para a ação sindical na fábrica e na sociedade.

A maioria dos trabalhadores que hoje

ocupam postos de direção no Sindicato e de representação nas fábricas passaram pelos cursos de formação. Sabemos que a formação é um processo complexo, que não acontece apenas na sala de aula. O aprendizado dos trabalhadores é uma atividade permanente, que tem como principal referência a realidade concreta, na fábrica ou fora dela, que coloca questões que desafiam o conhecimento.

As atividades em sala de aula, no entanto, devem ser vistas como momentos privilegiados de reflexão sobre o que acontece na vida real, permitindo aos participantes ampliar a compreensão crítica das questões relacionadas a sua prática. Devem propiciar a troca de saberes entre quem aprende e quem ensina, conferindo a todos o papel de sujeitos na construção do conhecimento.

A formação realizada no SMABC deverá continuar sendo essencialmente um processo político, uma prática voltada para a liberdade e para a emancipação dos trabalhadores, como indivíduos e como ser coletivo. Deverá continuar focando a prática sindical e política no espaço fabril e na sociedade, preparando nossa base e nossos dirigentes para o trabalho fecundo e árduo de construir nesses espaços relações de poder e de hegemonia. Deverá estabelecer neste sentido, relações de intercâmbio e de cooperação com a rede de formação da CUT, particularmente no ramo metalúrgico.

Não deverá ficar restrita à sala de aula, nem aos livros. Deverá se abrir para o mundo, incluir outras formas de linguagem e de manifestação cultural, estabelecer uma mediação mais criativa entre o cotidiano e a história. Deverá ser um dos canais de comunicação com outros movimentos sociais com os quais compartilhamos uma visão semelhante de mundo e o mesmo projeto de sociedade.

Deverá inovar a forma de organizar as atividades, oferecendo alternativas que melhor se adequem ao perfil e ao interesse dos participantes. Além de cursos de curta e média duração, deverá oferecer outras

atividades focadas em temas específicos, e realizá-las através de oficinas, palestras, círculos de estudo, entre outras possibilidades. Deverá, nesta linha, aproveitar as possibilidades abertas pela relação que o Sindicato vem construindo com universidades da região.

Apesar dos resultados obtidos nos últimos anos, temos um imenso trabalho a ser construído. É preciso dar continuidade e alargar as fronteiras do processo de formação de nossos dirigentes, militantes e trabalhadores. É preciso criar uma relação mais criativa entre formação sindical e formação profissional. É preciso ainda construir um projeto conseqüente de formação para os trabalhadores que serão liberados pelas fábricas para participarem das atividades sustentadas pelo futuro Fundo de Formação.

Apesar de ser considerada uma área estratégica para o Sindicato, deverá também merecer mais atenção dos representantes sindicais nas fábricas e nas regionais na hora de selecionar e de inscrever os participantes para as atividades formativas.

### **Propostas de Ação**

Este congresso deverá debater o tema e aprovar diretrizes de trabalho que possam ser implementadas nos próximos anos, assegurando as condições e recursos necessários para que este objetivo seja alcançado.

### **Neste sentido, propomos o desenvolvimento de uma política de formação focada em três eixos complementares:**

1.A formação permanente de militantes e dirigentes. Deverá compreender atividades que vão da formação básica, como cursos de sensibilização de trabalhadores para participarem do Sindicato, a atividades mais complexas, voltadas para dirigentes e militantes. Deverá dar prioridade aos eixos de ação estratégica aprovados no congresso: consolidação da OLT e ação do sindicato na sociedade.

2.A formação profissional dos(as)

metalúrgicos(as). Deverá envolver relações de cooperação com entidades que atuam na área (Senai, Fundação Florestan Fernandes, Escolas Técnicas), ampliando as alternativas de qualificação profissional para a categoria. Deverá resgatar, neste processo, as experiências de qualificação profissional desenvolvidas pelo Programa Integrar.

3. A formação dos metalúrgicos, através do Fundo de Formação. Deverá oferecer aos metalúrgicos, em geral, uma visão de mundo para além daquela que construíram na rede de ensino, na fábrica, na família e em outros espaços sociais e culturais em que foram socializados. Ênfase especial deverá ser dada ao papel do Sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores e no processo de transformação da sociedade.

### **Para implementar esta política, propomos ainda:**

- A reativação do Coletivo de Formação, composto por dirigentes, comissões de cidadania, por formadores do Departamento de Formação e assessoria técnica de outros Departamentos, com o objetivo de construir o projeto de formação contemplando os três eixos mencionados acima e de acompanhar, de forma sistemática, sua implementação.

- A criação de Grupos de Trabalho encarregados da construção do projeto de formação profissional e do projeto envolvendo o Programa de Formação e de Qualificação voltado para a categoria.

- A ação articulada do Departamento de Formação com outros Departamentos na construção de programas de formação voltados para dirigentes e militantes.

- Incentivar a integração com a Formação realizada pela CUT Nacional e Estadual-SP, com o objetivo de promover maior troca de experiências com outras categorias e permitir aos nossos militantes e dirigentes um conhecimento mais aprofundado de realidades diferentes do mundo do trabalho.

- Utilizar o espaço da Formação no portal do SMABC para disponibilizar materiais

utilizados nos cursos e materiais complementares que possibilitem maior aprofundamento sobre os temas tratados e um debate mais enriquecido com a base.

- A contratação dos participantes dos cursos com seus respectivos representantes ou coordenadores permitirá melhor avaliação do grau de comprometimento com o processo formativo.

- Se houver demanda o curso de Comunicação e Expressão terá uma nova turma a cada seis meses.

- Rearticular o fórum de CIPA como um espaço de formação.

- Criar um conselho político do sindicato para acompanhar a escola do Dieese.

- Criar novos módulos de aprofundamento para o curso de Sindicato e Cidadania.

- Incentivar a criação de uma escola de ensino fundamental, reconhecida pelo MEC, administrada em forma de cooperativa e voltada para o filho do trabalhador da categoria. Essa escola teria como metodologia a educação libertadora de Paulo Freire e buscaria o protagonismo dos jovens e a participação dos pais.

- Criar grade de formação específica para a temática de juventude, aberta para todos/as trabalhadores/as, para discutir temas gerais do nosso sindicato focados na juventude, levando em consideração linguagem, dinâmica, entre outros aspectos próprios.

- Criar curso de formação de formadores jovens, a exemplo do curso da central sueca L.O em parceria com CUT/SP, transformando os jovens em multiplicadores sociais para a construção de uma sociedade baseada na solidariedade e no coletivismo.

- Estudar a possibilidade de criar cursos profissionalizantes na Regional de SBC semelhantes aos da Regional de Diadema.

- Criação de um curso básico para dirigentes que contemple temas como sistema político brasileiro, direitos trabalhistas fundamentais saúde do trabalhador e procedimentos administrativos.

- Incentivar a participação nos cursos



de formação do Sindicato de todos os companheiros que trabalham nas empresas terceirizadas.

**Propomos ainda:**

- Uma maior qualificação de nossos dirigentes para o debate no chão de fábrica sobre o papel fundamental do Sindicato na sociedade, bem como da importância de cada trabalhador enquanto cidadão nos espaços locais (associação de moradores,

conselho municipal, estadual e federal), principalmente nos bairros onde moram.

- Continuidade dos ciclos de debates sobre temas focados na ação do Sindicato na sociedade, com a participação obrigatória dos representantes.

- Um aprimoramento do espaço interativo propiciado pela nossa página na internet aliado a uma grande divulgação deste espaço e um forte incentivo para sua utilização por parte de nossa categoria.

# SINDICATO E SOCIEDADE

**“Podemos planejar uma cidade agradável e sonhar com ela”.**

**Celso Daniel**

## A ação dos trabalhadores na sociedade: lições do passado

A experiência de lutas dos metalúrgicos do ABC mostra que os desafios que enfrentam no trabalho cotidiano não se limitam aos muros que cercam as fábricas. Para resolver os problemas que afloram no mundo do trabalho precisam, em determinadas circunstâncias, como a das crises que geram o desemprego, intervir no espaço fora da fábrica, onde são tomadas decisões que influenciam o emprego, a renda e as relações de trabalho.

Estamos agora diante de uma crise econômica cujo desfecho ainda está difícil de vislumbrar. Enfrentamos situações semelhantes no passado. Embora as realidades de cada momento histórico sejam distintas, extraímos elementos da experiência passada para projetar a ação no presente.

Nos anos noventa, quando o desemprego atingiu índices alarmantes no país e na região, a ação criativa e resoluta do Sindicato na Câmara Setorial contribuiu para redirecionar e dinamizar o desenvolvimento da indústria automobilística.

Conseguimos, através deste fórum tripartite, frear as demissões, melhorar os salários, ao mesmo tempo em que os subsídios oferecidos pelo governo às montadoras criaram condições para que se modernizassem e retomassem o crescimento em outros patamares de competitividade, produzindo, no médio prazo, um efeito virtuoso na cadeia produtiva e na economia regional.

O impacto da crise econômica sobre a região, nesta mesma época, no entanto, foi intenso, acentuando o quadro de miséria e de desigualdades sociais que haviam sido criadas pelo modelo de desenvolvimento autoritário e excludente. Fábricas, com vasto contingente de operários submetidos a baixos salários e intensa exploração haviam produzido, no seu entorno, o crescimento de favelas e a ocupação irregular de áreas de proteção ambiental.

Com o agravamento da crise, muitas fábricas não resistiram e fecharam as por-

tas. Outras migraram para o interior do estado ou para outras regiões do país, movidas pelos subsídios que alimentavam a guerra fiscal. Deixaram um quadro sombrio de prédios e barracões vazios, de desolação nos bairros operários assolados pelo desemprego (cerca de 180 mil postos de trabalho perdidos entre 1990 e 1999) e de escalada da violência.

O poder público foi pressionado pelo agravamento da questão social, ao mesmo tempo em que a queda da arrecadação de impostos diminuía sua capacidade de intervenção.

Foi neste contexto que surgiu no ABC uma das mais significativas experiências de articulação regional envolvendo o poder público, empresários, sindicatos e movimentos populares. Foram criados vários novos espaços institucionais para debater a crise e buscar alternativas: o Consórcio Intermunicipal de Prefeitos, em 1990; o Fórum da Cidadania, em 1994; a Câmara Regional do ABC, em 1997; e a Agência de Desenvolvimento Econômico, em 1998.

Nesses espaços foram definidas diretrizes políticas e gestados acordos inovadores visando a revitalização da economia regional e a construção de um novo modelo de desenvolvimento, no qual a sociedade civil passou a ter voz e vez. Os sindicatos, ao lado de outros atores, como os movimentos populares e os empresários, tiveram participação ativa neste processo.

Duas questões foram fundamentais para o aprendizado político dos metalúrgicos do ABC nessas duas experiências (Câmara Setorial e desenvolvimento regional). A primeira foi a reafirmação de uma antiga convicção, a de que os trabalhadores podem e devem intervir na política para resolver os principais problemas que os afligem. Ao atuarem neste campo, conseguiram inovar e romper com modelos tradicionais de se conceber e de se fazer política. Reafirmaram sua condição cidadã de sujeitos de direitos (aqueles que lutam para manter e ampliar seus direitos) e foram protagonistas de um processo histórico que colocou

em movimento e fez expandir as fronteiras da própria cidadania.

Este exercício da cidadania nos anos noventa apenas reafirmou uma característica inerente ao DNA dos metalúrgicos do ABC: desde a emergência do novo sindicalismo, no final dos anos setenta, não foi esta sua marca registrada, a ousadia de ultrapassar o muro das fábricas, ocupar o espaço público e transformá-lo em cenário de lutas que mudaram, simultaneamente, a história do país e o destino dos próprios trabalhadores?

A segunda questão diz respeito ao modelo de desenvolvimento e à maneira de se fazer a mediação entre sociedade civil e Estado. No primeiro caso (Câmara Setorial), democratizou-se o exercício da política, com atores da sociedade civil (empresários e trabalhadores) atuando em condições de igualdade e em espaço público (fórum tripartite) na formulação de propostas para a indústria automobilística, rompendo com uma tradição em que a política industrial para o setor ou era definida unilateralmente pelo Estado, ou construída nos seus bastidores com os empresários.

No segundo caso (desenvolvimento regional), assistimos a um processo em que se inverte a lógica da tradição política autoritária brasileira. É a sociedade civil que se organiza e intervém na formulação de propostas de desenvolvimento junto com o poder público. Os trabalhadores, os moradores da cidade, deixam de ser meros expectadores para participarem ativamente na elaboração de projetos e de políticas que alteram a fisionomia da cidade e influenciam a dinâmica da região.

A participação dos cidadãos na gestão do poder local se ampliou e se aprofundou com o Orçamento Participativo e com a criação dos Conselhos Gestores de políticas públicas, adotados por prefeituras da região do ABC desde os anos noventa.

Este aprendizado dos trabalhadores, particularmente dos metalúrgicos do ABC, ao atuarem no espaço público e nas instituições que criaram uma nova forma de

governança regional, foram fundamentais no enfrentamento dos desafios do passado. E continuam como referência para se pensar o presente, apesar de enfrentarmos um cenário bastante distinto nos dias atuais.

### **A ação dos trabalhadores na sociedade: desafios do presente**

A experiência do desenvolvimento regional, apresentada sinteticamente em seus traços mais gerais, aconteceu no ABC, apesar da postura e das políticas desfavoráveis do governo FHC. A partir da eleição do Presidente Lula, em 2002, assistimos a uma situação paradoxal. Enquanto o governo federal atendia demandas históricas da região, como a ampliação do pólo petroquímico, o Rodoanel, a criação da UFABC, a extensão para Diadema de um campus da Universidade Federal de São Paulo, ou desenvolvia políticas com impacto na região como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ou que abria possibilidades a serem exploradas, como o PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo), o planejamento estratégico da região foi abandonado pelas prefeituras, ao mesmo tempo em que os fóruns de articulação e de desenvolvimento regional foram substancialmente esvaziados ou colocados em “estado vegetativo”. A Agência de Desenvolvimento Regional talvez seja, neste contexto, uma rara exceção.

Nos primeiros meses de 2009, as novas administrações municipais foram surpreendidas pela intensidade da crise internacional e de seu reflexo na região, com a desaceleração do crescimento industrial e com o ensaio de uma onda de demissões, que começa a atingir setores mais frágeis da cadeia produtiva da indústria automobilística.

O SMABC entrou em cena, articulando as forças políticas regionais e nacionais, assim como o empresariado e outros segmentos do movimento sindical, para aprofundarem o diagnóstico da crise e elaborarem propostas em relação ao crédito, ao acesso a mercados, ao desemprego, às

relações de trabalho e ao trabalho decente.

O quadro esboçado acima levanta algumas questões de fundo que os metalúrgicos devem levar em conta no debate a ser realizado neste congresso.

### **1.A intervenção dos metalúrgicos no espaço da cidade**

A ação cidadã dos metalúrgicos na sociedade começa por sua intervenção no espaço da cidade. Atuando de forma articulada com os movimentos sociais, com os quais o Sindicato compartilha o mesmo projeto político, esta intervenção envolve a participação nas disputas eleitorais, defendendo candidaturas progressistas, assim como a mobilização em torno das causas populares e a atuação nos fóruns democráticos de gestão de políticas públicas.

A Constituição de 1988 abriu esta possibilidade e cidades do ABC, como Diadema e Santo André, tornaram-se verdadeiros laboratórios de participação popular no governo da polis. Do Orçamento Participativo aos Conselhos Gestores nas áreas da saúde e educação, a título de exemplo, a população foi chamada a debater os problemas da cidade, a buscar soluções negociadas, a propor alternativas e a analisar possibilidades.

Nos anos mais recentes, durante as campanhas eleitorais, tem sido notável, e em algumas situações decisiva, a atuação do Sindicato e de sua militância. Em alguns municípios, onde os partidos de esquerda têm maior atuação, a militância mantém-se ativa no interior dos movimentos populares. Em outros, passado o período eleitoral, a mobilização naturalmente reflui e, junto com ela, desaparece a atuação da militância no espaço público da cidade.

Não acontece o mesmo onde é frágil a atuação dos partidos de esquerda. Embora o sindicato tenha sempre sensibilizando sua militância para continuar em cena, sua atuação junto aos movimentos populares diminuiu nos anos noventa, período em que teve que priorizar a ação nas fábricas. Esta situação nos coloca diante do desafio

de uma ação mais efetiva contra a tendência ao acomodamento a uma prática que vai na contramão da cultura de democratização do espaço público e de mobilização popular na gestão das questões envolvendo os destinos da cidade.

O exercício da política não pode ser visto como atribuição daqueles que foram eleitos para representar os interesses populares (o prefeito, os vereadores), ou daqueles que foram nomeados para executar projetos e desenvolver políticas públicas (secretários).

Nas cidades onde candidatos do campo democrático popular foram eleitos, as novas administrações enfrentam, no interior do seu próprio aparelho administrativo, dificuldades para implementar o plano de governo, defendido tão ardorosamente durante a campanha eleitoral. Uma situação diferente ocorre nas cidades onde as forças progressistas foram derrotadas: o risco é de serem destruídas as experiências de democratização da gestão das políticas públicas, processo no qual os movimentos populares tiveram enorme contribuição.

Muito embora tenha o movimento popular se enfraquecido aqui no grande ABC, a eleição do companheiro Luiz Marinho em São Bernardo do Campo, vem fortalecer estes movimentos e a certeza da manutenção e ampliação aos espaços de participação popular como orçamento participativo, conselhos, etc.

Nas cidades onde as forças de direita estiveram no poder por longo período, os movimentos populares sofreram enorme repressão e foram praticamente desarticulados. Seu espaço foi ocupado por grupos e pessoas subalternas à administração municipal que passaram a desenvolver nos bairros populares práticas de clientelismo e de combate aos movimentos sociais. Em alguns casos, este quadro abriu espaço para o controle da comunidade pelo crime organizado.

Apesar de ter feito um amplo debate com a categoria sobre as metas do milênio, o Sindicato não conseguiu articular, junto com os movimentos populares, uma ação

mais concreta para que elas fossem cumprida nas cidades do ABC.

A ação do Sindicato, tão rica e dinâmica no interior das fábricas, não consegue ultrapassar seus muros e impregnar a comunidade no seu entorno. Não existe uma relação da organização no local do trabalho com a comunidade. A comunidade permanece indiferente ao que acontece dentro das fábricas e, em alguns casos, chega a ser hostil ao Sindicato.

Essa realidade é muito diferente daquela vivida nos anos de emergência do novo sindicalismo, quando o apoio popular nos bairros foi fundamental para o êxito das longas greves protagonizadas pelos metalúrgicos. Pode-se dizer que muita coisa mudou, desde essa época. Que não existem movimentos populares tão fortes como naquele tempo, que a ação da Igreja Católica e de outras igrejas em relação aos movimentos sociais passou por mudanças significativas. Que as políticas sociais desenvolvidas pelo governo federal e pelo governo local são mais eficientes do que no passado e, por este motivo, também contribuíram para esvaziar os movimentos sociais.

Basta, porém, uma visita aos bairros populares, para constatar seu grau de carência em relação ao que deveria ser objeto das políticas públicas (saúde, habitação, saneamento, educação, transporte, segurança, entre outros temas).

O quadro esboçado acima mostra que é necessário mudarmos a forma como o Sindicato atua neste campo, seja na relação com os movimentos populares, seja na forma como envolve sua própria militância no espaço político da cidade. Este congresso deve aprofundar a reflexão sobre o tema e indicar diretrizes de ação para os próximos anos.

## 2. Desenvolvimento regional e combate ao desemprego

A luta contra o desemprego levou o Sindicato a priorizar a intervenção no plano regional, visando reverter a situação de esvaziamento e desarticulação em que se encontram os espaços institucionais cria-

dos para promover o desenvolvimento do ABC. Ela desdobra-se também em iniciativas compensatórias locais ou regionais, em articulação com o governo federal: seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, entre outras. Envolve ainda políticas macro de desenvolvimento, combinadas com o de estímulo econômico setorial.

A descrição anterior dos processos que dinamizaram a articulação regional nos anos noventa e o enfraquecimento dessas iniciativas na década seguinte pode passar a impressão de que este último resultado foi provocado apenas pela falta de visão ou de vontade política de sujeitos que ocuparam, transitoriamente, o poder local.

Em alguns municípios, a ação do poder local oscilou, de fato, entre a omissão e a oposição direta às iniciativas voltadas para a integração e o desenvolvimento regional. Além desses fatores, estudos recentes sobre o tema apontam questões mais complexas quando se trata da articulação pelo desenvolvimento de regiões metropolitanas. O ABC não fugiu à regra e a análise de seus contratemplos indica causas para além da falta de vontade política de governantes de ocasião.

Os desafios atuais do desenvolvimento regional passam pela necessidade de serem exploradas, de um lado, oportunidades criadas dentro do novo pacto federativo, como a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e a lei de Consórcios Públicos, aprovadas no governo Lula, visando fortalecer a organização, gestão e financiamento das regiões metropolitanas.

É necessário, por outro lado, dotar instituições como a Agência de Desenvolvimento Regional de instrumentos capazes de ampliar seu leque de intervenção no Grande ABC.

Os atores locais (empresários, trabalhadores, organizações não-governamentais, academia) devem estar atentos e participar da elaboração de planos diretores das cidades que observem o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001, e que recomenda o

uso e ocupação do espaço urbano compatibilizando inclusão social, competitividade, sustentabilidade ambiental e acessibilidade. Falta ainda conferir aos planos diretores a dimensão e integração regional.

As questões mencionadas indicam a necessidade de se enfrentar a questão institucional como um dos principais desafios do desenvolvimento regional. A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), voltada para criação de novos patamares para o desenvolvimento industrial, abre possibilidades para a região tornar-se uma referência de inovação, ao explorar seu potencial na área de engenharia de produto e de processo.

Os atores regionais, entre eles os Sindicatos, devem colocar em debate o próprio modelo de desenvolvimento que se quer para a região, cujos elementos básicos devem ressaltados: aquele que, primeiro, combina crescimento econômico com inclusão social e proteção ao meio ambiente; segundo, que promove uma nova cultura empresarial, baseada na democratização das relações capital-trabalho e na responsabilidade social das empresas; terceiro, que estimula formas inovadoras de mobilização dos recursos econômicos através de redes de pequenas empresas, cuja sustentabilidade (social, técnica e institucional) é assegurada a partir dos efeitos sistêmicos (aglomeração e proximidade) proporcionados pelos territórios em que as redes operam.

Para superar o problema do desemprego, o desafio imediato, os metalúrgicos do ABC não podem perder o foco – as iniciativas concretas e de curto prazo – nem a dimensão mais ampla do problema, a necessidade de retomar o desenvolvimento.

A organização de um grande seminário – O ABC do diálogo e do desenvolvimento – envolvendo sindicatos, empresários e o poder público para debater a crise, no mês de março deste ano, resultou na criação de grupos de trabalho encarregados de aprofundar o diagnóstico e de elaborar propostas em relação a quatro temas centrais na

retomada do desenvolvimento regional: crédito para a região, acesso a mercados, combate ao desemprego e trabalho decente.

O evento estimulou a reativação da Câmara Regional, espaço institucional onde os GTs deverão atuar. Retomou-se a tradição de buscar soluções articuladas para os desafios regionais através do diálogo e do consenso.

Foi superada a visão localizada de um problema comum – o desemprego – e percebeu-se a importância de evitar seu potencial desagregador, com impacto significativo nos esforços que vem sendo feitos para enfrentar a pobreza e as desigualdades sociais na região. Sinalizou-se, mais uma vez, que a superação do problema dependerá de um esforço conjunto do poder público e da sociedade civil. Foi reafirmada a idéia de que a melhor forma de combater o desemprego é promover o crescimento econômico e o desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, enfrentamos o desafio imediato de resistir, em cada fábrica, à ameaça de desemprego. Soluções negociadas em cada empresa deverão levar em conta nossos princípios e compromissos históricos com a classe trabalhadora, cujos parâmetros estão contemplados na agenda do trabalho decente.

### **3. A intervenção dos metalúrgicos no plano nacional: a sociedade que queremos construir**

A grande questão a ser colocada em debate neste congresso é o papel que cabe aos metalúrgicos do ABC na formulação, proposição e desenvolvimento de iniciativas que contribuam para o fortalecimento da democracia e promovam desenvolvimento sustentável, processo mediado pelos interesses dos trabalhadores e dos setores populares com os quais compartilhamos, em linha geral, o mesmo projeto de sociedade.

Trata-se, em outras palavras da sociedade que queremos construir, como sugere o tema do congresso: construindo um Brasil justo e democrático. É preciso deixar claro

que a democracia que queremos começa no interior das fábricas, com o reconhecimento do direito de organização no local de trabalho.

Ela ultrapassa os seus muros e avança pelo espaço da cidade, da região e do país, através de processos que democratizam as relações de poder, ampliam a participação dos cidadãos, criam novos espaços institucionais onde diferentes atores políticos se encontram para debater e propor soluções para as grandes questões envolvendo a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Tivemos, nos últimos anos, avanços significativos nesta direção. Respondendo aos anseios populares, o governo federal tomou várias iniciativas no sentido de combater, através de novas leis e de políticas públicas, as desigualdades raciais e de gênero, e de promover a integração de jovens e de deficientes no mercado de trabalho.

Avanços consideráveis foram realizados no governo Lula no processo de democratização do Estado e no desenvolvimento de políticas sociais, cuja natureza supera o assistencialismo: em vez de meros alvos da assistência pública, as pessoas passaram a ser tratadas como sujeitos de direitos e estimuladas ao exercício da cidadania.

Este congresso deve aprofundar esta discussão e apontar linhas de ação visando a manutenção e a ampliação dessas conquistas depois do fim do mandato do Presidente Lula.

Tudo indica que nas eleições presidenciais de 2010 estarão em disputa, basicamente, dois projetos políticos: o que consolida e amplia as conquistas sociais obtidas nos últimos anos, com base no desenvolvimento sustentável e na democratização da política, e aquele que retoma o ideário neoliberal, mantendo alguns de seus elementos centrais (incentivo ao grande capital, recuperação da lucratividade das empresas com base na flexibilização dos direitos dos trabalhadores, o Estado mínimo e o discurso do “choque de gestão”, entre outros elementos) e, ao mesmo tempo,

atualizando o antigo projeto neoliberal ao novo momento histórico (maior controle do Estado sobre o mercado, particularmente sobre o capital financeiro; responsabilidade ambiental; recuperação e modernização da infraestrutura, incentivo às novas tecnologias, entre outras iniciativas).

Do ponto de vista da ação do SMABC, três questões precisam ser levadas em conta ao formularmos diretrizes para a ação estratégica visando fortalecer a luta pela sociedade que queremos.

A primeira delas, diz respeito à natureza da ação popular no campo da política. Com raras exceções, a intervenção dos movimentos populares tem se limitado aos espaços institucionais conquistados (e consolidados no governo Lula), onde têm sido atendidas especialmente suas demandas imediatas (valorização do salário mínimo, alteração das normas do imposto de renda, veto presidencial à Emenda 3, entre outras).

Esta ação continua sendo fundamental e deve ser ampliada. Deve, no entanto, ser combinada com outras iniciativas que resgatem a “pressão que vem das ruas”. Essa questão merece reflexão, particularmente no que diz respeito ao papel da mobilização popular para forçar o avanço das “fronteiras da cidadania”, fortalecer a sociedade civil e democratizar a política.

A segunda questão diz respeito ao debate e formulação de propostas relacionadas ao projeto de sociedade que queremos. A democracia que defendemos passa, inevitavelmente, pela democratização das relações de trabalho.

A organização no local de trabalho, que foi uma conquista dos metalúrgicos do ABC na negociação com as empresas, precisa ser reconhecida, regulada e universalizada pelo Estado como direito de todos os trabalhadores brasileiros.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o avanço das lutas dos metalúrgicos esbarra hoje na regulação das relações de trabalho, criada nos anos quarenta do século passado, que impede a realização do con-



trato coletivo de trabalho. O contrato coletivo nacional é um instrumento indispensável para equilibrar as relações entre capital e trabalho, impedindo que as empresas usem as diferenças regionais de salário e de condições de trabalho como vantagens competitivas. É, neste sentido, um elemento fundamental do projeto de democracia que defendemos. Sem ele, os sindicatos não conseguem cumprir sua tarefa histórica de contribuir para uma melhor distribuição de renda para os trabalhadores.

A terceira questão diz respeito a inserção dos metalúrgicos no debate de temas nacionais. Questões, envolvendo os interesses dos trabalhadores e de outros setores da sociedade (reforma tributária, reforma política, reforma agrária, educação, segurança, saúde, meio ambiente, entre outras) não devem ser objeto de debate apenas por ocasião das disputas eleitorais. Na realidade, o debate político foi substituído e “pasteurizado” pelos programas eleitorais transmitidos pelos meios de comunicação de massa. Os próprios partidos de esquerda, por sua vez, precisam resgatar em seus projetos e na sua prática as questões oriundas do mundo do trabalho.

A última questão está relacionada à ação dos metalúrgicos no campo da comunicação social, onde buscam um lugar efetivo na disputa de hegemonia. O Sindicato tem feito um investimento considerável para construir uma rede alternativa de comunicação, cujo objetivo é contrapor-se à ação hegemônica dos meios de comunicação em mãos de um número reduzido de grupos econômicos. Conhecemos o poder destrutivo desse oligopólio, quando se trata de alcançar objetivos políticos, como foram as campanhas visando desestabilizar o atual governo federal.

Os meios de comunicação de que dispomos (Jornal ABCD Maior, site do Sindicato, Tribuna Metalúrgica, programa de televisão, Revista do Brasil), por sua vez, buscam neste cenário um duplo objetivo: informar os fatos relevantes ao interesse popular, abordando-os sob a ótica dos interesses

das camadas populares e, para além dos fatos, contribuir para formação de uma nova cultura política, baseada em valores e relações sociais que não são regidos exclusivamente pela dinâmica do mercado, nem pela lógica da acumulação do capital.

## **RELAÇÃO COM O GOVERNO FEDERAL O ABC É BRASIL**

A atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC no cenário nacional é parte fundamental de sua história e capítulo importante da luta de todos os trabalhadores brasileiros por melhores condições de vida e participação política.

Foram os movimentos grevistas no ABC no final da década de 1970, que, ao enfrentarem a ditadura a partir da organização dos trabalhadores no interior das fábricas, iniciaram um novo processo de democratização das relações sociais e de trabalho no Brasil, dando origem ao que ficou conhecido como “novo sindicalismo”.

Foram os movimentos iniciados pelos Metalúrgicos do ABC a partir da organização nos locais de trabalho que levaram, nos anos 1980, à criação do Partido dos Trabalhadores – PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Ainda nos anos 1980, a participação do Sindicato nos debates da Constituinte, ao lado de outros setores do movimento sindical e dos movimentos populares, levou para dentro do Congresso Nacional a mobilização dos trabalhadores e da sociedade. Estas ações foram fundamentais para a conquista dos direitos sociais e a consagração dos direitos dos trabalhadores na Constituição promulgada em 1988.

No início da década de 1990, a partir das experiências de negociações desenvolvidas pelos Metalúrgicos do ABC na Câmara Setorial Automotiva, criaram-se outras Câmaras Setoriais que possibilitaram a negociação em alguns setores da economia, viabilizando alternativas para a manuten-

ção do emprego e consolidando o papel da organização no local de trabalho.

Ao longo da década de 1990, em meio às reformas neoliberais que varreram o mundo e o Brasil, foi a resistência do movimento sindical cutista que garantiu a manutenção dos direitos dos trabalhadores e o enfrentamento das conseqüências da abertura indistinta do mercado interno e dos processos de reestruturação produtiva por que passaram as empresas. E foi na transformação da produção que a participação ativa dos trabalhadores organizados em cada uma das unidades produtivas se consolidou como elemento fundamental da defesa dos interesses da classe perante o poder do capital.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da república marcou “o encontro do Brasil consigo mesmo”, alcançando para o cargo mais alto do país um brasileiro saído do interior da fábrica que, ao fortalecer a participação da sociedade civil nas definições do Estado brasileiro com a valorização dos Conselhos Nacionais e a ampliação dos espaços tripartites, consolida o lugar da classe trabalhadora na ação política no país ampliando o papel do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nos debates nacionais.

Destacam-se nesse processo, entre outras, a participação do Sindicato nas negociações envolvendo:

- a política de valorização do Salário Mínimo;
- a atualização dos valores e revisão da estrutura da tabela de imposto de renda;
- a garantia de rentabilidade dos recursos do FGTS na criação do Fundo de Infra-Estrutura, integrante do PAC;
- o veto presidencial a Emenda 3 que institucionalizava o PJ e flexibilizava as relações de trabalho.

Além das negociações nestes espaços, os Metalúrgicos do ABC tem uma participação expressiva no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e no Fórum da Previdência.

É neste contexto e tendo claro que o pa-

pel do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é fazer ressoar no debate nacional as vozes dos trabalhadores do chão da fábrica, que se coloca a necessidade de aprofundar neste congresso a reflexão sobre as ações que deverão ser encaminhadas no próximo período.

## **PROPOSTAS DE AÇÃO**

Buscando manter o papel do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC na defesa dos interesses dos trabalhadores no contexto nacional, este Congresso deverá debater o tema e aprovar uma linha de ação que fortaleça a presença do sindicato nesses fóruns e nas principais discussões sobre os rumos do país.

**Neste sentido propomos 4 eixos de atuação, cada qual composto de propostas de ação:**

1- Participação e articulação dos espaços institucionais

- É fundamental traçar uma linha comum de ação, junto com os movimentos populares e outros segmentos do movimento sindical, envolvendo a defesa dos interesses dos trabalhadores.

- Preparar o Sindicato para a atuação política nacional pós governo Lula, a partir da consolidação e articulação dos espaços de participação social criados neste governo;

- Garantir representação do Sindicato dos Metalúrgicos do

ABC em todos os espaços de atuação política da República, bem como articular iniciativas com as demais representações cutistas;

- Participar ativamente nos debates de cotas do Mercosul e apropriar-se do acordo sócio-laboral (princípios e direitos na área do trabalho);

- Definir política de formação e assessoria para os dirigentes sindicais que atuem como conselheiros nos fóruns tripartites.

- Garantia da manutenção do poder de compra no momento da aposentadoria e a luta pela sua valorização.

## **2- Intervenção do sindicato junto ao Congresso Nacional**

- Criar estrutura de monitoramento dos debates do Congresso Nacional;
  - Definir uma política de articulação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC com os parlamentares ligados à base dos metalúrgicos, junto com outros setores do movimento sindical e das forças populares, viabilizando a intervenção nos diversos debates de interesse dos trabalhadores e da sociedade, entre eles:
    - a implantação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs);
    - a estruturação do imposto de renda, de modo a aumentar a progressividade do imposto e redução das tarifas bancárias;
    - a modernização das relações de Trabalho;
    - a organização sindical;
    - a Reforma Tributária;
    - o fim do Fator Previdenciário;
- a ratificação das Convenções da OIT que defendem o emprego e a liberdade sindical.

Combater o interdito proibitório de forma a garantir o direito do trabalhadora promover suas lutas nas fábricas.

### **3- Criação de novos espaços tripartites de negociação das políticas públicas**

- Garantir e consolidar os espaços de negociação tripartites já criados, incentivando a criação de novos fóruns de debate;
- Articular todos os dirigentes sindicais dos metalúrgicos que participam dos espaços de diálogo tripartite;
- Participar nas decisões sobre a política industrial e financeira do país;
- Avançar na negociação das contrapartidas sociais em qualquer política pública de apoio e desoneração tributária.
- Adentrar no debate energético do país e construir viabilidade de utilização de energia alternativa, ecologicamente sustentável (energia limpa), nas indústrias.
- Promover políticas de combate à rotatividade, com a aprovação da convenção 158 da OIT, regulamentação do artigo 07

da Constituição e elaboração de programa de incentivo as empresas que não demitirem.

- Reabrir a negociação sobre renovação de frota, reciclagem e meio ambiente, a partir da obrigatoriedade da inspeção veicular;
- Elaborar e negociar acordo específico de Renovação e Reciclagem na área de Caminhões e Ônibus, visando: a) aumento da segurança no trânsito; b) redução da poluição ambiental, e; c) incentivo ao uso de biocombustíveis;
- Consolidar a política de democratização da comunicação no Brasil, por meio de espaços tripartites de discussão da política de mídia no Brasil.
- Nosso sindicato deve discutir política junto ao governo federal para financiar empréstimos as micro e pequena empresas.
- Criar política de incentivo fiscal para o setor de motos relacionado a financiamento para trabalhadores autônomos.
- Lutar por uma política de democratização dos meios de comunicação.

### **4 - Realização de ciclo de debates sobre temas nacionais**

- Realizar ciclo de debates sobre os grandes temas nacionais, onde possam ser ouvidos pesquisadores e intelectuais de renome, assim como representantes da sociedade civil, reconhecidos por sua representatividade. Os debates deverão ter o papel de contribuir para ampliar a compreensão dos metalúrgicos sobre os grandes temas nacionais e para ajudá-los a formular sua estratégia de ação no plano nacional.

Lutar pela regulamentação do dispositivo constitucional que implanta o Imposto sobre Grandes Fortunas e Heranças (IGF).

## **REGIONALIDADE**

Entendemos regionalidade como a formação social que surge da articulação de esforços conjuntos de autoridades públicas, de representantes dos trabalhadores, de representantes dos empresários e de outras organizações da sociedade civil, no espaço

da região que pode ser geográfico, administrativo, econômico, político e cultural.

O Grande ABC é palco de uma importante experiência de regionalidade, derivada do interesse coletivo dos setores públicos e da sociedade civil organizada, e estimulada pela experiência positiva adquirida pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas negociações tripartites da Câmara Setorial Automotiva. Experiência esta que levou a organização no local de trabalho a ultrapassar os muros das fábricas, intervindo e definindo ações que conduzem ao desenvolvimento sustentável das regiões.

Na década passada, as lideranças do ABC criaram o Consórcio Intermunicipal do ABC (1990), o Fórum da Cidadania (1994), a Câmara Regional do Grande ABC (1997) e a Agência de Desenvolvimento Econômico (1998).

Estes instrumentos de governança regional tiveram o objetivo de articular os vários setores da sociedade, repensar as políticas públicas locais e tentar superar a situação de crise presente no ABC desde o final da década de 80, resultantes das transformações nos territórios mundiais de produção fordistas. Os fóruns regionais surgiram propondo a busca de soluções conjuntas, otimizando os recursos disponíveis, contestando a política tradicional e se contrapondo ao bairrismo e à troca de favores, tão marcantes na política nacional.

Desde o início deste processo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC exerceu grande influência, mobilizando recursos humanos e materiais e reunindo as forças políticas e da comunidade na busca pela democracia, pela gestão compartilhada das cidades e pela defesa e garantia dos direitos dos trabalhadores, principalmente os favorecidos, e da sociedade.

Apesar da falta de respaldo institucional do Governo Federal na década passada, foram inúmeras as conquistas da sociedade a partir do surgimento dos fóruns regionais. Após 1990, o ABC elevou sua representatividade na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional. Foram assinados mais de

80 acordos no âmbito da Câmara Regional e realizadas diversas ações no interior da Agência de Desenvolvimento Econômico. Tais iniciativas propiciaram a construção de piscinões nos municípios da região, a instalação dos Hospitais Regionais Mario Covas e Serraria, obras nas Rodovias Imigrantes, Anchieta e Índio Tibiriçá, o MOVA Regional, a FATEC em Mauá, o Consórcio Social da Juventude, o plano de qualificação profissional Alquimia, os Arranjos Produtivos Locais para os setores metalmeccânico, plásticos e moveleiro, entre outros.

A paralisia das discussões tripartites em períodos pré-eleitorais tem sido um dos principais entraves para a consolidação da regionalidade no ABC. A região se deparou com avanços e retrocessos em função dos ciclos políticos, pois nestes momentos, de modo geral, as ações das prefeituras foram voltadas para o âmbito do município, prejudicando os encaminhamentos das demandas coletivas de caráter regional.

A partir de 2001, o Governo Estadual se ausentou do processo regional e as forças de direita da região boicotaram as ações coletivas. Com isso, as discussões na Câmara Regional foram reduzidas, e com elas, a formalização de acordos em prol do desenvolvimento regional.

Com a eleição do Presidente Lula, e com a priorização do Governo Federal na questão da organização e da gestão das regiões, o ABC foi beneficiado com o atendimento de antigas reivindicações: ampliação de matéria-prima para a produção do polo petroquímico, a instalação da Universidade Federal do ABC, a construção de coletor tronco de esgotos, a implantação do Posto Avançado do BNDES e o reconhecimento dos Consórcios Intermunicipais.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem sido uma das mais importantes lideranças na constituição das políticas e das estruturas regionais e se consolidou como Sindicato Cidadão. Atuou com quantidade e qualidade nos debates e na construção de acordos durante o período de maior atividade da Câmara Regional e da Agência

de Desenvolvimento Econômico.

Após anos de crescimento constante do nível do emprego na região a partir da eleição do Presidente Lula, a redução de 20,2 mil postos de trabalhos formais no ABC entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009, motivadas pela crise iniciada nos Estados Unidos e na Europa, levou mais uma vez o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC a reunir os principais segmentos da sociedade na tentativa de encontrar saídas viáveis para atravessar o momento de crise e que valorizassem a negociação para a manutenção do emprego, da renda, da produção e dos investimentos na região, fatores fundamentais para a sustentabilidade da economia local.

As repostas dos setores para a iniciativa foram positivas e evoluíram para a organização do Seminário Regional “ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, cujo resultado foi a construção da “Carta do ABC” que reúne uma pauta de reivindicações da sociedade regional entregue aos prefeitos locais e que também será apresentada aos poderes públicos estadual e federal. O seminário também aprovou a recriação da Câmara Regional do ABC a partir de grupos de trabalho para tratar os temas específicos da pauta.

Além das ações dos Metalúrgicos nos espaços regionais, o Sindicato também tem sido representado em fóruns municipais e nacionais. Nos últimos vinte anos, a atuação do Sindicato tem sido decisiva junto a outros atores em espaços como Comissões Municipais de Emprego, Conselhos de Desenvolvimento Econômico, Conselhos de Segurança Pública, Comissões de Saúde, Conselhos da Delegacia Regional do Trabalho, Conselhos do INSS, Conselhos de Segurança Alimentar, Comitês de Pessoas com Deficiência, Conselhos de Habitação, entre outros.

Diante do atual cenário, que envolve superar os impactos da crise econômica mundial e se preparar para atuar sobre as demandas que estão colocadas para a região, seja através das estruturas existentes

(comissões, conselhos e Agência de Desenvolvimento) ou a partir dos novos grupos de trabalho da Câmara Regional e Consórcio Intermunicipal (automotivo, petroquímico, crédito, tributos e emprego e desemprego), se faz necessário o fortalecimento do processo democrático que tem como foco os interesses dos trabalhadores e dos setores com os quais o Sindicato compartilha o mesmo projeto de sociedade.

É preciso, portanto, definir ações concretas junto aos sindicatos, setores públicos e movimentos sociais, para intervenção coordenada e qualificada nos espaços públicos locais, que permitam a continuidade do combate às desigualdades sociais e promovam o crescimento e desenvolvimento econômico com inclusão social.

### **PROPOSTAS DE AÇÃO**

Faz parte do cotidiano do Sindicato a articulação de projetos e políticas que visem a melhoria das condições de vida e cidadania dos trabalhadores e da população, que ultrapasse os muros da fábrica e que coloque o sindicato como sujeito de direito.

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC reafirma sua participação nos fóruns tripartites e multipartites para fortalecer e dar continuidade à participação sindical nos vários espaços de discussão seja no nível municipal como no regional. Este congresso propõe definir uma linha de ação composta por três eixos:

1. Definição estratégica dos fóruns de participação. Reafirmada pelo congresso essa linha de intervenção, cabe a direção do Sindicato a escolha dos organismos em que a entidade participará, levando em conta nesta deliberação critérios que compatibilize a relevância dos temas de competência de cada fórum com as demandas dos trabalhadores e da sociedade local. Esta estratégia inclui definições compartilhadas com o movimento sindical regional.

2. Coordenação das representações de comissões e conselhos. Organizar as intervenções a partir de uma coordenação da direção sindical, que consiga acompanhar e

orientar os debates dos membros indicados nos fóruns, que viabilize a estrutura necessária para a atuação destes representantes e que assegure a socialização de informações para o conjunto da categoria.

3. Qualificação dos dirigentes sindicais. Realizar ações de preparação e qualificação de dirigentes e assessores sindicais para intervenção nas políticas públicas, seja nos espaços de composição municipal, como nos fóruns regionais. Envolver os dirigentes já capacitados pelo Sindicato para a temática de regionalidade a fim de fortalecer a participação sindical nos espaços pré-determinados.

## **O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC E OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

O Sindicato, motivado pelo desejo de construção de uma sociedade justa e solidária, desenvolveu um histórico de envolvimento com o movimento social organizado. Efetivamente buscou, através da mobilização e da luta, ocupar o espaço da política e nele exercer seu papel cidadão.

A eleição e reeleição do Presidente Lula, e a conseqüente criação das quatro secretarias especiais (igualdade racial, direitos da mulher, direitos humanos e juventude) permitiu que os movimentos sociais organizados conquistassem um espaço democrático de diálogo e proposições junto ao poder público nacional.

Com parcerias históricas o Sindicato seguiu na luta pela fomentação e partilha da educação formal, cultural e política. Na área social, desenvolveu campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos, levantou fundos para a construção de cisternas e socorro às famílias vitimadas pelo incêndio no Jardim Limpão e famílias vítimas das enchentes de Santa Catarina, parceria com a Fundação Salvador Arena, Mova, o Comitê de Cidadania dos Trabalhadores na Ford, o Projeto Solano Trindade, o Super

Amigos dos Trabalhadores na Scania, dentre outras ações sociais solidárias.

No plano regional ficou clara a necessidade de rearticulação do movimento sindical com outros movimentos sociais diante de questões abrangendo os próprios metalúrgicos e amplos setores da sociedade, como o desemprego, a precarização do trabalho, o trabalho infante-juvenil, o trabalho informal, a educação como mola propulsora do desenvolvimento humano, dentre outras questões estratégicas para a Região.

Neste sentido, a 1ª Jornada ABCD maior de ações sociais, que aconteceu em 2007, no Clube da Ford, representou um grande avanço na articulação do Sindicato e outros atores sociais regionais para fomentar o debate em torno de políticas sociais e públicas na Região. A expectativa, que era grande, se transformou em excelente resultado: a soma e convergência de esforços num espaço positivamente plural.

Um novo passo para a rearticulação social no plano regional se deu com a 2ª Jornada Cidadã - "Refazendo o ABCD", que ocorreu em novembro do ano passado. O reencontro dos diversos segmentos do movimento social resultou na criação do Fórum Social do ABC, um espaço permanente para debates e ações sociais na região em torno de bandeiras comuns. Exemplo de atuação deste fórum foi o debate sobre Terceirização, controle social, qualidade e rede de serviços no Sistema Único de Saúde, ocorrido no dia 28 de março deste ano, em Mauá, primeiro de uma série de encontros mensais que antecederão a 3ª Jornada Cidadã prevista para novembro.

Outra ação que tem como vertente a organização social por meio da atuação articulada de diversos atores sociais tem como foco combater o abuso e a exploração sexual, o trabalho infantil, o uso de drogas e a exclusão social em que vivem crianças e adolescentes. Um dos seus fomentadores tem sido o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, além de outros sindicatos, inclusive da região metropolitana de São Paulo.

Através deste espaço de organização coletiva, o SMABC reafirmou seu papel de Sindicato Cidadão, superando a imagem tradicional de que existe para atuar apenas dentro dos estreitos portões das fábricas. Seu campo de atuação se espalhou das lutas pelo salário e emprego para a busca de políticas sociais e públicas voltadas para a proteção aos filhos da categoria, filhos da sociedade, ação que desenvolve ao dar corpo aos movimentos já organizados nesta temática, como a Jornada Cidadã.

Mas, ainda que superada a concepção de que o Sindicato existe para atuar única e exclusivamente para as questões trabalhistas, sua atuação extra muros ainda não conseguiu impregnar a comunidade no seu entorno. Ou seja, não existe uma relação da organização no local de trabalho com a comunidade que, invariavelmente, permanece indiferente ao que acontece dentro das fábricas.

E, em que pese as iniciativas pontuadas, constatamos que não há ação concreta do Sindicato com os movimentos sociais para continuarem juntos, em cena, no espaço público, a não ser de forma esporádica e numa linha de articulação momentânea que não possibilita a realização de ações permanentes em torno de questões de interesse das camadas populares como a democratização e qualidade das políticas públicas, ou a gestão democrática do governo da cidade.

No campo da disputa política, o Sindicato ampliou sua rede de articulação social, inicialmente pela promoção do debate democrático de idéias e, em seguida, pelo apoio e eleição de candidaturas do campo democrático popular. A militância sindical e social se uniu e juntas trabalharam em prol de candidatos que defendiam um outro projeto de governo para a cidade, coerente com o anseio dos movimentos sociais. A articulação, neste momento, se deu de forma ampla, organizada e qualificada, o que se pode verificar, inclusive pelo resultado dos pleitos. Todavia, passadas as eleições, verificamos que paira no ar sentimento de que

cumprida a tarefa, o passo seguinte – defesa de questões que envolvem o interesse popular – cabe aos movimentos sociais e ao partido político.

Não podemos deixar de observar, ainda, que onde as forças progressistas foram derrotadas, o risco é de desmonte de iniciativas voltadas para a democratização das políticas públicas, cenário que tende a dificultar a ação dos movimentos populares no espaço da cidade.

O SMABC, junto com a CUT e Sindicatos diversos, promoveu atos vertidos para a defesa do emprego e renda, a exemplo daqueles realizados neste ano, o último em 11 de fevereiro, onde os trabalhadores e militância realizaram atos nas fábricas e saíram às ruas para cobrar a responsabilidade social das empresas e defender medidas que apontem para a retomada do crescimento econômico e o enfrentamento da crise.

O caminho trilhado pelo Sindicato em busca de uma reaproximação com o movimento social deu mostras de que agiu de forma correta. Apesar do acerto, reconhece que não manteve relação com movimentos ligados às questões do campo. Apesar da ação articulada do Sindicato com os movimentos sociais no espaço regional ou nos fóruns nacionais de debate e de proposição, constatamos ser ainda frágil a inserção dos metalúrgicos na base desses movimentos, trazendo para eles nossa experiência de luta, nossos ideais e princípios de convivência social, assim como nosso projeto de uma nova sociedade, com base no fortalecimento da democracia, no desenvolvimento sustentável, no trabalho decente e na inclusão social.

Importante lembrar que diversos debates com a categoria foram promovidos pelo Sindicato em torno das metas do milênio, todavia não se traduziram em ações junto com os movimentos populares, seja pela realização de campanhas conjuntas focadas numa ou outra meta, ou mesmo no sentido de cobrar do poder público mais eficácia e transparência na implementação de po-

líticas públicas visando o cumprimento das metas.

Pensando em tudo isso, não podemos deixar de dizer que a luta pela cidadania é campo de atuação do Sindicato e que sua relação com movimentos sociais diversos permeia e possibilita o contato com a comunidade e poder público responsável pelas demandas.

O próximo ano será palco de disputas políticas e os movimentos sindical e social, se articulados, podem contribuir de forma positiva para fortalecer candidaturas do campo democrático popular, o que aumenta a necessidade da presença articulada e qualificada do sindicato nos diversos espaços de debates sociais, inclusive institucionais, como espaços educacionais.

Finalmente, pensar na transformação de campanhas assistenciais em movimentos sociais permanentes, com a inclusão dessa discussão na agenda do Sindicato como bandeiras de luta, se mostra um caminho viável para a convergência de forças sociais e populares.

### **Propostas de ação**

Partindo das reflexões, constatações e necessidades apresentadas, propomos um plano de ação focado nos seguintes eixos:

#### **1.A articulação do movimento sindical e social.**

- Deverá envolver ações que possibilitem o acesso e inserção do Sindicato nos espaços sociais que sejam estratégicos para a sua linha de atuação, bem como intensificação naqueles em que já tenha representação;

#### **2) Definir com os movimentos populares as metas do milênio prioritárias ao Município.**

- Deverá envolver ações que possibilitem o diálogo e atuação do Sindicato com os movimentos sociais e populares dos Municípios de sua base de representação, para que em conjunto, definam dentre as metas do milênio, aquela ou aquelas, prioritárias

para a comunidade;

#### **3) Qualificação dos representantes que integram os diversos fóruns e movimentos.**

- Envolve adoção de programa de formação voltada para a qualificação específica da representação sindical nos diversos fóruns sociais, de forma a potencializar as intervenções;

#### **4.Acompanhamento, desenvolvimento e retorno das ações realizadas.**

- Ações que assegurem o retorno de toda a participação do Sindicato nos diversos fóruns e permitam acompanhamento dos desdobramentos, como forma, inclusive, de avaliação das intervenções quanto aos resultados.

5). Criar uma comissão com representantes do Sindicato, dos movimentos sociais e da CUT-SP para promover seminários ou encontros que fortaleçam as relações entre as entidades e permitam uma atuação política e social conjunta.

6). Potencializar ações realizadas pelos movimentos sociais nas cidades (Conselhos Populares, Associações de Bairro, Orçamento Participativo etc.) através da participação dos membros dos CSEs.

7) Reivindicar que as empresas desenvolvam ações de responsabilidade social voltadas à comunidade, nas regiões onde estão instaladas.

8) Considerando a trajetória histórica de luta dos metalúrgicos do Brasil e em especial da região do ABC, protagonizada pelo Sindicato; considerando o papel decisivo na construção da CUT e de um Brasil melhor e para todos; considerando as bandeiras históricas da luta de classe como a solidariedade entre os trabalhadores do campo e da cidade e a necessidade de fortalecimento das relações entre os metalúrgicos e os trabalhadores do campo, notadamente aqueles que não tem acesso aos meios de produção e que através da luta pela terra fazem o enfrentamento como o capital em sua trincheira mais cruenta; este Congresso



decide:

- Implementar uma política de intercâmbio e solidariedade aos trabalhadores sem terra organizados pela CUT em suas lutas pela terra e pelos meios de produção:

- Organizar visitas aos acampamentos.

- Estabelecer núcleos de solidariedade junto às bases metalúrgicas e da sociedade civil.

Realizar reuniões, palestras e seminários no intuito de esclarecer as bases metalúrgicas sobre a importância do tema e as especificidades dos diversos agrupamentos que lutam pelo acesso a terra e a reforma agrária.

## **NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

A negociação coletiva tem sido um dos principais eixos de ação do Sindicato, seja pelo papel que cumpre na defesa do salário e da melhor distribuição de renda, seja pela ampliação das conquistas envolvendo as condições de trabalho e a proteção aos trabalhadores. Ao obter conquistas nessas áreas, o sindicato exerce uma de suas funções históricas: cria novos direitos, que perduram ao longo da vigência do acordo ou da convenção coletiva.

Outros elementos conferem à negociação coletiva realizada pelos metalúrgicos do ABC um significado eminentemente político, seja ela a campanha salarial que envolve o conjunto dos metalúrgicos do Estado de São Paulo, seja a negociação descentralizada, realizada no âmbito da empresa. A negociação mobiliza os trabalhadores em torno de reivindicações comuns, coloca-os em movimento e os leva a medir forças com os empresários, cria o conflito de interesses e o resolve através de um ritual próprio do processo negocial.

Esta ação desperta o interesse dos trabalhadores, testa sua capacidade de organização e de luta, mobiliza sentimentos como a solidariedade, fortalece a identidade de classe, e exige, nos momentos mais dramáticos de confronto, como a greve, enorme capacidade de direção, de comunicação

e de planejamento.

Ao se contrapor ao poder do capital, seja ele representado pelos donos da fábrica ou pelo conjunto de empresários de um setor, o sindicato consegue, através desta ação, limitar seu poder, estabelecendo novas regras para as relações de trabalho.

A negociação democratiza, assim, as relações de trabalho, tornando-se um exercício de cidadania. Desempenha um papel fundamental na construção de novas relações de poder e de contra-hegemonia na fábrica onde se fecha o acordo, ou no conjunto de fábricas cobertas pela convenção coletiva.

As negociações realizadas pelos metalúrgicos entre 2004 e 2008 aconteceram numa conjuntura de crescimento da economia e de desempenho excepcional da indústria automobilística, cenário que favoreceu a ampliação das conquistas.

O quadro mudou substancialmente com a crise internacional que atinge a economia brasileira, desde o setembro do ano passado, colocando no centro da agenda sindical a luta pela manutenção do emprego e contra a precarização das relações de trabalho. Podemos esperar, neste cenário, um duro confronto com os empresários para manter e ampliar conquistas salariais e sociais.

Nos dois campos em que exerce este poder, a negociação por empresa e a negociação centralizada, os metalúrgicos do ABC têm conseguido avanços expressivos, ao mesmo tempo em que ainda esbarram em obstáculos consideráveis. Estas questões devem ser objeto de reflexão e de deliberação da categoria neste congresso.

### **A negociação por empresa (ou a negociação descentralizada)**

A negociação por empresa é uma prática relativamente recente no país e no ABC. Passou a ser exercida de forma mais sistemática, a partir dos anos noventa do século passado, quando foi regulamentado, em 1994, o direito dos trabalhadores à participação nos lucros da empresa (MP nº 794), direito que já estava previsto na Constitui-

ção Federal de 1946 e que fora reafirmado na Constituição de 1988. Em 2000, este direito foi finalmente regulamentado pela lei nº 10.101.

A participação nos lucros e resultados da empresa, ou PLR, como ficou conhecida, foi introduzida num momento particularmente difícil para os trabalhadores. Vivíamos um período de crise econômica e inserção subordinada do país na economia globalizada, sob a hegemonia do pensamento neoliberal e sob as regras ditadas pelo Consenso de Washington (conjunto de diretrizes neoliberais adotadas pelos países desenvolvidos para restaurar a dinâmica do capitalismo e impulsionar a globalização). Isto levou à adoção, pelo governo Collor, de políticas que foram aprofundadas no governo FHC: a abertura econômica, as privatizações, a flexibilização da legislação trabalhista, entre outras. Seus resultados foram a reestruturação produtiva das empresas e a desestruturação do mercado de trabalho, com o aumento, sem precedentes, do desemprego, da precarização do trabalho e do trabalho informal.

Foi também o período de implementação do Plano Real, que estabeleceu como prioridade máxima a estabilização da moeda, subordinando a ela o conjunto das variáveis econômicas, entre elas a política salarial.

Estes fatores levantaram, na ocasião, uma acentuada polêmica em torno da PLR. Parte do movimento sindical via a medida apenas como artimanha do governo para substituir a negociação centralizada pela negociação por empresa, onde a maioria dos sindicatos tinha pouca influência. Perdendo o poder de regular as relações de trabalho através da campanha salarial, que fora enfraquecida pelas medidas do Plano Real, o sindicato passaria a ser, na opinião desse segmento do sindicalismo, um mero “gestor do capital” em cada fábrica (instrumento de colaboração de classe, voltado para a cuidar dos interesses da empresa), em vez de lutar pela defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores.

O SMABC definiu, nesta época, uma política ousada para a negociação com a empresa, processo que envolveu também a questão da PLR. Contando com uma forte organização no local de trabalho, enfrentou os desafios da reestruturação produtiva, transformando-o em objeto de negociação. Celebrou acordos considerados históricos, mostrando que conhecia a fundo o processo produtivo e a organização do trabalho, contrapondo às iniciativas da empresa, de introduzir princípios e métodos da produção enxuta, um conjunto de propostas baseadas na qualidade de vida no trabalho.

Enfrentou, com a mesma ousadia, a questão da PLR, construindo com os trabalhadores propostas concretas em relação às metas para obterem a PLR, encarando a própria participação nos lucros e resultados como uma medida importante de distribuição de renda, particularmente para os segmentos de trabalhadores cuja remuneração é mais baixa. Conseguiu, de acordo com a realidade das montadoras, reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais.

O Sindicato continuou, ao mesmo tempo, apostando na capacidade de luta dos metalúrgicos, através da negociação centralizada (a campanha salarial), onde acumulariam força para reconquistar aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

A história mostrou que a estratégia deu certo. As campanhas salariais desenvolvidas, desde 2004, resgataram este papel histórico dos sindicatos (aumentar os salários e melhorar as condições de trabalho), reforçando a importância de uma ação sindical que articula, no campo da negociação coletiva, a negociação por empresa com a negociação por setor.

As negociações por empresa avançaram, transformando-se em muitos casos num processo permanente. Os trabalhadores, através da organização no local de trabalho, têm conseguido, de fato, impor limites à exploração do trabalho.

Onde a organização no local de trabalho ainda não se consolidou, a negociação por empresa limita-se à PLR e os membros

do CSE continuam muito dependentes da assessoria do Sindicato. Ainda há muito a avançar.

As campanhas salariais (ou a negociação centralizada)

A campanha salarial é um momento particularmente importante da ação sindical e da luta de dos trabalhadores por um processo mais justo de distribuição de renda e um maior equilíbrio nas relações capital-trabalho.

Ao envolver o conjunto dos metalúrgicos do estado de São Paulo, a campanha salarial assume uma dimensão política significativa, pelo número expressivo de sindicatos e trabalhadores que mobiliza, assim como pela ação que desencadeia, numa combinação de movimentos que envolve pressão, confronto e conquistas. É um exercício, por excelência, da ação de classe dos metalúrgicos em busca da defesa e da conquista de novos de direitos.

As campanhas salariais realizadas nesta década (2000) mudaram o tom das negociações coletivas. Coordenadas pela FEM e lançadas oficialmente com a entrega da pauta à Fiesp, à CNI e à Anfavea, sua abertura coincide, em geral, com o Dia Nacional de Luta promovido pela CUT, envolvendo os trabalhadores das categorias com data-base no segundo semestre.

A campanha de 2004 foi um verdadeiro marco nesta trajetória. Foi a primeira vez, nesta década, que os metalúrgicos de todos os setores conquistaram, além da reposição integral das perdas para a inflação, aumento real (de 4%). Além da questão salarial, destacam-se outras conquistas importantes, como o controle das horas extras e das empresas terceirizadas.

As convenções assinadas, como a das montadoras, incluíram cláusulas que regulam a contratação de empresas terceirizadas, que só podem ser contratadas se cumprirem integralmente a legislação trabalhista e previdenciária, as normas de segurança e de saúde. Assim, essas empresas ficaram sujeitas à fiscalização dos trabalhadores. Defendemos que esta con-

quista seja ampliada para os outros grupos da categoria.

A antecipação da data-base para setembro foi também negociada com os Grupos 9 e 10. Constatou-se ainda um amadurecimento no processo de planejamento estratégico da campanha, mantendo-se a tática de mobilização e de paralisação por empresa para forçar a negociação nos setores mais inflexíveis.

As campanhas realizadas nos anos seguintes mantiveram e ampliaram conquistas salariais e sociais. Destacam-se, neste sentido, os avanços obtidos em 2007 em relação aos setores que se fizeram representar nas bancadas de negociação (mulheres, pessoas com deficiência e jovens) com destaque nas questões relativas ao avanço na igualdade de gênero nas relações de trabalho: auxílio creche, garantia de emprego à gestante, licença adotante, amamentação, garantia em caso de aborto, entre outras.

Destacam-se ainda outras conquistas, como a garantia de emprego aos trabalhadores que adquiriram doenças ocupacionais ou ficaram com algum tipo de sequela, resultante de acidente de trabalho.

As convenções coletivas com validade por dois anos e a continuidade das negociações das cláusulas sociais pendentes vão se tornando uma prática normal e rotineira entre os sindicatos dos trabalhadores e os sindicatos patronais.

Continuou sendo implementada, como medida para combater a rotatividade do trabalho, a política de reajustar os pisos salariais em percentuais maiores do que o reajuste geral e a busca da convergência dos pisos, no grupo e entre os grupos.

Em síntese, as campanhas salariais, envolvendo mobilizações, manifestações, negociações e greves, assim como os resultados obtidos nas convenções coletivas revelam também avanços políticos, como o acúmulo de forças do conjunto dos metalúrgicos e a prática da solidariedade entre os trabalhadores dos diversos grupos, assim como entre o ABC e interior. A negociação

centralizada contribuiu, assim, para resgatar e fortalecer entre os metalúrgicos a histórica solidariedade de classe, tendo muitas vezes servido como referência para outros setores da sociedade.

Ao longo desses anos, a CNM manteve acesa a luta pelo contrato coletivo nacional, promovendo, durante as campanhas salariais, ações articuladas dos metalúrgicos em vários Estados onde as empresas usam as diferenças salariais e de condições de trabalho para conquistar mercados e aumentar lucros. As ações, no entanto, não foram suficientes para derrubar as barreiras legais que ainda impedem, no Brasil, a realização de contratos coletivos nacionais.

### **PROPOSTAS DE AÇÃO**

**Levando em conta o quadro analisado acima, propomos uma ação articulada em dois eixos:**

#### **1. Sistematização das experiências de negociação coletiva e de elaboração subsídios para a ação estratégica.**

- Envolve o resgate das experiências de negociação coletiva, a análise de acordos e convenções, a avaliação da situação das empresas e dos setores econômicos, a elaboração de subsídios para a elaboração de estratégias.

#### **2. A formação dos dirigentes para a negociação.**

- Envolve a preparação de dirigentes e assessores para planejarem e conduzirem a negociação com a empresa, assim como a negociação centralizada (campanha salarial), e também intensificando e reforçando a participação das comissões de cidadania.

- Envolve ainda a troca de experiências entre os trabalhadores e a reflexão sobre princípios e valores que devem ser levados em conta para manter entre eles a consciência e a solidariedade de classe, além de combater o risco de acomodação à luta econômica e a seus resultados imediatos.

#### **3. Intensificar a participação na luta**

**pela conquista do contrato coletivo nacional de trabalho por meio da CNM - CUT.**

## **COLETIVO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Crise e nova ordem mundial.

Assistimos, no presente, o desenrolar de uma das mais profundas crises do sistema capitalista internacional, desde a grande depressão dos anos trinta no século passado. O resultado desse processo ainda é incerto, mas tende a mudar significativamente a posição dos países desenvolvidos no cenário internacional, assim como de setores da indústria que operam em escala global.

No que diz respeito à indústria automobilística, tudo indica que, depois de terem recebido somas milionárias dos cofres públicos, a saída para a crise enfrentada pelas gigantes americanas do setor (General Motors, Chrysler, Ford) passará, necessariamente, por uma profunda reestruturação envolvendo fusões (Chrysler-Fiat), o descarte de setores da empresa considerados economicamente inviáveis (caso da iminente concordata da GM), o fechamento de fábricas e o rebaixamento (ou simples eliminação) de direitos históricos dos trabalhadores.

A retração do mercado, causada pela recessão que atinge os países europeus e os Estados Unidos, atinge, sobretudo as montadoras cuja produção é voltada, substancialmente, para a exportação, afetando com maior ou menor intensidade empresas asiáticas, européias, assim como as filiais sediadas em países emergentes. As medidas adotadas por países europeus, como o incentivo à renovação da frota de veículos (Alemanha, Itália), ou o socorro com somas milionárias às montadoras nacionais (França), geraram, além da crítica ao protecionismo, poucos resultados no que diz respeito ao combate ao desemprego e à precarização do trabalho.

No Brasil, a crise se manifestou com

mais clareza a partir de outubro e teve seu impacto maior no final do ano passado e nos primeiros meses de 2009. A produção industrial teve uma queda substancial, apresentando uma leve recuperação nos dois últimos meses, estimulada por medidas governamentais, entre as quais destaca-se a redução do IPI para veículos novos da indústria automobilística, cuja produção vem crescendo (crescimento de 34,2% em março deste ano). O movimento sindical teve atuação fundamental na realização e na renovação do acordo estabelecido entre o governo federal e as montadoras, que inclui o compromisso das empresas de manter o nível do emprego até 30 de junho.

### **A defesa dos direitos numa economia globalizada em crise**

Em resumo, as transformações em curso poderão ter como resultado a reconfiguração da indústria automobilística, processo que redefinirá não apenas posições das empresas no mapa econômico mundial, como afetar sua estratégia de intervenção em escala global, além de estabelecer novos parâmetros para a produção industrial, incluindo regras mais claras e severas de responsabilidade ambiental.

Há também sinais claros de que os trabalhadores serão penalizados com o desemprego, e que a supressão de direitos trabalhistas e sindicais seja, mais uma vez, colocada no horizonte como alternativa para recuperar a lucratividade das empresas.

Essas mudanças afetam o cenário em que os metalúrgicos vinculados a empresas multinacionais vêm atuando no âmbito do seu país de origem e no plano internacional.

A ação articulada dos metalúrgicos nas duas últimas décadas deixou claro que a melhor forma de combater a estratégia global das montadoras é o desenvolvimento de uma luta pela globalização dos direitos dos trabalhadores.

Isto levou à criação de novas estruturas de intervenção no plano internacional, reu-

nindo trabalhadores de uma mesma multinacional (Comitê Mundial de Empresa), assim como de estruturas mais complexas, como a FITIM (Federação Internacional dos Trabalhadores Metalúrgicos).

Essas organizações vêm desenvolvendo uma intensa articulação dos metalúrgicos de países desenvolvidos e de países emergentes, onde as empresas multinacionais implantaram unidades de produção. As ações dos trabalhadores de uma mesma empresa com unidades em vários países, coordenadas pelos Comitês Mundiais, acabaram por estabelecer marcos regulatórios para as multinacionais (Acordo Marco Internacional), a serem observados globalmente. As tensões decorrentes da concorrência internacional, no entanto, colocaram novos desafios para os trabalhadores, cuja ação também oscilou entre solidariedade e competição.

Os trabalhadores, por sua vez, precisam compreender esta dinâmica para poderem se contrapor, com eficácia, à estratégia das empresas. Precisam juntar, no seu cotidiano, as duas pontas dessa trama complexa: entender o movimento global para agir, com conseqüência, no plano local. E devem fazê-lo sem perder do horizonte o projeto de construir uma nova sociedade, que fortaleça a democracia e amplie os direitos dos trabalhadores, o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por mais distante que ele possa parecer.

A ação dos trabalhadores em empresas multinacionais, por mais que tenha avançado, ainda esbarra em obstáculos significativos. O primeiro deles é a dificuldade de prevalecer entre os trabalhadores os princípios da fraternidade e da solidariedade quando entram em jogo interesses nacionais e corporativos. Esse processo torna-se mais acirrado em momentos de crise como a que vivemos no presente.

Desta vez, no entanto, temos um forte argumento a nosso favor para resgatar esses princípios: o bom desempenho das filiais de empresas multinacionais no Brasil tem contribuído, com a remessa de lucros

para as matrizes, para equilibrar sua situação financeira e para manter empregos e salários dos trabalhadores em suas várias unidades de produção.

Essa nova situação nos coloca em posição mais vantajosa para construirmos com os metalúrgicos que trabalham na mesma empresa nos países centrais do capitalismo uma linha estratégica de ação voltada para o combate ao desemprego e à precarização do trabalho, lá e cá.

Outra dificuldade enfrentada nesta linha de ação é a pouca comunicação existente entre membros dos Comitês Mundiais de diferentes empresas. A ação de cada Comitê continua sendo feita de forma isolada, não existindo na base dos metalúrgicos do ABC um fórum onde essas experiências possam ser socializadas e difundidas, de forma mais ampla, na categoria.

## **PROPOSTAS DE AÇÃO**

**Levando em conta o diagnóstico realizado, propomos uma linha de ação, a ser apreciada neste congresso, em torno de dois eixos:**

1. A criação de um Coletivo de Comitês Mundiais de Empresa na base dos metalúrgicos do ABC. Deve promover a troca de experiências entre os diferentes comitês, aprofundar o debate e a elaboração de propostas em relação a desafios comuns, e definir demandas de formação para o Sindicato, além de divulgar informações para a categoria.

2. A ação articulada dos Comitês Mundiais de Empresa de nossa base com metalúrgicos de outras regiões e com trabalhadores de outros ramos que vivenciam situação semelhante. Deve envolver ações articuladas com a CNM e a Secretaria de Relações Internacionais da CUT, TIE visando a socialização de experiências, a construção de diretrizes comuns de ação, a promoção de eventos de interesse geral. Deve ainda estabelecer uma relação mais virtuosa com entidades de assessoria, como o Observatório Social, e com entidades de cooperação e de solidariedade internacional, como

a Fundação Friedrich Ebert, o Centro de Solidariedade, entre outros.

3. Incentivar a criação de novos comitês mundiais.

4. Promover um amplo seminário com a participação de estudiosos, sindicalistas e entidades especializadas para que a categoria seja amplamente informada e esclarecida sobre a importância das Relações Internacionais no mundo de hoje e de sua importância para as lutas dos trabalhadores.

5. Definir calendários para encontros periódicos entre comitês mundiais da categoria mais as comissões de cidadania.

6. Criar um link no site do SMABC das empresas que tem comitê internacional a fim de manter a categoria informada de tudo que acontece nessas empresas, quem são os representantes dessas entidades para facilitar a comunicação dos mesmos.

7. Criação de um jornal periódico para a categoria onde possa apresentar as experiências, conquistas e ações dos trabalhadores a nível internacional (ex: uma tribuna especial).

8. Desenvolver articulações para que o Mercosul tenha uma cláusula que, a exemplo da comunidade européia, regule e obrigue as empresas que tem a sede em um país e filiais em outros países do bloco econômico a organizar comitês mundiais ou conselhos globais formados por representantes dos trabalhadores e das empresas em questão. Cláusula legal esta que deve ser negociada com as principais centrais sindicais e sindicatos dos países envolvidos.

## **MEIO AMBIENTE**

Nos últimos anos, a questão ambiental tornou-se o foco de atenção dos governos, dos organismos multilaterais de desenvolvimento, dos movimentos sociais, das empresas, das escolas, da mídia e de uma parcela cada vez maior da população. Existe um relativo consenso de que é necessário mudar o atual modelo de desenvolvimento (baseado no uso predatório de recursos na-

turais, em tecnologias que consomem energia em larga escala, em fontes de energia poluentes, na valorização do consumo), por um outro modelo que assegure o desenvolvimento sustentável e contribua para a diminuição do aquecimento global.

Trata-se de uma mudança de paradigma para pensarmos não apenas o desenvolvimento, mas a própria sociedade, os valores que moldam hábitos de consumo influenciam o comportamento e as relações sociais. Trata-se de uma mudança cultural, condição para que tenha êxito um movimento de dimensões planetárias, voltado para salvar o próprio planeta e preservá-lo para as gerações futuras.

No Brasil, o movimento sindical urbano, paradoxalmente, tem sido um dos últimos atores a entrar em cena nesta campanha. O SMABC, infelizmente, não foge a esta regra. Além de uma ação mais enérgica no espaço fabril, cobrando das empresas responsabilidade ambiental e participando efetivamente na gestão das iniciativas voltadas para a preservação do meio ambiente, o Sindicato deve se articular com os movimentos sociais na luta pela superação do déficit ambiental existente nos municípios e na região do ABC.

É preciso considerar que o grande ABC, região de expressiva concentração urbano industrial, tem uma demanda ambiental considerável, envolvendo diversas questões como a proteção de áreas de mananciais, o destino do lixo industrial, o tratamento de esgotos residenciais e industriais, a emissão de gases poluentes, entre outros.

Podem parecer questões insuperáveis no curto e médio prazo. No entanto, as soluções existem. O levantamento das inúmeras experiências, aqui no Brasil e no exterior, amplamente divulgadas na mídia, mostram que é possível reverter este quadro. Além da falta de recursos, o principal entrave continua sendo a falta de compreensão e de vontade política.

Preservar o meio ambiente, combater toda forma de degradação da natureza são questões vitais para a sociedade e ultrapassam

os muros da fábrica, do local de trabalho. Os recursos ambientais pertencem a todos e devem reverter para o nosso bem estar. Assim, o SMABC se propõe, em conjunto com outros segmentos organizados, a formular e buscar a implementação de políticas ambientais que revitalizem a nossa região e promovam o desenvolvimento sustentável.

### **Propostas de Ação:**

Este congresso deverá debater o tema e aprovar linhas de ação que possam ser, de fato, implementadas nos próximos anos e que levem em conta a realidade atual do SMABC e da região.

Como parâmetros na construção dessa linha política de intervenção, devemos levar em conta: a proposta de atuação do Sindicato na Sociedade; a construção de um novo modelo de desenvolvimento na região; os princípios e valores que fazem parte do projeto político do SMABC; e a sensibilização para o desenvolvimento de projetos de proteção ao meio ambiente.

### **Neste sentido propomos uma linha de ação focada em três eixos complementares:**

1. Educação Ambiental - Sensibilização de nossos dirigentes e militantes para a importância da preservação do meio ambiente, através de palestras, seminários, atividades culturais, etc.

2. A articulação com movimentos sociais na defesa de políticas públicas regionais em relação ao meio ambiente, tanto para a preservação quanto para a exploração sustentável.

3. A ação sindical nas fábricas, cobrando das empresas responsabilidade ambiental.

### **Para implementar esta linha de ação, propomos ainda:**

- A criação da Comissão de Meio Ambiente no SMABC e que essa comissão possa discutir com o poder público a viabilidade de construção de canais de captação de esgoto para que o mesmo seja dirigido ao coletor tronco construído em São Caeta-

no do Sul.

- A participação nos debates sobre o Meio Ambiente na Câmara Regional a partir do tema mais geral do desenvolvimento sustentável e de outras questões, entre elas:

Projeto direcionado as empresas, relacionado ao uso do solo, com a participação da prefeitura, barateando os custos para incentivar os empreendedores.

A intensificação, por parte da prefeitura, de fiscalização para garantir que em todo solo construído (empresas, apartamentos, etc) seja destinado um espaço à área verde.

Lixo Industrial.

Moradia em áreas de proteção ambiental e de risco.

Conservação de mananciais (Billings).

Uso apropriado do solo (poços artesianos e aquíferos)

Acordos para Redução da emissão de gases - Combustível menos poluente.

A utilização racional da água e seu reaproveitamento poderão ser estimulados através de benefícios fiscais.

Utilização racional da energia elétrica e incentivar a utilização de energias alternativas, por exemplo, a energia solar.

Turismo ecológico e preservação ambiental.

Projetos da construção civil sustentável e a impermeabilização do solo.

Consumo de madeira sustentável - Programa Amigos da Amazônia/ Greenpeace, para banir a compra de madeira ilegal.

Todas as discussões regionais voltadas ao meio ambiente (como por exemplo, o tratamento de esgoto doméstico jogado na Billings) devem envolver o governo municipal, a região metropolitana de São Paulo e o governo do Estado.

## **AS COMISSÕES DE CIDADANIA E AS CONQUISTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SMABC um “sindicato cidadão”, ao longo

de sua história tem se envolvido com os direitos sociais e a cidadania.

O reconhecimento da existência das desigualdades e discriminações históricas e o posicionamento favorável à superação dessas mazelas, são peças fundamentais para que ocorram avanços democráticos, junto aos trabalhadores e trabalhadoras e sociedade em geral. Parte-se dos princípios de igualdade como os conquistados na Constituição de 1988, que proclamou a promoção do bem de todos “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

### **1. A não discriminação, direito humano.**

O último Congresso dos Metalúrgicos do ABC (5º Congresso) representou o acúmulo em relação ao compromisso do SMABC com a superação das desigualdades vividas pelas mulheres, negros, jovens e pessoas com deficiência. Com isso reafirmou a importância da existência das Comissões de Cidadania – Gênero, Igualdade Racial, Juventude e de Pessoas com Deficiência na estrutura do Sindicato.

Considera-se que as Comissões de Cidadania representam uma possibilidade real de expandir a organização dos trabalhadores a partir da criação de mecanismos de identidade e da importância de uma ação sindical cidadã em relação ao combate à discriminação racial, à igualdade nas relações de gênero, à integração de deficientes no mercado de trabalho e ao maior envolvimento dos jovens na vida sindical.

Parte-se do reconhecimento da necessidade de destinar a esses segmentos um tratamento diferenciado, focado nas questões que cada um deles enfrenta nas relações de trabalho e nas lutas sindicais. Esta ação, por sua vez, deve se estender da fábrica para a sociedade, dialogando e interagindo com as políticas públicas voltadas para estes segmentos da população. O Sindicato reafirma, assim, a diversidade como elemento fundamental na construção do sindicalismo classista e democrático.



A construção da identidade de classe e da unidade de ação passou a ser vista como um processo mais complexo que envolve também o olhar atento para os sujeitos que dão vida à luta e que enfrentam, no seu cotidiano, questões específicas, como a discriminação, o tratamento desigual ou a falta de oportunidade. Ou seja, o enfrentamento dessas questões deixou de ser diluído, como aspecto secundário, na luta sindical e passou a ser visto como momento constituinte de sua ação transformadora.

Por isso, devem ser criadas condições para que os integrantes das Comissões de Cidadania e demais integrantes da categoria participem de fóruns e ações – junto aos governos municipais, estaduais e federal – visando à elaboração, execução e monitoramento das políticas públicas e leis que garantam direitos sociais, políticos, econômicos e ambientais. Algumas referências legais são importantes para o trabalho das comissões:

a Lei 1.340/2006 (lei Maria da Penha), que considera crime a violência contra as mulheres punindo os agressores;

a Lei 11.770 que instituiu o “Programa Empresa Cidadã” que possibilita a extensão da licença-maternidade de quatro para seis meses, mediante concessão de incentivo fiscal;

a Lei 10.639/03 e 11.645/08 que obrigam o desenvolvimento da história e cultura afrobrasileira e indígena na grade curricular do ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares;

o Decreto Lei 3.298 que trata da garantia de cotas de emprego para pessoas com deficiência;

o Decreto Lei 5.296 que trata do atendimento prioritário e da acessibilidade aos meios de transporte, de comunicação e mobiliário urbano para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

- Lei 8064/1990 – ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

É necessário que nos apropriemos da produção das leis e políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal a partir

das ações das Secretarias especiais – Igualdade Racial, dos Direitos da Mulher, dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional da Juventude, assim como dos ministérios. Tendo em vista as temáticas desenvolvidas pelas Comissões de Cidadania, é importante o envolvimento com o monitoramento do Pacto Nacional para o Enfrentamento a Violência contra a Mulher; do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Pro-Jovem; do Programa Brasil Acessível; do ProUni – Programa Universidade para Todos do Ministério da Educação entre outros.

Importante, também, se faz a participação nas conferências nacionais e de seus processos preparatórios e de monitoramentos municipais, regionais e estaduais – como, por exemplo: a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres; a Conferência Nacional de Igualdade Racial; a Conferência Nacional de Direitos Humanos; a Conferência Nacional de Pessoas com Deficiência; e a Conferência Nacional de Juventude. Estas conferências têm propiciado reflexões e proposições que, de maneira negociada entre os governos e sociedade civil, contribuem para avanços na lógica de priorização e de respostas às reais necessidades da população brasileira.

Na região do ABC nos últimos 20 anos, principalmente em governos democráticos e populares, foram criados órgãos e/ou instâncias voltadas às mulheres, aos negros, aos jovens e às pessoas com deficiência, por meio de assessorias ou coordenadorias.

No entanto, ainda são muitas as dificuldades para a vivência do valor da diversidade, com respeito aos direitos humanos.

É sem dúvida, necessário contribuir para o fortalecimento dos canais de elaboração e de monitoramento de políticas públicas entre governos e sociedade civil, como os Conselhos, as Conferências, as Audiências Públicas entre outros.

## **2. O fortalecimento das Comissões de Cidadania**

O processo do 6º Congresso dos Meta-

lúrgicos do ABC tem propiciado avaliação e reorientação das ações das Comissões de Cidadania – Gênero, Igualdade Racial, Juventude e de Pessoas com Deficiência, que de maneira geral apresentaram dificuldades no desenvolvimento dos trabalhos, resultando em retrocessos organizativos e políticos.

Por isso, pretende-se ampliar, com iniciativas concretas, o investimento na estruturação e fortalecimento da atuação dessas comissões no que diz respeito à organização, formação política, representação sindical e negociações salariais. Devemos considerar como eixos básicos:

## COMISSÃO DE GÊNERO

Nas ações do Sindicato devem ser identificados os processos sociais e as construções simbólicas que transformam as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades do ponto de vista de oportunidade, hierarquia e poder, isto é – as desigualdades de gênero. Essas desigualdades permeiam as relações que as mulheres vivenciam no espaço público e privado, seja no mundo do trabalho (na empresa), seja na sociedade (na vida familiar, no sindicato, no partido político, nos serviços públicos, entre outras instituições e espaços).

Sendo uma construção social e histórica, as relações de gênero podem também ser alteradas, a partir da ação política. Esse processo envolve, por sua vez, uma ação concreta no sentido do fortalecimento das mulheres enquanto força transformadora, ou seja, enquanto grupo com capacidade de intervir na defesa de seus interesses específicos e de articular essa ação no campo mais geral da luta sindical e da classe trabalhadora.

Nesse sentido, algumas questões específicas em relação às mulheres são de fundamental importância:

Enfrentamento das conseqüências da dupla jornada de trabalho. Com isso o desenvolvimento de estratégias para o tratamento de maneira igualitária a jornada

feminina e masculina;

As questões de gestação e maternidade devem ser encaradas como necessidades específicas das mulheres, mas que dizem respeito à sociedade como um todo, envolvendo trabalhadores e trabalhadoras, a considerar a importância da paternidade responsável;

A diferença de remuneração e de qualidade de trabalho entre mulheres e homens deve ser superada a partir da ótica de igualdade de direitos.

Que o Sindicato estimule que toda a categoria coloque em suas pautas de negociação, como por exemplo, PLR, Contratação, Cursos e Campanhas Salariais, temas referentes à raça, gênero, juventude e pessoas com deficiência incentivando assim políticas afirmativas.

É de fundamental importância que a igualdade de direitos também seja ampliada nos espaços de representação, em todas as instâncias, seja no Sindicato, Federações, Confederações, CUT e partidos políticos.

### Proposta de Ação

Com o objetivo de contribuir para que os objetivos acima sejam atingidos, este Congresso decide que a próxima direção executiva do Sindicato dos metalúrgicos do ABC terá pelo menos uma mulher entre seus integrantes.

## COMISSÃO DE IGUALDADE RACIAL

Os desafios da ação sindical contra a discriminação de trabalhadores negros são enormes. O preconceito e a discriminação são práticas sociais recorrentes e, no entanto, negadas formalmente por aqueles que as praticam. Na base desse processo está uma construção ideológica de enorme eficácia na configuração e na dinâmica das relações envolvendo brancos e negros na sociedade brasileira: a farsa da democracia racial (da igualdade de direitos e de oportunidades), o perfil do homem cordial (a

superação do conflito pela índole amistosa da nossa gente), a morenidade como resultado da miscigenação racial e definidora do padrão de beleza da nossa população (que leva à busca do branqueamento e à negação da beleza da raça negra).

Os dados confirmam: há discriminação no espaço urbano, no mercado de trabalho, nas relações interfamiliares, nas escolas, nas universidades, nos órgãos públicos, no movimento sindical e nas demais instituições da sociedade. Poucas pessoas, além dos afrodescendentes, o reconhecem.

A ação do SMABC neste campo, ao instituir e fortalecer a Comissão de Combate ao Racismo, deve passar primeiro, pela reflexão crítica dos processos históricos e ideológicos que recriaram o trabalho escravo e a noção de inferioridade da raça negra para justificá-lo, o lento processo de efetivação da abolição. Essa reflexão deve, no entanto, superar a abordagem que se restringe aos aspectos sombrios desta triste realidade, procurando mostrar a contribuição efetiva da população negra na construção da nação, particularmente o papel destacado que muitos afrodescendentes tiveram e continuam tendo na política, na literatura, nas artes plásticas e nas profissões liberais.

**Toda essa reflexão deve canalizar os esforços em trazer este debate para uma área onde continua sendo considerado tabu: as empresas.**

Necessidade de desenvolvimento de ações afirmativas para os negros no interior das empresas.

As questões referentes à elevação de escolaridade, a formação profissional e o fim da discriminação funcional, salarial e de carreira profissional dos trabalhadores negros devem fazer parte do cotidiano das negociações do sindicato com as empresas.

### **Propostas de Ação:**

Este Congresso aprova o apoio e ajuda no fortalecimento dos movimentos sociais quilombolas locais, estaduais e nacionais considerando a necessidade de superação

da invisibilidade e da aplicabilidade das leis existentes que garantem o direito a estas comunidades de suas terras e outros. Exemplo foi o Decreto Lei 4887/03 (que instituiu a política de Quilombo) e a própria Constituição Federal. Assim como buscar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que tramita no Congresso Nacional.

Lutar para que em todas as empresas o Sindicato possa atuar com os trabalhadores ativos e contratados, em especial os jovens, destacando a importância da organização dos trabalhadores e das conquistas alcançadas pelas empresas.

Manter a participação do representante do sindicato na empresa do processo de integração de novos jovens contratados.

Contratar profissional de libras para as assembleias e eventos do sindicato, garantindo a comunicação entre todos.

Ampliar o apoio às iniciativas do curso pré-vestibular, como por exemplo, o convênio com o Educafro, ampliando também a oportunidade de inclusão de trabalhadores(as) da categoria com baixa renda, preparando os interessados para ingresso nas universidades, principalmente na Universidade Federal do ABC. Deve-se também, garantir que esses locais sejam acessíveis as/os trabalhadores com deficiência, como garantir parcerias com as SABs como forma de divulgação dessas iniciativas.

Atuação do SMABC em conjunto com outros movimentos sociais visando consolidar o feriado de 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra como uma data comemorativa que favoreça a visibilidade negra da região e do país, que o sindicato aprove e promova a semana da consciência negra e trabalhe junto com o poder público local para a sua realização.

## **COMISSÃO DE JUVENTUDE**

Embora não tenhamos à disposição dados mais recentes de pesquisa sobre a composição etária da categoria, a observação da realidade das fábricas aponta para

um processo significativo de ampliação da participação relativa de jovens no conjunto da categoria, nos últimos dez anos. Ou seja, a categoria está se tornando cada vez mais jovem e este é um desafio concreto para a ação sindical no presente e no futuro.

Esses jovens que trabalham e estudam pressionados pelo processo excludente de competitividade para se manter no trabalho, ou tentar se inserir neste, se sujeita a jornadas exaustivas, trabalhando e estudando, inclusive aos finais de semana. Dessa condição decorre o fato do jovem metalúrgico possuir maior qualificação, sendo esta, prioritariamente, voltada à reprodução da forma capitalista de produção e seu modo de pensar e agir, baseado na competitividade, no individualismo e na desregulamentação das relações de trabalho, eixos da idéia neoliberal implementadas pelos governos, que contrastam com a proposta democrática popular defendida por nosso sindicato. Associado a isso, temos os grandes meios de comunicação da elite brasileira que criminalizam e distorcem o potencial revolucionário e transformador da juventude, pintando a juventude, simplesmente, como um problema público, que quando raramente são atendidas por políticas públicas, estas não são suficientes para suprir as necessidades básicas, como exemplo, escola pública e gratuita de qualidade, cultura, lazer, esporte, entre outras, que são direitos de todos/as trabalhadores/as.

É uma fase em que o indivíduo possui muita energia, muita vontade de aprender, de ultrapassar os limites impostos, de contestar a ordem estabelecida, mas também uma fase de transição e de muita insegurança causada pela instabilidade do sistema.

A ação do sindicato em relação a este momento da vida dos jovens, o ingresso no mercado de trabalho, deve criar oportunidades para que explorem seu potencial, tornando-a força vital na organização e nas lutas dos trabalhadores.

Nesta linha o coletivo de juventude vem desenvolvendo algumas ações para suprir a demanda dos jovens, tanto na formação sócio-política como, por exemplo, o debate sobre nanotecnologia, quanto na necessidade de lazer e cultura, como por exemplo, o campeonato de vídeo game que serviu também para desmistificar a idéia de que o sindicato não é lugar para jovem, visto pela grande participação de quase 900 inscritos, que além da diversão, contribuíram através de suas inscrições com quase quatro toneladas de alimentos que foram para as comunidades carentes, fortalecendo também através da doação, a luta dos companheiros/as da Fris Moldu Car e Bom Fio. Nesta proposta de organização da juventude no local de trabalho vale destacar o intercâmbio com os jovens do IG METALL e a participação nas instâncias, especialmente no coletivo de juventude da FEM/CUT/SP e a participação na construção da secretaria da juventude na CUT nacional e estadual. Porém é necessário somar esforços e avançar para atender as necessidades dos jovens da sociedade e as expectativas da classe trabalhadora de uma sociedade, onde os trabalhadores/as sejam, de fato, cidadãos. Para isso propomos:

- Fazer cumprir a lei do estágio vigente para que o estagiário não seja explorado.

- Criar um seminário permanente com metas de participação a fim de discutir os temas variados referentes à juventude.

- O sindicato deverá promover atividades regulares organizadas e voltadas para a juventude como festas, eventos, atividades esportivas, concursos e competições.

- O sindicato deverá ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para a juventude (na Sede e Regionais) com conteúdo obrigatório de política, cidadania e história que ajudem a desconstruir a ideologia do capital.

- O sindicato deverá negociar a criação de cursos com ênfase a temas relacionadas a juventude dentro das fábricas, levando em consideração a história do movimento sindical, cidadania e conquistas dos tra-

balhadores, convenção coletiva, saúde no trabalho, política, etc.

Criar grupos de jovens nas fábricas com o apoio e o incentivo dos CSEs e das outras OLTs, com o objetivo de discutir assuntos voltados para a juventude, e com a possibilidade de integração desses jovens nas OLTs e nas comissões do Sindicato.

O Sindicato deverá promover cursos de formação sindical que qualifique os diretores do CSE e de outras OLTs para o trabalho com a juventude, possibilitando uma melhor interação com os jovens dentro das fábricas.

O Sindicato deverá fortalecer a comunicação eletrônica, e a partir do site do sindicato, estabelecer link com o “Blog da Juventude Metalúrgica” voltado aos temas dos jovens e com ampla interatividade, no sentido de abrir espaço de manifestação e intercâmbio de opiniões e experiências. Além disso, incentivar a criação de comunidades.

Criar espaços nas fábricas para discussão de temas voltados aos jovens nas questões de saúde – doenças profissionais, depressão, estresse, uso abusivo do álcool e violência.

## **COMISSÃO DE TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA**

A comissão de trabalhadores com deficiência é outro espaço que representa um grande desafio para nossa capacidade de pensar e produzir propostas de inclusão, que atendam às necessidades dos trabalhadores e não apenas às necessidades das empresas cumprirem suas cotas legais de contratação.

É importante considerar as limitações do Estado em instituir políticas públicas de atenção à saúde, educação, desenvolvimento intelectual e profissional para pessoas com deficiência. Estes formam um contingente significativo da população que reivindica, como cidadãos, o direito ao trabalho e ao consumo.

Por isso, a ação do sindicato deve ser de vigilância para que os trabalhadores com deficiência não entrem pela porta dos fundos das empresas, ocupando os postos de trabalho com menor exigência de qualificação, com menor conteúdo, monótonos, e até mais degradantes e arriscados para sua saúde física e psíquica. Esses postos de trabalho são freqüentemente rejeitados, por esses motivos, por outros trabalhadores.

Outro aspecto que temos que considerar é a questão do trabalhador com doença adquirida no exercício do trabalho. No Brasil, poucas categorias possuem cláusulas de proteção ao emprego até à aposentadoria para trabalhadores com seqüelas de acidentes e doenças ocupacionais.

A inclusão das pessoas com deficiência no trabalho e na sociedade passa por inclusão nos diversos programas e políticas públicas oferecidas a todas as pessoas. Na educação, as pessoas com deficiência devem estar inseridas nos cursos regulares de ensino, de formação e qualificação profissionais, que garantam os direitos previstos no Decreto 3298/99 como segue:

“Art. 28. O aluno com deficiência, matriculado ou egresso do ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso a educação profissional, a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho”.

1º A educação profissional para a pessoa com deficiência será oferecida nos níveis básico, técnico e tecnológico, em escola regular, em instituições especializadas e nos ambientes de trabalho.

2º As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional deverão, obrigatoriamente, oferecer cursos profissionais de nível básico à pessoa portadora de deficiência, condicionando a matrícula à sua capacidade de aproveitamento e não ao seu nível de escolaridade.

3º Entende-se por habilitação profissional o processo destinado a propiciar à pessoa portadora de deficiência, em nível formal e sistematizado, aquisição de co-

nhcimentos e habilidades especificamente associados à determinada profissão ou ocupação.

Art.29. A escolas e instituições de educação profissional oferecerão, se necessário, serviços de apoio especializado para atender as peculiaridades da pessoa portadora de deficiência tais como:

I – adaptação dos recursos instrucionais: material pedagógico, equipamento e currículo;

II – capacitação dos recursos humanos: professores, instrutores e profissionais especializados;

III – adequação dos recursos físicos: eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais e de comunicação”.

Neste tema, deve-se ter um olhar estratégico, diferenciado do que tem sido o lugar comum, ou seja:

Encarar a inclusão da pessoa com deficiência no processo de trabalho de uma outra forma: trata-se de um trabalhador com capacidade produtiva plena em muitas áreas de trabalho, bastando que tenha sido qualificado e preparado. Em outras palavras, trata-se de um trabalhador ou trabalhadora que tem garantido seus direitos enquanto cidadã ou cidadão.

Entender que a partir das condições das pessoas com deficiência o ambiente de trabalho tem que ser acessível a todas as pessoas, como gestantes, por exemplo, sem oferecer risco para a saúde ou segurança, prevenindo assim o surgimento de doenças profissionais ou acidentes de trabalho.

Inserir na pauta de negociação, nas campanhas salariais, prazo para a adequação das instalações das empresas, com a participação do Sindicato, visando a contratação de pessoas com deficiência.

Desenvolver ações, junto ao poder público local e empresas, visando o suporte de acordo com suas necessidades, mediante comprovação, para que os trabalhadores/as que tenham dependentes com deficiência tenham as mesmas oportunidades que os demais trabalhadores/as de nossa categoria. Isto é, não devem ser discriminados.

O trabalhador ou trabalhadora que se ausentar do trabalho para acompanhar o filho ao médio ou dar apoio técnico, não deve sofrer nenhum desconto salarial, desde que seja comprovado.

Reivindicar subvenção para estudo dos/as trabalhadores/as, inclusive as pessoas com deficiência, em cursos técnicos ou de especialização em todos os níveis (fundamental, médio, ou superior) que se apliquem a qualquer atividade existente nas empresas.

Reivindicar das empresas o desenvolvimento de curso de Libras a todos funcionários interessados.

Cumprir a convenção para empregado acidentado, garantindo emprego aos trabalhadores que adquiriram deficiência em decorrência do trabalho ou doença profissional na própria empresa, diferenciando da aplicação da contratação pela lei de cotas.

Implementar um processo de qualificação profissional para pessoas com deficiência e, realizar novos cursos de qualificação profissional, através de parcerias ou convênio do tipo existente com SENAI, que contemplem a demanda atual de capacitação do mercado de trabalho.

### **Questões gerais às Comissões de Cidadania**

A abordagem dos temas relacionados às Comissões deve ser feita a partir das questões gerais que afetam o conjunto dos metalúrgicos, identificando-se os pontos agravantes e atenuantes em relação aos segmentos representados pelas comissões.

Deve-se primar pela participação efetiva a partir de ações específicas por fábrica, nas instancias do SMABC, da CUT e em movimentos ou organismos específicos nos municípios do ABC, da região como um todo, e em âmbito estadual e nacional.

As Comissões de Cidadania devem ter estrutura necessária ao funcionamento eficaz, garantindo condições para a realização de suas múltiplas tarefas, entre elas:

Mapeamento da realidade das fábricas

cas, identificando aquelas onde a OLT está melhor estruturada; as fábricas onde o OLT enfrenta dificuldades para se consolidar; e as fábricas onde a OLT encontra-se numa situação frágil de estruturação.

Definição de campanhas focadas no combate às discriminações – gênero, raça, juventude e pessoas com deficiência, adequadas à realidade de cada fábrica, estabelecendo metas a serem atingidas nos próximos três anos.

Ação articulada das Comissões de Cidadania com os Departamentos (Formação, Jurídico, DSTMA, Dieese, Cultura) visando contribuir para o êxito desta linha de ação.

Melhorar a divulgação de programas e campanhas realizadas por governos, sindicatos e demais instâncias de representação dos trabalhadores, relacionadas aos temas das comissões de cidadania, nos nossos veículos de comunicação: ABCD Maior, Tribuna Metalúrgica, Revista do Brasil, etc, para que venha ao conhecimento da sociedade.

O 6º Congresso deve deliberar e o sindicato estruturar um espaço criança, com monitores para os filhos/as de trabalhadores/as quando os mesmos estiverem participando de atividades no sindicato.

Que o Sindicato crie convênios com creches pagas para que as mulheres metalúrgicas possam, após o término do desconto assegurado pela convenção coletiva, trabalhar e garantir um bom lugar aos seus filhos durante o período de trabalho. E que através destes convênios o Sindicato possa negociar descontos nas mensalidades, pois a nossa região ainda é muito carente em creches públicas.

O Sindicato deve estimular e propiciar condições para que as famílias dos dirigentes participem das atividades realizadas no sindicato como cursos, plenárias, espaços formativos, etc.

A Executiva do SMABC deve incentivar que pelo menos um membro da OLT em cada fábrica para participar da reunião que acontecem mensalmente sobre as Comissões. Nas montadoras, indicar um membro por tema.

Igualdade no Trabalho e na vida no interior das fábricas, estabelecendo metas a serem atingidas nos próximos três anos.

Participar dos espaços de monitoramento das políticas públicas, acompanhando os temas das Comissões de Cidadania, junto a instâncias dos governos – Federal, Estadual e Municipal.

Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos da Agenda nacional de Trabalho Decente (ANTD) e os Objetivos de desenvolvimento do Milênio buscando junto a demais instituições públicas e privadas, contribuir para o avanço de políticas na área de igualdade racial.

Realizar o mapeamento das fábricas, identificando aquelas onde a OLT está melhor estruturada, onde existem dificuldades para se consolidar e onde se encontra em situação frágil de estruturação.

Aprofundar o conhecimento e debates (?), a partir dos resultados da Pesquisa – Perfil Temático das Comissões de Cidadania (a partir do recorte de Gênero, Igualdade Racial, pessoas com deficiência e Juventude).

Garantir espaço nas assembleias da categoria para as falas sobre as questões temáticas, assim como em todos os materiais de divulgação – revistas, jornais, programas de rádio e TV do sindicato e da CUT.

Viabilizar a participação de integrantes das Comissões de Cidadania nas negociações das campanhas salariais, visando sua preparação para futuras negociações.

Garantir que os membros dos CSEs, CFs, SUR e CIPA da Executiva e do Conselho da Direção procurem capacitação nas questões temáticas para poder realizar boas negociações quando envolver o tema nas fábricas, e que seja trabalhado conjuntamente com as comissões temáticas do Sindicato.

Incluir temas que contemplem as demandas das Comissões da Cidadania nos cursos de formação do Sindicato, assim como realizar cursos ou oficinas específicas sobre os temas de forma articulada com as comissões.

O Sindicato deve desenvolver ações para

que o trabalhador apresente documento provando deficiência logo após sua contratação. Isto facilitará a fiscalização para o cumprimento da Lei de Cotas.

Garantir espaço nas reuniões e seminários da CF, CIPA, SUR, CSE e militantes para que primeiro seja feito a conscientização dos mesmos para a importância das questões que envolvem as comissões de cidadania e aí sim esses companheiros passarão a ser multiplicadores das políticas desenvolvidas pelo nosso Sindicato e maior participação em cursos e reuniões.

As empresas deverão dar convênio e tratamento as pessoas que adquiriram doença profissional ou sofreram algum tipo de acidente de trabalho.

Fortalecer a atuação das Comissões de Cidadania nos fóruns regionais tais como: Conselhos Municipais, Câmara Regional, Consórcio Intermunicipal, Movimentos Grande ABC para todos, entre outros.

Valorização das datas comemorativas de grande significado para as Comissões de Cidadania, sindicato e sociedade. As ações comemorativas locais deverão ser incrementadas e fortalecidas, combinando com ações de nível nacional:

- 08 de março – Dia Internacional da Mulher
- 21 de março – Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial
- 13 de maio – Dia da Abolição da Escravidão
- 13 de julho – Dia Nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
- 12 de agosto – Dia Internacional da Juventude
- 21 de setembro – Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência
- 30 de outubro – Dia Nacional da Juventude
- 20 de novembro – Dia Nacional da Consciência Negra
- 25 de novembro – Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher
- 03 de dezembro – Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
- 10 de dezembro – Dia Mundial dos

Direitos Humanos

- 02 de dezembro – Dia Nacional do Samba.
- Revolta da Chibata – Homenagem a João Cândido “Almirante Negro”
- Retomar a proposta de contratação coletiva de responsabilidade social das empresas com os critérios estabelecidos em congressos anteriores.
- Manter e fortalecer a parceria com o Centro Cultural Afrobrasileiro
- Francisco Solano Trindade, contribuindo com a reintegração social e familiar das crianças e adolescentes em situação de risco.
- Em relação a cada um dos segmentos focados pelas Comissões de Cidadania, devem ser identificadas as questões centrais que desafiam a ação sindical no presente, assim como devem ser levados em conta, as questões que tenderão a afetar estes segmentos no futuro.

## **CULTURA: UMA PRODUÇÃO DOS TRABALHADORES**

Podemos entender “cultura” como tudo aquilo que é criado historicamente pelo homem em sociedade. Desde o fruto do trabalho até as relações sociais (como costumes, ou manifestações artísticas).

Do ponto de vista cultural, a inserção SMABC na sociedade é um marco sob dois olhares:

A nova concepção do papel do sindicato (Novo Sindicalismo)

Uma nova forma de fazer cultura: Incentivando manifestações artísticas, produzidas pelos próprios trabalhadores metalúrgicos.

Esta concepção possibilitou um maior diálogo com a comunidade, especialmente durante a década de 80, quando o sindicato representava também um espaço cultural freqüentado por trabalhadores das mais diversas categorias. Naquele momento histórico, as atividades eram pensadas e influenciadas pelos acontecimentos sociais.



Exemplo disso eram os festivais de música, teatro, sessões de cinema, etc.

Atualmente, a ação cultural do sindicato está restrita às manifestações fragmentadas em função de datas comemorativas.

Apesar de algumas dessas manifestações terem o objetivo de envolver a comunidade (como o concurso de redação do 1º de maio), é necessário que o sindicato reflita sobre um Projeto Político Cultural, articulado entre categoria, comunidade e o movimento social.

Como parte desse Projeto Político Cultural, o diálogo entre as gerações deve ser incentivado. A perda do vínculo ao trabalho muitas vezes significa também o prejuízo de parte significativa do convívio social do trabalhador ao se aposentar. Companheiros/as de trabalho, anteriormente parceiros do cotidiano, vão se tornando cada vez mais raros. Novas relações devem ser criadas para substituir tal perda. Os espaços do sindicato e da AMA-ABC podem e devem ser utilizados para a promoção de encontros, atividades de lazer e recreação, exposições de fotos, entre outros, para promover a integração destes companheiros.

#### Propostas de Ação

Este congresso deverá debater o tema e aprovar linhas de ação que possam ser, de fato, implementadas nos próximos anos e que levem em conta a realidade atual do SMABC e da região.

Como parâmetros na construção dessa linha política de intervenção, devemos levar em conta: a proposta de atuação do Sindicato na Sociedade; a construção de um novo modelo de desenvolvimento na região; a consolidação de um projeto político para o país (2010); os princípios e valores que fazem parte do projeto político do SMABC; a experiência dos 50 anos do sindicato dos Metalúrgicos do ABC; e o resgate da identidade cultural a partir da Cidadania.

**Neste sentido propomos uma LINHA DE AÇÃO focada em três eixos complementares:**

A concepção política de cultura. A linha de ação deverá ter como resultado uma maior compreensão de que as manifestações culturais também são espaços onde a luta de classes se concretiza.

O reconhecimento da diversidade cultural. Deverá envolver ações que levem em conta os diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora, como mulheres, negros, migrantes, etc, na perspectiva da inclusão social.

O incentivo às manifestações artísticas articuladas com o poder público. Desenvolver ações, orientadas por um projeto político cultural, que incentive a produção e a divulgação de diferentes expressões artísticas na categoria, em diálogo com a sociedade.

#### **Para implementar esta linha de ação, propomos ainda:**

A criação de um grupo para elaborar o Projeto Político Cultural do sindicato, com base nas deliberações do 6º Congresso, que leve em conta:

- A criação do memorial dos trabalhadores utilizando as leis de incentivo à cultura.
- A organização de um calendário de manifestações culturais com as datas significativas, articulado entre o poder público, sindicato e a sociedade.
- A realização de um estudo que viabilize espaços para os frequentadores/as usarem a internet, através de convênio com as prefeituras e ONGs para fornecimento de equipamentos.
- A realização de um estudo, em conjunto com a AMA-ABC, que proporcione atividades de lazer e cultura, como exemplo, excursões para o Instituto Cajamar, promovendo atividades de esporte e lazer.

## **COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

A crise econômica mundial derrubou os mitos do neoliberalismo. O colapso dos mercados provocou reações que, todos

os dias, desmentem os dogmas repetidos pelos meios de comunicação nas últimas décadas. A queda da máscara, contudo, em vez de proporcionar uma saudável auto-crítica da mídia brasileira, inaugurou uma radicalização que, ao que tudo indica, antecipa o tom das eleições do próximo ano.

Beneficiada pelo quase oligopólio que detém sobre a formação da opinião pública, a maioria da imprensa comercial do País acentuou a manipulação de informações em sua busca para subordinar os interesses gerais da sociedade aos interesses particulares das elites.

Episódios recentes indicam que essa manipulação voltará a ser usada como uma das principais ferramentas políticas na disputa entre os dois projetos que, ao que tudo indica, vão se enfrentar nas urnas em 2010: o campo democrático-popular, que consolida e amplia as conquistas sociais obtidas nos últimos anos, e aquele que retoma o ideário neoliberal, com a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, o Estado-mínimo etc.

O alinhamento dos meios de comunicação com esses últimos setores é automático e revela a verdadeira face de um sistema que sempre defendeu seu lado não com as armas da verdade e da Justiça, mas sob o manto da dissimulação e da mentira.

Ao tornar ainda mais reconhecível esse mecanismo, a crise econômica mundial tornou-o mais perigoso, deixando claro a urgência da sociedade fortalecer os meios de comunicação democráticos. Caso contrário, a derrotada agenda conservadora será reescrita para beneficiar as candidaturas representativas dos seus interesses em 2010.

Ciente dessa disputa, o SMABC tem feito um investimento considerável para construir uma rede alternativa de informação, com o objetivo de contrapor-se a ação hegemônica do oligopólio dos meios de comunicação.

**Dentro deste projeto, os metalúrgicos do ABC já dispõem de:**  
assessoria de imprensa;

o site [www.smabc.org.br](http://www.smabc.org.br);

O grupo ABCD Maior, formado por um jornal com duas edições semanais, portal de notícias na internet, programa de rádio, programa de tevê e, em preparo, uma TV Web (canal de vídeo na internet com tele-jornalismo e programação diária);

a Revista do Brasil;

apoio às rádios comunitárias e emissora de TV.

Por sua importância, o projeto da televisão merece maior detalhamento. O SMA-BC é mantenedor da Fundação Sociedade, Comunicação, Cultura e Trabalho, concessionária da TV Mogi e candidata a concessionária de uma rede de televisão nacional e emissoras de rádio da região de Mogi das Cruzes.

A estrutura de transmissão do sinal de tevê na cidade de Mogi das Cruzes está pronta e transmite sinal de teste desde fevereiro de 2008. No momento, aguarda a assinatura da licença de transmissão para colocar imagens no ar.

Está em andamento a parceria com a TV Brasil para a montagem da grade de programação da tevê e a compra de equipamentos para transmissão de nosso sinal em rede nacional.

Já foram produzidos programas pela TV dos Trabalhadores e pelo ABCD Maior para transmitir nossa programação. Há também e a possibilidade de se firmar convênios com as TVs Senado, Câmara Justiça e Sesc-TV.

Entretanto, a existência de uma rede de comunicação do Sindicato só tem sentido se cumprir o papel de informar os fatos relevantes ao interesse popular sob a ótica dos interesses das camadas populares e, para além dos fatos, contribuir para a formação de uma nova cultura política.

**Portanto, cabe a este Congresso definir como os meios de comunicação de que dispomos podem:**

- contribuir para estabelecer uma relação mais estreita do Sindicato com os movimentos populares, levando para os bairros

uma cultura política que floresce com a organização dos trabalhadores na fábrica;

- sensibilizar os metalúrgicos para a importância de lutarem por uma cidade melhor para si mesmos e para suas gerações futuras;

- fortalecer a idéia de que a democracia que queremos dentro da fábrica não é substancialmente diferente daquela que queremos construir na cidade;

- alimentar uma troca efetiva de experiências democráticas de organização e de lutas entre o espaço fabril e o espaço da comunidade;

- contribuir para forjar uma cultura cidadã, na qual os moradores da cidade têm direito à participação na riqueza da sociedade, cujo governo tem como missão redistribuí-la, combatendo as desigualdades e promovendo a inclusão social;

- promover novos valores humanos e civilizatórios que não são ditados pelo mercado e incluem em seus princípios a defesa do meio ambiente através do desenvolvimento sustentável.

### **Propostas de Ação**

**Para atingir esses objetivos, propomos as seguintes ações:**

1) Prosseguir na caminhada histórica dos metalúrgicos do ABC em defesa da democratização dos meios de comunicação e do próprio direito à comunicação, somando-se a todos os movimentos, organismos de consulta popular e articulações da sociedade brasileira que tenham o objetivo de quebrar o monopólio dos meios de comunicação e produzir ferramentas de comunicação sob o controle dos trabalhadores e dos movimentos sociais;

2) Dar continuidade a projetos que tenham por objetivo estudar, pesquisar e construir instrumentos que permitam inserir os trabalhadores nas redes de comunicação democráticas sejam elas impressas, eletrônicas e, em especial, virtuais, já que o processo acelerado de desenvolvimento da internet exige atenção redobrada de todos os interessados na democratização da mí-

dia brasileira;

3) Promover no ABC a construção de uma rede regional de comunicação, composta por veículos identificados com o campo popular, sejam rádios comunitárias, sites da internet, jornais impressos e eletrônicos ou outros meios, de forma a garantir a democratização da informação e do debate político em todos os segmentos da sociedade regional, em especial nas periferias. Esta medida visa estimular a distribuição dos materiais produzidos pelos meios de comunicação do sindicato a fim de promover a leitura e o debate desses materiais nas fábricas e na comunidade.

4) Na condição de mantenedores da Fundação Sociedade Comunicação, Cultura e Trabalho, concessionária da TV Mogi e candidata a concessionária de uma rede de emissoras de rádio na região, viabilizar os esforços necessários para habilitar a entidade na operação destes instrumentos, bem como coordenar a formação de uma rede nacional de comunicação, composta por entidades e projetos parceiros identificados com a democratização da comunicação no Brasil.

5) Criar o coletivo de comunicação com o objetivo de acompanhar a implementação do projeto de comunicação social do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

6) Disponibilizar o Jornal ABCD Maior em pontos estratégicos, próximos a empresas, para conseguir realizar uma melhor divulgação junto a categoria.

7) Que as questões dos quilombolas, afrodescendentes e indígenas sejam tratadas dentro dos conteúdos das redes de comunicação do Sindicato.

8) Desenvolver ações para que os meios de comunicação conheçam e divulguem o trabalho e as reivindicações das comissões de cidadania, propiciando o acesso das pessoas com deficiência e esses meios.

9) Participar, de maneira articulada com a CUT Estadual de São Paulo e a CUT Nacional, da Conferência Nacional de Comunicação a ser realizada em dezembro de 2009.

## **Emenda da Associação dos Metalúrgicos Aposentados do ABC (AMA-ABC)**

A lógica neoliberal de Estado Mínimo justificava medidas que atentaram contra os direitos de todos os trabalhadores e em especial aos aposentados e pensionistas, pois estes, nesta lógica são tratados como um peso para o Estado.

Várias políticas quebraram o contrato social com estes trabalhadores que contribuíram durante toda a sua vida com a expectativa, que depois foi frustrada, de ter uma vida digna ao atingirem a aposentadoria. Seus rendimentos caíram sob mecanismos cruéis que buscavam economias para o Estado à custa da redução dos benefícios.

Os meios de comunicação tiveram um papel fundamental para esconder essa artimanha da maioria da população. Instrumentos nas mãos da classe dominante como jornais, tevês e rádios, manipularam a informação de forma a colocar os aposentados e pensionistas no papel de usurpadores da sociedade, quando, na verdade, eles eram as vítimas.

Para se contrapor a essa situação, sugerimos que seja garantido à Associação dos Metalúrgicos Aposentados - AMA-ABC espaço nos veículos de comunicação que dispõe o Sindicato e seus parceiros (jornal, site, revista, tevê) para divulgar periodicamente informações do interesse dos aposentados e pensionistas e suas lutas.

### **Moção**

- Compromisso com Projeto democrático-popular:

O mundo sofre hoje as consequências de uma das maiores crises das última década, provocada por aqueles que buscaram

implementar, em escala mundial, as teses neoliberais que defendem o Estado mínimo e o mercado como o único regulador das relações econômicas e sociais.

No Brasil, esse modelo foi impulsionado durante os governos Collor e FHC, quando assistimos a abertura das fronteiras econômicas, a destruição do patrimônio público via privatizações e a tentativa de destruição dos direitos dos trabalhadores.

Esse modelo foi interrompido com a vitória do programa democrático-popular representado na eleição do presidente Lula, em 2002.

As políticas implementadas a partir de 2003 – com distribuição de renda e recuperação do papel do Estado como promotor e indutor do desenvolvimento através de políticas públicas afirmativas – permitiram que o Brasil resistisse a crise internacional, minimizando seu impacto na população e possibilitando, até, que o País saia mais forte dela.

O ano de 2010, portanto, terá extrema importância para o País, pois esses dois projetos – neoliberal e democrático-popular – estarão em confronto.

Os metalúrgicos do ABC, como parte da classe trabalhadora brasileira, não podem nem duvidar qual projeto deve ser vitorioso.

Consideramos que é essencial para a manutenção e a ampliação dos direitos dos trabalhadores e dos avanços conquistados pela sociedade brasileira, a continuidade do projeto democrático-popular.

Assim sendo, os metalúrgicos do ABC, como parte integrante da classe trabalhadora e da sociedade brasileira, deverá está presente na luta em defesa do projeto democrático popular.

# ESTATUTO DO SINDICATO

## **Título I - Capítulo I**

### Seção IV – Das Penalidades

#### Art. 12

§1º – letra “a”,

Acrescentar “após ciência das acusações”, a expressão: “que somente poderão ser ofertadas por sócio ou diretor da entidade.”

## **Título II - Capítulo II**

### Seção II – Dos Comitês Sindicais de Empresa

#### Art.22

Alterar:

“de 50% (cinquenta por cento) mais 1(um)”, para: “2/3 (dois terços)”, e de “1/3 (um terço)”, para: “50% (cinquenta por cento) mais 1 (um)”.

#### Art.23

Acrescentar:

§ 3º

“As empresas que possuem CSEs, Comissões de Fábrica e SUR, que unificaram suas representações internas, poderão ter o número de membros dos Comitês alterados conforme deliberação da direção plena.”

#### Art. 33

Alterar para:

“por 27 membros”.

#### Art. 36

Alterar para:

“por no máximo 11.”

e acrescentar:

“X – Diretor executivo  
XI – Diretor executivo”

### Título IV – Capítulo I –

#### Da Perda do Mandato

#### Art. 60

Parágrafo Único

Alterar o prazo para:

“05 (cinco) dias.”

#### Art. 62

Alterar prazo para:

“60 (sessenta) dias.”

#### Art. 63

Parágrafo Único

Alterar o prazo para:

“72 (setenta e duas) horas.”

#### Art. 67

§3º

Inserir ao final, a expressão:

“cujo processo eleitoral será sumário, conduzido pelo Secretário Geral do Sindicato, com observância específica aos seguintes prazos eleitorais: imediata Comunicação da Vacância à respectiva empresa, publicação de Edital de Convocação de Eleição, contendo 02 (dois) dias para inscrição de candidato (s), 01 (um) dia para impugnação da inscrição, 01 (um) dia para julgamento da impugnação, 01 (um) dia para votação em 1º escrutínio, 01 (um) dia para apuração, 01 (um) dia para impugnação da apuração, 01 (um) dia para julgamento e posse no mesmo dia. Publicação, no dia seguinte à posse, no Órgão de Imprensa Oficial do Sindicato. Os prazos serão contados de forma corrida, apenas excluindo-se os sábados, domingos e feriados”.

## **Título VI – Capítulo I**

### Da Eleição e do Eleitor

Acrescentar no Art. 72:

“São fóruns deliberativos:

d) Os plebiscitos ou votações secretas realizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.”

#### Art. 91

Acrescentar a alínea “d”, com

a seguinte redação:

“todo aquele que adquirir aposentadoria definitiva até 10 (dez) dias antes da realização da Assembléia que trata o Art. 95.”

#### Art. 93

Letra “a”

Corrigir a redação para que passe a constar:

“para eleger-se membro.”

Letra “c”

Alterar a redação para:

“manter-se em dia com as mensalidades e contribuições sindicais, nos últimos 12 (doze) meses, conforme alínea “b” acima.”

Capítulo II – Da Instalação do Processo Eleitoral

Art. 99

Corrigir a redação, para que passe a constar ao final do artigo: “eleições.”

Capítulo III – Do Primeiro Turno das Eleições

Seção I

Corrigir o título da Seção para que passe a constar “Das Eleições.”

Art. 101

Parágrafo Único

Corrigir a redação, passando a constar:

“deverão ser definidas (...)”

Seção II – Do Registro das Chapas

Art. 102

Letras “e” e “f”

Revogar texto na íntegra.

Art. 103

Acrescentar, ao final, a expressão: “da chapa.”

Capítulo V – Da Seção Eleitoral de Apuração de Votos

Seção I – Mesa Apuradora de Votos

Art. 119

Acrescentar após “ou em local apropriado”, a expressão: “sendo certo que, nas fábricas onde houver disputa por apenas uma chapa concorrente, poderá ocorrer imediatamente após o encerramento daquela votação. Nas fábricas onde a disputa se der por mais de uma chapa, a apuração deverá ter início após a chegada de todas as urnas e no mesmo local e horário definidos pela Presidência do

pleito, conforme alínea “b”, do Art. 98.”

Capítulo VI – Do Segundo Turno das Eleições

Seção II – Do Registro de Chapas

Art. 135

Acrescentar, ao final, a expressão: “da chapa.”

Capítulo VII – Da Seção Eleitoral de Apuração de Votos

Seção I

Art. 148

Acrescentar após “pelos mesários”, a expressão:

“A apuração deverá ter início após a chegada de todas as urnas e no mesmo local e horário definidos pela Presidência do pleito, conforme alínea “b”, do Art. 98.”

Seção II

Art. 153

Substituir a expressão “da urna” por: “anulados”.

Capítulo VIII – DO QUORUM

– DA VACÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I

Alterar o texto para:

“das Eleições”.

Art. 157

§1º

Acrescentar após “Comitê Sindical dos Aposentados”, a expressão:

“não haverá necessidade de quorum mínimo para validade da votação”.

Art. 157

§2º

Retirar a expressão:

“e para o Comitê Sindical dos Aposentados”.

Seção II

Alterar o texto para:

“das Eleições”.

Art. 164

Excluir na íntegra a letra “c”.

Art. 166

Alterar a redação para:

“até 30 (trinta) dias”.

## **Título VII – DA GESTÃO**

### **FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO**

#### **Capítulo I – DO ORÇAMENTO**

##### **Art. 171**

Excluir da redação as expressões: “e pela Comissão do Orçamento” e “para posterior aprovação da Assembléia Geral”.

Revogar o Parágrafo Único.

##### **Art. 173**

Revogar na íntegra o caput e o parágrafo primeiro.

No parágrafo segundo, retirar a expressão:

“Assembléia Geral” e acrescentar “e/ou Diretoria Plena”.

## **Título VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Art. 187**

##### **Parágrafo Único**

Transformar em: “§1º” e alterar a redação para: “em até 120 (cento e vinte) dias da data da realização do Congresso da Categoria”.

Acrescentar o “§2º” com a seguinte redação:

“Enquanto a situação prevista no §1º não ocorrer, ficará valendo o Regimento Interno anteriormente já aprovado, para todos os efeitos”.